

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA

PAULO AFONSO VIEIRA

**UMA ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA: NOVOS PARADIGMAS, NOVAS
PERSPECTIVAS**

JUIZ DE FORA
2018

PAULO AFONSO VIEIRA

**UMA ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA: NOVOS PARADIGMAS, NOVAS
PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Rangel Miranda.

JUIZ DE FORA

2018

PAULO AFONSO VIEIRA

UMA ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA: novos paradigmas, novas perspectivas

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG.

Aprovada em: 27/07/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Denise Rangel Miranda
(Orientadora)

(Membro Externo)

(Membro Interno)

Dedico este trabalho a toda minha família, pois ela construiu as bases da minha formação e as condições necessárias para chegar ao fim desta aventura acadêmica. Dedico a minha família profissional, colegas com quem trabalhei e trabalho, pois são pessoas com quem aprendo a cada dia. Dedico, ainda, à Nilcéia e ao Frederico, responsáveis diretos pelos meus atuais projetos, torcedores incondicionais em todas as minhas aventuras no jogo da vida.

AGRADECIMENTOS

À Nilcéia e ao Frederico, pelo constante apoio, ajuda e participação em minha vida, colaborando e incentivando sempre no sentido de participarem como protagonistas de meu crescimento diário. Em todos os momentos foram fundamentais neste processo de formação, ofereceram as condições e o melhor espaço acadêmico possível, fazendo de nossa casa um ambiente de aprendizagem perfeito.

Aos colegas que acreditaram e torceram para esta realização, obrigado pela colaboração constante.

À Professora-orientadora, Denise Rangel Miranda, que, ao aceitar esta orientação, demonstrou acreditar em alguém que, ainda apresentando palavras e ideias soltas, atrevia-se a discutir um tema delicado e controverso. Com sua sabedoria, humildade e atenção, soube, nas horas mais certas, ou melhor, incertas, oferecer sua presença e seu carinho.

À Marina, grande responsável pela concretização desta aventura acadêmica, pois esteve sempre ao meu lado, ainda que distante, estava sempre presente. Mesmo nas vezes que achava que não era hora de atender-me, com sua simpatia e educação, soube muito bem dizer não em todos os momentos necessários.

De forma muito especial, ao Leo, e á todas as pessoas com necessidades educacionais especiais com quem já convivi e ainda convivo; vocês são o melhor objeto de pesquisa que alguém pode ter, são pessoas realmente muito especiais, extraordinárias. A convivência com vocês é a grande oportunidade de nos tornar pessoas cada vez melhores.

Às Instituições que ofereceram esta oportunidade, das quais destaco a UFJF, a SEE/MG e a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque (EEAPD); por serem o palco para que atores, como eu, possam ter a oportunidade de desempenhar o papel nesta peça, de um único ato, chamada vida.

Agradeço ainda à Associação de Pais e Mestres de Lima Duarte e a Banda e Escola de Música Maximiano Nepomuceno; parceiras que têm colaborado na difícil tarefa de formar as novas gerações.

À todas as demais pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram e foram motivação nas horas em que mais precisei, mais uma vez, muito obrigado.

A escola tem que ser esse lugar em que as crianças têm a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas (MANTOAN, 2003).

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd / UFJF). O caso de gestão pesquisa e discute de que forma os fatores, principalmente, os intraescolares, contribuem para a construção de ambientes de aprendizagem favoráveis à inclusão, na perspectiva da formação de uma sociedade inclusiva, acolhedora e justa. Partindo do acolhimento e do atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais e às suas famílias, no âmbito da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG, pretendemos apresentar um panorama atual da política de inclusão. O objetivo geral da pesquisa é, portanto, propor ações pedagógicas no sentido de realizar intervenções possíveis e necessárias para as dificuldades levantadas, valorizando e aperfeiçoando as práticas positivas já existentes. Para isso, identificamos como a educação inclusiva é desenvolvida e como ela acontece na escola pesquisada. A partir do acolhimento, primeiro contato de estudantes com a escola e porta de entrada para o processo de inclusão, acompanhamos o desenvolvimento das ações inclusivas. Assumimos como hipótese que a escola procura praticar as premissas de uma educação inclusiva e apresenta algumas evidências nesse sentido. Para tanto, utilizamos como metodologia: o levantamento de dados do censo escolar, junto ao Ministério de Educação, bem como do Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais; e a pesquisa de campo, com o objetivo de analisar a cultura de inclusão existente na escola em foco. Foi nossa pretensão verificar a implantação das políticas de educação inclusiva, relacionando-as às práticas realizadas na instituição. Analisamos os materiais desenvolvidos, criados, produzidos e confeccionados na própria Escola. Seguindo também as orientações do material “Index para a Inclusão”, de Booth e Ainscow (2011), apresentamos a análise das falas dos atores escolares, sobre a inclusão na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, por meio da realização de grupos focais com os diversos atores envolvidos. No capítulo 3, apresentamos um Plano de Ação Educacional, visando contribuir para o contexto pesquisado.

Palavras-Chave: Inclusão; Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais; Equidade.

ABSTRACT

The present dissertation is developed within the scope of the master's degree of Federal University of Juiz de Fora. The present case of management intends to research and discuss how the factors, mainly intra-school, contribute to the construction of learning environments conducive to inclusion, from the perspective of forming an inclusive, welcoming and fair society. Starting from the reception and attendance to the students with special educational needs and to the disabled and their families, in range of Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque of Lima Duarte/MG, we intend to present a current overview of the inclusion policy. The general objective is to propose pedagogical actions in order to make possible and necessary interventions for the difficulties raised, valuing and improving existing positive practices. To that end, we will identify how inclusive education is developed and how it happens in the researched school, understanding the factors, that influence this process. From the reception, first contact of students with the school and gateway to the inclusion process and consequently to the learning process, we will follow the development of inclusive actions. We assume as hypothesis that the school tries to practice the premises of an inclusive education and presents some evidence in this sense. To do so, we use as methodology: the data collection of the school census, together with the Ministry of Education, as well as the Minas Gerais School Administration System (Simade) of the State Secretariat of Education of Minas Gerais and the field research with the objective of analyze the culture of inclusion in the school in focus, aiming also to verify the implementation of inclusive education policies, relating the practices performed in the institution. Through interviews with school users and servers and in the daily observations of the school, using as a methodological technique the "Focus Group" and as instruments to support inclusion will also be presented materials developed, created, produced and made in the School itself. Following part of the guidelines of the "Index for Inclusion" material Booth and Ainscow (2011), we will present the analysis of the opinion of people in the School Community, about how inclusion is happening at Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque.

Keywords: Inclusion; Students with Special Educational Needs; Equity.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis, Artigos, Decretos, Resoluções e Guias relacionadas ao processo de inclusão no Brasil a partir de 1988	27
Quadro 2 – Leis, Resoluções, Decretos, Pareceres, Orientações e Documentos Oficiais, relacionadas ao processo de inclusão em Minas Gerais após a Constituição Federal Brasileira - 1988	31
Quadro 3 – Polos Regionais da SEE/MG	32
Quadro 4 – Municípios que compõem a área de atendimento da SRE/JF	33
Quadro 5 – Principais Projetos desenvolvidos na escola	53
Quadro 6 – O PPP da EEAPD e a Inclusão	57
Quadro 7 – O PPP da EEAPD e a Inclusão	58
Quadro 8 – Contextualização com a legislação nacional da relação da escola com a inclusão	59
Quadro 9 – Contextualização na legislação estadual da relação da escola com a inclusão escolar.....	61
Quadro 10 – Objetivos esperados	108
Quadro 11 – PAE do Projeto Apadu Incluir	125
Quadro 12 – Ação 1 – Criação do PAENEE	127
Quadro 13 – Ação 2: Criação de Programa de Rádio através da Radio Serrana de Lima Duarte – 87.9 – FM.....	132
Quadro 14 – Ação 3: Criação de uma Roda de Conversa mensal e permanente com Professores de AEE e outras pessoas e segmentos a serem convidados de acordo com a necessidade.....	137
Quadro 15 – Ação 4: Apoio, Incentivo e Participação, principalmente com a APM-LD e com a Apae de Lima Duarte.....	142
Quadro 16 – Ação 5: Criação de uma “Mesa Redonda” anual e uso de Redes Sociais com o objetivo de divulgar ações inclusivas das escolas.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação do Atendimento Especializados na SRE/JF - 2015.....	34
Tabela 2 – Situação do Atendimento Especializado na Sala Recurso em Minas Gerais – 2015.....	35
Tabela 3 – Número de estudantes com AEE na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte - nos anos de 2006 a 2017 (Sala de Recursos)	44
Tabela 4 – Número de professores no AEE na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte, nos anos de 2006 a 2017	50

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AIPD	Ano Internacional da Pessoa Deficiente
ALAC-LD	Associação Limaduartina Amigos da Comunicação de Lima Duarte
APADU	Central de Mídia da Adalgisa de Paula Duque
APAE	Associação de Pais e Amigos do Excepcional
APM-LD	Associação de Pais e Mestres de Lima Duarte
ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CEE/MG	Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais
CESEC	Centro Estadual de Educação Continuada
CF	Constituição Federal
CID	Código Internacional de Doenças
CNE	Conselho Nacional de Educação
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
EEAPD-LD	Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEBEC	Federação de Entidades Brasileiras de e para Cegos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais

MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidade Educacionais Especiais
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
ONEDEF	Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Plano de Ação Educacional
PAENEE	Programa de Acolhimento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PEUB	Professor de Ensino do Uso da Biblioteca
PIC	Programa de Iniciação Científica
PMLD	Prefeitura Municipal de Lima Duarte
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto político pedagógico
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDEB	Secretaria de Desenvolvimento da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SME/LD	Secretaria Municipal de Educação de Lima Duarte
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SRE/JF	Superintendência Regional de Juiz de Fora
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TID	Transtorno Invasivo do Desenvolvimento
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 INCLUSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS	17
1.1 A inclusão escolar após a Constituição Federal de 1988: a busca pela equidade através da lei	17
1.2 A Educação Especial no contexto de Minas Gerais	29
1.3 A Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG	36
2 A ESCOLA E A DIVERSIDADE: UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	65
2.1 Percurso Metodológico.....	65
2.1.1 Grupo Focal.....	66
2.2 Cultura de inclusão, políticas de inclusão e práticas de inclusão	69
2.2.1 Cultura de Inclusão.....	72
2.2.2 Políticas de Inclusão.....	80
2.2.3 Práticas de Inclusão	94
2.2.4 Análise dos objetivos propostos para a dissertação	108
3 CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (5W2H)	121
3.1 Criação de Programa de Acolhimento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (PAENEE)	123
3.2 Criação de um Programa Rádio para divulgar ações inclusivas e dialogar com a Comunidade sobre a Educação Escolar	130
3.3 Criação de uma “Roda de Conversa” mensal e permanente com Professores de AEE	134
3.4 Apoio, incentivo e participação nas parcerias, principalmente com a APM-LD e com a Apae de Lima Duarte	139
3.5 Criação de uma “Mesa Redonda” anual e uso de redes sociais com o objetivo de divulgar ações inclusivas das escolas.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS.....	155
APÊNDICE 1 – Relação de estudantes com a data do laudo ou relatório, com o CID e as deficiências, de 2006 até 2017	163
ANEXO 1 – Estrutura do Plano de Desenvolvimento Individual.....	167
ANEXO 2 - Demonstrativo do Plano de Desenvolvimento Individual.....	168
ANEXO 3 - Plano de Atendimento Educacional Especializado.....	170

INTRODUÇÃO

Há dezoito anos exerço a função de diretor na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, situada no município de Lima Duarte, Minas Gerais. A escola está vinculada à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Juiz de Fora e à Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). Em 2017 foi autorizado pelo Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), o atendimento a quinze estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na Sala de Recursos Multifuncionais.

Em 2006, fizemos a primeira solicitação para Atendimento Educacional Especializado (AEE), recebendo a autorização para designação de professor de apoio em 2007. Foi a primeira experiência de AEE da escola, que ocorreu com o atendimento a um estudante com deficiências múltiplas e com necessidades educacionais especiais, matriculado na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Ensino Médio. Tal acontecimento direcionou a escola para a construção e organização de uma série de atividades pedagógicas para atendê-lo. Do meu ponto de vista, esta experiência foi importante para a escola, pois exigiu mudanças de paradigmas na perspectiva da Inclusão.

As especialistas da época procuraram cursos com o objetivo de se prepararem e, ao mesmo tempo, capacitarem os professores e outros servidores para um atendimento mais eficaz. Elas tinham como objetivo, naquele momento, oferecer ao estudante recém-matriculado, o acolhimento, a atenção e os cuidados necessários, dentro das possibilidades de atendimento da rede estadual e da escola. Em 2018, o atendimento intraescolar a estudantes com necessidades educacionais especiais, está sendo oferecido, através da Sala de Recurso Multifuncionais; nas salas regulares por meio dos professores e do professor de apoio; com aulas de reforço escolar e ainda através da educação integral.

A unidade escolar em foco foi a primeira a organizar uma Sala de Recursos Multifuncionais em Lima Duarte/MG, sendo ela a única existente no município por um período de aproximadamente dez anos, o que, considerando o total de dezenove escolas públicas, estaduais e municipais na cidade, é algo a se exaltar. Além disso, a unidade possui, em 2018, oito professores de apoio e uma intérprete de libras; há acessibilidade para cadeirantes em todas as dependências, além de contato permanente com servidoras do setor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado da Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora. A escola

possui, ainda, uma Associação de Pais e Mestres (APM-LD) que apoia, incentiva e investe no atendimento aos estudantes. Justifica-se, portanto, o interesse enquanto gestor da Instituição, pela temática da educação inclusiva, buscando entender: **como a educação inclusiva tem se efetivado na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, de Lima Duarte - MG?**

No Brasil, através da Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) e de outras leis complementares, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), e o Plano Nacional de Educação (PNE), nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014); são propostas orientações que destacam a necessidade de práticas inclusivas pelas comunidades escolares brasileiras.

A escola deve assumir um papel de laboratório das práticas inclusivas, ela deve contribuir com a mudança dos paradigmas que ainda insistem na prática da segregação como modelo de relação social. Precisamos incentivar relações sociais inclusivas, para que em momentos de crise como o que vivemos, possamos propor novos paradigmas. Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 10) ao se referir à crise de paradigmas, assim, se posiciona:

Ocorre que, saibamos ou não, estamos sempre agindo, pensando, propondo, refazendo, aprimorando, retificando, excluindo, ampliando segundo paradigmas. Conforme pensavam os gregos, os paradigmas podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto. Podem também ser entendidos, segundo uma concepção moderna, como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até entrarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não dão mais conta dos problemas que temos de solucionar (MANTOAN, 2003, p. 10).

Goffredo (1999), por sua vez, destaca que “a escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educacionais especiais” (GOFFREDO, 1999, p. 31). Um exemplo dessa busca pela inclusão é o questionamento sobre a eficiência das escolas especiais, que aos poucos, vão dando lugar a instituições de ensino mais abertas e inclusivas. Mantoan afirma que: “Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças” (MANTOAN, 2003, p. 21).

Pretendemos como objetivo geral deste trabalho, propor intervenções visando enfrentar as dificuldades encontradas, mas valorizando as práticas positivas já

existentes na comunidade escolar. Para isso, apresentamos as ações intra escolares que interferem no processo de inclusão. Em seguida, analisamos os dados coletados na pesquisa de campo à luz do referencial teórico a fim de identificar como a educação inclusiva ocorre na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte, tendo em vista, principalmente, os fatores intraescolares.

Para cumprir esses objetivos, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, apresentamos uma contextualização histórica a partir de 1988, situando a trajetória legislativa da Educação Inclusiva, tal como sugere Santos (2015). Devemos vislumbrar a temática da inclusão em uma perspectiva histórica, política e educacional, levando em consideração as orientações nacionais que a regulamentam. Apresentamos, também, aspectos das políticas públicas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em Minas Gerais. A visão cronológica delineada neste caso de gestão pretende situar o leitor do percurso traçado ao longo dos anos para se chegar à realidade que hoje serve de palco para as práticas inclusivas, sobretudo no interior das escolas públicas. Ainda no primeiro capítulo, descrevemos a escola pesquisada tendo em vista diferentes dimensões. Por meio dessa descrição, objetivamos apresentar como tem ocorrido o processo de inclusão na instituição de ensino, além de compreender se as práticas inclusivas na comunidade escolar estão de acordo com as orientações

No segundo capítulo desta dissertação, discutimos conceitos fundamentais para o entendimento de como deve ser a inclusão, conforme autores consagrados, dentre eles, Maria Teresa Eglér Mantoan. Com base na pesquisa qualitativa realizada, discorreremos também neste capítulo sobre as etapas metodológicas realizadas, assim como sobre o instrumento de pesquisa utilizado. Como se trata de um estudo de caso, consideramos a realização de grupos focais, com atores diretamente envolvidos no Atendimento Educacional Especializado, o meio mais adequado para captarmos a percepção dos sujeitos quanto ao tema investigado. No capítulo 2, após a descrição metodológica, apresentamos as análises da pesquisa de campo, buscando delimitar as práticas exitosas e os referenciais a serem aprimorados para a prática da inclusão na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte. Buscamos também identificar os avanços e os percalços percebidos no interior da escola para a implantação das políticas públicas inclusivas.

No terceiro capítulo desenvolvemos uma proposta de ação que visa aprimorar as políticas públicas de educação inclusiva, em especial, as implementadas na

Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, por meio de iniciativas que, além de apresentarem novas ações, valorizem as práticas de sucesso. Pretendemos com as ações já realizadas e com as que serão executadas, fazer com que a escola construa, a cada dia, um ambiente de aprendizagem inclusivo, em que impere as diversidades e a harmonia. As ações a serem implementadas devem ser desenvolvidas em conjunto com toda a comunidade escolar, sobretudo com atores envolvidos, mais diretamente, com as questões da inclusão. São utilizadas, para a elaboração das ações propostas, práticas de sucesso e experiências de outras unidades escolares que apresentam ações exitosas no campo da inclusão escolar.

1 INCLUSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

O capítulo 1 apresenta um panorama sobre o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais no Brasil, em Minas Gerais e na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque.

A seção 1.1 objetiva tratar de aspectos históricos, pois, a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), marco importante para a sociedade brasileira; abre-se a possibilidade de discutir antigos paradigmas, propor transformações e buscar a equidade nas ações pedagógicas praticadas pelas escolas em todo o país.

Na seção 1.2 é elaborado um panorama da situação histórica e legal da inclusão educacional no estado de Minas Gerais. Damos ênfase, sobretudo, no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado oferecido aos alunos com necessidades especiais na realidade da educação inclusiva mineira.

A seção 1.3 apresenta a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque. Ao discutirmos o atendimento aos discentes, tendo como base a perspectiva inclusiva em uma escola estadual de uma pequena cidade de Minas Gerais, pretendemos despertar as possibilidades locais para a busca de soluções quanto a este tema relevante e atual.

Passemos à seção 1.1 na qual são delimitados os marcos teóricos e legais da educação inclusiva no Brasil e em Minas Gerais.

1.1 A inclusão escolar após a Constituição Federal de 1988: a busca pela equidade através da lei

Desde a primeira Constituição brasileira, conhecida como Constituição de 1824, como afirma Vieira (2001): “[...] a educação irrompe como fundamento da política social”.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

[...]

XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos (BRASIL, 1824, s/p).¹

Segundo Vieira (2001), entretanto, somente, no século XX, a educação como fundamento da política social alcança maior abrangência:

Com relação à política educacional, a Constituição Federal de 1988 concede amplos direitos, confirmando e ampliando o interesse social pela educação. Desde a Constituição monárquica de 1824, a primeira Constituição brasileira, a educação irrompe como o fundamento da política social, que só alcança maior abrangência durante o século XX (VIEIRA, 2001, p. 14).

Também foi no século XX, entre os anos 1920 e 1930, que aconteceram medidas mais concretas para a prática da Educação Especial, sendo implantadas, no referido período, as primeiras classes de Educação Especial. Embora já haviam desde o período imperial preocupações com determinadas necessidades especiais, dando origem inclusive a importantes Instituições de atenção a estas pessoas. Algumas destas existem até hoje, dentre elas o Instituto dos Cegos, atual Instituto Benjamim Constant e o Instituto Nacional de Educação dos Surdos.

Na década de 1920, foram realizadas várias reformas na educação brasileira, influenciadas pelo ideário da Escola-Nova. Para isso, vários professores psicólogos europeus foram trazidos para oferecer cursos aos educadores brasileiros, influenciando os rumos da Educação Especial no nosso País. Em 1929, chegou a Minas Gerais a psicóloga russa Helena Antipoff, responsável pela criação de serviços de diagnóstico, classes e escolas especiais. Fundou em 1932 a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais para atender os deficientes. Essa psicóloga contribuiu para a formação de um número significativo de profissionais que, mais tarde, foram trabalhar na área da Educação Especial pelo país (MIRANDA, 2008, p. 32).

Na década de 1970, foram criados no Brasil os Serviços de Educação Especial em todas as Secretarias Estaduais de Educação, houve a expansão de ofertas aos alunos com necessidades educacionais especiais em classes especiais, salas de recursos e unidades de ensino itinerante. Os serviços enfatizavam o atendimento a estudantes vítimas do fracasso escolar, do que, propriamente, aos estudantes com necessidades educacionais especiais, já que esses permaneciam

¹Texto transcrito da Constituição de 1824 com as regras gramaticais e ortográficas da época.

fora das escolas. Nesse período, inicia-se no Brasil a discussão em torno dos temas integração e inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em turmas regulares, como destaca Silva:

A partir da década de 1970, alguns estudiosos, baseados na ideia da modificabilidade cognitiva, acreditaram no potencial de aprendizagem da pessoa com deficiência. Havendo assim, uma mudança de paradigma, não mais baseada na segregação do aluno em instituição especializada, mas sim, na ideia de uma educação integrada, fundamentada na possibilidade de que as escolas regulares possam inserir os alunos que apresentam necessidades especiais nas salas comuns. Promovendo assim uma intensificação em torno da discussão sobre a integração/inclusão das crianças que apresentam necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino (SILVA, 2009, p. 5).

Os avanços conquistados nas décadas finais do século XX, no tocante ao atendimento às pessoas com necessidades especiais, fizeram com que estas e suas famílias se organizassem no sentido de se beneficiarem dos direitos adquiridos, garantindo o cumprimento das novas legislações.

Toda expansão das escolas e classes especiais que ocorreram, representou para o ensino regular, uma “carta na manga”, no intuito de responder a sua inadequação e seu fracasso frente às necessidades dos seus alunos. As classes especiais serviam como depósito que excluía das escolas comuns os alunos que estariam fracassados em seus estudos. O início do século XX foi marcado por críticas à segregação e a exclusão das pessoas que apresentavam alguma deficiência. Neste sentido, pais e parentes dos deficientes começaram a lutar por melhores condições de vida para aqueles que apresentavam alguma “anormalidade”, requerendo a garantia de seus direitos. A partir daí o princípio de “normalização”, isto é, a adequação da pessoa com deficiências à sociedade, foi defendido por muitos teóricos. Mas, mesmo havendo uma defesa em prol da participação do deficiente na sociedade, tendo sua cidadania respeitada, os deficientes continuavam atendidos de forma assistencial predominando a hegemonia médica clínica (SILVA, 2009, p. 5).

O documento “30 Anos do AIPD”², elaborado pelo Governo do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2011), destaca acontecimentos marcantes ao longo da década de 1980, no que tange à inclusão, dentre eles: o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, realizado em Brasília, no ano de 1980, um marco histórico

² Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD).

que reuniu mais de 500 participantes para discutir a política nacional relativa às pessoas com deficiência; o 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em 1981, realizado, simultaneamente, ao 1º Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes, em Recife/PE (ambos foram precedidos de reuniões preparatórias nos vários estados e em Brasília); e o 1º Encontro de Delegados de Pessoas Deficientes, que aconteceu em Vitória/ES, em 1982. Na época foram criadas as organizações nacionais separadas por tipos de deficiências: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 1987; Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), em 1984; Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos (FEBEC), em 1984. Nesse contexto, deram-se as bases para a formação da Assembleia Nacional Constituinte e, conseqüentemente, as bases para a Constituição Federal de 1988, referentes ao tema inclusão (SÃO PAULO, 2011).

Os mencionados encontros discutiram, entre outros temas, a garantia de direitos das pessoas com necessidades especiais, o que provocou, no Brasil, uma reformulação de dispositivos legais para possibilitar o tratamento com equidade para essas pessoas. Como destaca Larissa Silva (2009, p. 6), “O ano de 1981 constituiu-se um marco para os deficientes de todo mundo, pois a Organização das Nações Unidas (ONU) o proclamou como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, tendo como lema Participação Plena e Igualdade”.

A Constituição Federal de 1988, marco da redemocratização, propõe legalmente, o direito à educação para todos (BRASIL, 1988). Esses fundamentos sustentam, como um dos desejos do Estado Brasileiro, a promoção do bem comum, evitando quaisquer tipos de discriminação e propondo direitos iguais, pelo menos no mundo das leis. Portanto, em direção à diminuição das desigualdades, o Brasil pode ter dado importantes passos com a promulgação da “Constituição Cidadã”, em 5 de outubro de 1988, como retratado, a seguir, em parte do texto Constitucional:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
[...]

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III - Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, s/p).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que resultou da “Conferência Mundial de Educação para Todos”, aprovada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, buscava, dentre outros objetivos, a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos. Para alcançar a audaciosa meta foi estabelecido um Plano de Ação, pois os dados apresentados, relacionados aos resultados do atendimento educacional naquela época, não eram nada animadores, como destacamos, a seguir:

- Mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não tinham acesso ao ensino primário;
- Mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres eram analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;
- Mais de um terço dos adultos do mundo não tinham acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajuda-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais;
- Mais de 100 milhões de crianças e incontestáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (UNESCO, 1990, s/p).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos não foi elaborada com o foco na educação especial, tampouco, a estudantes com necessidades educacionais especiais, mas apresentou objetivos que beneficiaram discentes com NEE, direcionando várias reformas educacionais. As principais contribuições provenientes dessa conferência foram: a delimitação das necessidades básicas de aprendizagem, a expansão do enfoque da educação para todos, a universalização do acesso à educação e o oferecimento de um ambiente adequado para a aprendizagem.

Em 1992, ocorreu o Seminário Regional sobre Políticas, Planejamento e Organização da Educação Integrada para Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Essa iniciativa aconteceu em Caracas, na Venezuela, e teve como objetivo provocar a confluência entre as autoridades da Educação

Especial com a da Educação Regular, provocando assim a integração entre as modalidades de ensino na perspectiva da Educação para Todos.

Em 1994, houve a Conferência Mundial de Educação Especial, envolvendo noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais na Espanha. Nesse contexto, surge o conceito de educação inclusiva, com a Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Esta defende que crianças com necessidades educacionais especiais tenham a oportunidade de serem incluídas em escolas de ensino regular.

Este documento trouxe a ideia de que as crianças com necessidades educacionais especiais fossem incluídas em escolas de ensino regular visando romper um paradigma relacionado à educação dessas crianças nas escolas e/ou turmas ditas especiais (SANTOS, 2015, p. 21).

Como orienta Silva (2009), a Declaração de Salamanca considera que a escola, para ser inclusiva, deve oferecer ambientes favoráveis de igualdade de oportunidade e participação, assim, todas as crianças devem aprender juntas, independente de quaisquer peculiaridades. Portanto, devem receber o suporte necessário para assegurar uma educação efetiva. Um dos princípios norteadores da Declaração de Salamanca diz que:

[...] as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em defasagem ou marginalizadas [...] (BRASIL, 1994, p. 3).

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa “Portadora” de Deficiência, possibilitada pela Lei nº. 7.853/1989 (BRASIL, 1989), elabora um plano para a implantação de uma Política Nacional para a integração de pessoas com deficiência. Entre a publicação da Lei mencionada e sua regulamentação, através do Decreto nº 3.298/1999 (BRASIL, 1999), se passaram dez anos.

Ainda na década de 1990, a inclusão escolar ganhou espaço na legislação brasileira. Pela primeira vez é dedicado um capítulo exclusivamente para a Educação Especial. A LDBEN/1996, em seu Capítulo V, artigos 58, 59 e 60; trata unicamente do tema. Especificamente o artigo 58 estabelece que os estudantes com necessidades educacionais especiais ingressem nas instituições de ensino regulares, e não mais em escolas especiais:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, s/p).

Já o artigo 59 trata propriamente do atendimento a estudantes com necessidades especiais, como destacamos a seguir:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, s/p).

Observamos a preocupação com estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A lei ainda especifica, em seu inciso primeiro, algumas possíveis formas de atendimento escolar, demonstrando em que momento é possível oferecer as especificidades necessárias para manter o estudante na escola, promovendo as condições para seu sucesso e prosseguimento na vida acadêmica.

No inciso segundo aparecem dois termos, ainda, pouco usados nas escolas, ou seja: terminalidade e aceleração. O primeiro sugere a terminalidade para estudantes que não apresentem competências mínimas para a conclusão do Ensino Fundamental, embora legal, ainda é muito pouco utilizado, por falta de regulamentações claras. Já o termo aceleração exige mudança de paradigmas consolidados na cultura escolar, bem como uma visão da educação na perspectiva da inclusão.

Ainda no artigo 59, no inciso três, são apresentadas as formações necessárias para os profissionais que trabalham em turmas nas quais existem estudantes com necessidades educacionais especiais. O quarto inciso, por sua vez, orienta para a necessidade de um ensino voltado ao trabalho em articulação com órgãos oficiais, colaborando assim, para o atendimento integral dos estudantes. Orienta também, o encaminhamento de estudantes com habilidades superiores a instituições capazes de desenvolver suas habilidades. E, por fim, o inciso cinco delibera que os programas sociais devem ser estendidos a todos os estudantes.

A Educação Especial é definida legalmente pelo Decreto Federal nº 3.298/1999, artigo 4º, como sendo:

[...] um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (BRASIL, 1999, s/p).

Portanto, deve assegurar ao estudante um conjunto de recursos e um amplo acesso à educação. A referida lei prevê a oferta de apoio ao aprendizado do conteúdo, e, quando necessário, a substituição do conteúdo para que o aluno possa

desenvolver suas habilidades em todos os níveis de ensino. A proposta pedagógica em uma perspectiva inclusiva define a forma de atendimento de todos os estudantes, contemplando todas as possibilidades previstas por lei. Contudo, essa proposta não deve ser engessada, a fim de estar sempre aberta a novas experiências de aprendizagem.

A flexibilidade conferida pela LDBEN à Proposta Pedagógica da escola prevê a liberdade necessária para o atendimento especial, respeitando o interesse e as potencialidades de cada estudante (BRASIL, 1996). Essa característica é validada pela Resolução do CNE/CEB nº 02/2001, que orienta sobre a flexibilidade para atender a estudantes com necessidades educacionais especiais, em uma perspectiva inclusiva (BRASIL, 2001).

Em 2001, o Conselho Nacional de Educação (CNE) determina que os sistemas de ensino deveriam matricular todos os alunos, sendo de responsabilidade das escolas organizarem o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade. O Ministério de Educação (MEC), em 2003, através da Secretaria de Educação Especial, propõe a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento este elaborado por um grupo de trabalho especialmente nomeado para este fim. Dentre as informações contidas no título II, “Marcos históricos e normativos”, do documento mencionado, destacamos o seguinte recorte:

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do Atendimento Educacional Especializado e à garantia da acessibilidade (BRASIL, 2008, p. 9).

A iniciativa do MEC realizada em 2003 é mais uma ação do Sistema Nacional de Educação no sentido oportunizar, em todas as escolas da rede pública, um ensino na perspectiva inclusiva e uma educação para todos. A iniciativa ministerial procura também, em respeito aos princípios federativos, criar formas e comportamentos “comuns” no sentido de “padronizar” a inclusão em todas as unidades escolares do país. De acordo com o “Programa Educação Inclusiva: direito

à diversidade”, deve-se promover e incentivar a formação de gestores e educadores buscando a oferta do atendimento especializado e a garantia da acessibilidade, fundamentais nos processos de acolhimento e atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais.

Em 2006, a Organização das Nações Unidas - ONU aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conceituando a deficiência como o resultado da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras, nas atitudes e nos ambientes, que impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

O Estado brasileiro, signatário desta Convenção, assume o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Para tanto, deve garantir que as pessoas “com deficiência” não sejam excluídas do sistema geral de ensino e realizar medidas que efetivem o pleno acesso à educação em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social (BRASIL, 2010a, p. 8).

Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) definiram ações para a implantação de temáticas relativas às pessoas com deficiência. Em 2007, o Ministério da Educação propôs diretrizes na constituição de políticas públicas que promovessem o amplo acesso à escolarização, buscando assim, a inclusão escolar, principalmente de estudantes com necessidades educacionais especiais. Ainda, em 2007, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, apresenta uma nova terminologia já usada em Planos Nacionais de Educação Especial, ou seja, “necessidades educacionais especiais”.

Considera a Educação Especial como modalidade de educação escolar, e como campo de conhecimento, buscando o entendimento do processo educacional de alunos com deficiência e com altas habilidades. Presente em todas as etapas dos níveis básico e superior de ensino; ela passa a ser complemento da formação de alunos com deficiência, perdendo sua condição de substituir o ensino comum, curricular em escolas e classes especiais.

Substitui também o termo classes e escolas especiais por salas de recurso multifuncionais nas escolas regulares e centros de apoio. O atendimento exclusivo, individualizado de herança clínica, também se configura nesta Política como trabalho colaborativo, com apoio extra turno aos alunos. Propõe também um currículo flexível e dinâmico e não uma adaptação curricular como nas leis anteriores (SILVA, 2009, p. 14).

O Quadro 1, a seguir, apresenta uma relação das principais leis federais que visavam favorecer a criação da Política de Inclusão em todo território nacional. Contudo, precisamos estar atentos, pois, como afirma Mantoan (2003), apenas a lei não é garantia de inclusão: “mesmo sob a garantia da lei, podemos encaminhar o conceito de diferença para a vala dos preconceitos, da discriminação, da exclusão, como tem acontecido com a maioria de nossas políticas públicas educacionais” (MANTOAN, 2003, p. 21).

Quadro 1 - Leis, Artigos, Decretos, Resoluções e Guias relacionadas ao processo de inclusão no Brasil a partir de 1988 (Continua)

Documentos Oficiais	O que estabelecem?
Art. 208 da CF de 1988 (BRASIL, 1988)	“Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.
Lei nº 7.853/1989 (BRASIL, 1999)	“Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social; sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”. Art. 8º - “Qualquer escola, pública ou particular, que negar matrícula a um aluno com deficiência comete crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos”.
Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 1990)	Art. 53 A criança e adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: [...] V – Acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência; Art. 54 É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] III – Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
Art. 59 da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996)	Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas

(Conclusão)

	para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
Decreto nº 3.298/1999 (BRASIL, 1999)	“Regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular”.
Lei nº 10.048/2000 (BRASIL, 2000)	“Dispõe sobre atendimento prioritário”. Lei nº 10.098/00 – “Lei da Acessibilidade”. Art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 02/2001 – “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008”.
Resolução CNE/CEB nº 04/2009 (BRASIL, 2009)	“Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional na Educação Básica, modalidade Educação Especial”.
Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011)	“Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências”.
Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012)	“Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera § 3º do art.98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”.
Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014)	Contempla a educação especial em todos seus aspectos, dede o direito de todos os estudantes com necessidades educacionais especiais em frequentar classes regulares, até os objetivos, metas e estratégias para este atendimento.
Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015)	“Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

De acordo com as leis mencionadas no quadro 1, não é possível negar matrícula a estudantes sob alegação de apresentar alguma deficiência ou uma necessidade educacional especial, pois tal ação configura-se como negativa a um direito fundamental. Alegar, por exemplo, que a escola não está preparada para determinado atendimento não é suficiente para se eximir da responsabilidade, pois a instituição deverá procurar os meios necessários para o atendimento dentro e fora da escola. A educação é um dever de toda a sociedade e, portanto, a responsabilidade em torno dela é uma tarefa de várias instituições. A escola, então responsável pela educação formal, não pode se eximir de suas funções e tem ainda

o dever de ser inclusiva e garantir este direito constitucional a todos e a todas, independentemente de quaisquer alegações. Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas públicas brasileiras devem conter formas de efetivação da educação inclusiva, pois como visto, são determinações da legislação brasileira, portanto, direito de todos e dever das escolas.

Assim, a educação em uma perspectiva inclusiva não deve estar centrada nos estudantes com necessidades especiais. Porém, o acolhimento e o atendimento a eles, servem como exercícios para que a escola seja inclusiva. Uma escola com este perfil mantém os estudantes a ela atidos, não tolera a evasão e busca o sucesso de todos, não havendo nesse modelo, grande distorção série/idade, por exemplo. Para que a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, seja possível nas escolas regulares, os ambientes devem ser caracterizados por: Salas de Recursos Multifuncionais, Centros de Apoio, Atendimento Educacionais Especializados e o desejo de acolher a todos.

A inclusão escolar depende de um esforço coletivo dos vários segmentos internos e externos, com o objetivo de buscar uma educação de qualidade, pois “[...] não há como melhorar nossas escolas se as diferenças continuarem a ser sistematicamente delas excluídas” (MENDES, 2006, p. 401). Vejamos, na segunda parte deste capítulo, um pouco do histórico e da realidade da Rede de Educação do Estado de Minas Gerais.

1.2 A Educação Especial no contexto de Minas Gerais

Como destacamos na seção anterior, a Educação Especial, nas últimas décadas, vem passando por profundas mudanças. O Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG), através do Parecer nº 424, de 2003 (MINAS GERAIS, 2003a), propõe normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. Destacamos as seguintes transformações:

A Educação Especial deixa de ser “o *lócus*” para onde se encaminham os alunos portadores de deficiência e torna-se modalidade “de chegada”, disponível, preferencialmente, na escola próxima à residência do aluno. Inserida no projeto pedagógico da escola, é uma estratégia institucional de combate à discriminação e à exclusão educacional. Fundamentando-se nos princípios da dignidade humana, da igualdade de oportunidades educacionais, no exercício da cidadania e na garantia de direitos, faz-se presente no

processo educacional, onde, quando e como se fizer necessária (MINAS GERAIS, 2003a, p. 3).

Sahb (2006) destaca a atuação do CEE/MG, posicionando da seguinte forma:

É importante, também, destacar a atuação do Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais (CEE-MG). Esse Conselho tem sua importância e suas atribuições explicitadas na Constituição Estadual, em seu artigo 206, mas, em linhas gerais, sua função é deliberar sobre assuntos pertinentes ao âmbito educacional.

A Educação Especial, como modalidade de ensino, não deixou de ser objeto de análise desse Conselho. Esse órgão expediu o Parecer CEE/MG nº 424/03, de 27 de maio de 2003, bem aos moldes do Parecer nº 17/2001 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), como não poderia deixar de ser vista sua posição frente à hierarquia legal vigente no País.

Decorrente do Parecer CEE/MG nº 424/03, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, é a Resolução CEE/MG nº 451/03, de 27 de maio de 2003, que “Fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino” (SAHB, 2006, p. 3).

O CEE/MG propõe, ainda,

Em coerência com o Capítulo V da LDBEN, art. 58, propõe-se, para o Estado de Minas Gerais, reforçar na Educação Especial seu caráter de modalidade facilitadora do atendimento das necessidades especiais dos alunos da educação básica. O seu grande objetivo é garantir que os alunos com necessidades educacionais sejam incluídos em todos os programas educacionais desenvolvidos pela instituição escolar, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades no exercício da cidadania e a condição humana como ser de potencialidades, possibilidades para se superar, reduzir os impedimentos do viver e solucionar problemas na plenitude da dignidade de vida (MINAS GERAIS, 2003a, p. 3).

A inclusão proposta pretende favorecer o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades no exercício da cidadania. Como pontua Glat (2011), é preciso frisar que a educação inclusiva de qualidade não implica somente no acesso e na permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Além dessa importante tarefa, mesmo que ele esteja bem adaptado e se desenvolvendo socialmente, é fundamental o seu aproveitamento acadêmico, verificado através da aprendizagem.

A seguir, no Quadro 2, apresentamos brevemente a legislação relativa ao processo de inclusão em Minas Gerais após a Constituição Federal de 1988:

**Quadro 2 - Leis, Resoluções, Decretos, Pareceres, Orientações e Documentos
Oficiais, relacionadas ao processo de inclusão em Minas Gerais após a
Constituição Federal Brasileira - 1988**

Documentos	O que estabelecem?
Artigo 198 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 (MINAS GERAIS, 1989).	Garante direitos iguais para todos e todas, inclusive aos estudantes com necessidades educacionais especiais. A garantia de educação pelo Poder Público se dá mediante: [...] III – Atendimento Educacional Especializado aos “portadores” de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados e material e equipamentos públicos adequados, e de vaga em escola próxima à sua residência; XIV – programas específicos de atendimento a crianças e ao adolescente superdotado, na forma da Lei.
Lei Estadual nº 11.666/1994 (MINAS GERAIS, 1994)	Estabelece normas para facilitar o acesso dos deficientes físicos aos edifícios de uso público.
Resolução CEE/MG nº 451/2003 e Parecer CEE/MG nº 424/2003 (MINAS GERAIS, 2003a; 2003b).	Fixam normas para a educação especial no sistema estadual de ensino. Se destinam a promover uma educação de qualidade, para todas as pessoas de uma sociedade, como parte constituinte de um projeto de sociedade igualitária, respeitadora das diferenças e, principalmente, calcado na valorização e no respeito das diferenças no respeito à dignidade humana.
Orientação SD nº 01/2005 (MINAS GERAIS, 2005)	Orienta o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas.
Resolução CEE/MG nº 460/2013 (MINAS GERAIS, 2013a).	Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.
Parecer CEE/ MG nº 895/2013 (MINAS GERAIS, 2013b).	Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.
Decreto nº 46.246/2013 (MINAS GERAIS, 2013c)	Institui o Plano Estadual da Pessoa com Deficiência. “Minas Incluir”.
Resolução CEE nº 460/2013 (MINAS GERAIS, 2013a).	Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.
Guia de Orientação SEE/MG de 2014. (MINAS GERAIS, 2014)	Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

A escola, como uma das instituições responsáveis por disseminar as boas ideias e oferecer bons modelos de relações sociais, passa a ter o dever de ser inclusiva; acolhendo de maneira peculiar estudantes com necessidades educacionais especiais. A legislação é explícita quanto à obrigatoriedade no recebimento e na matrícula de todos os estudantes no ensino regular, independente de suas necessidades, limitações e potencialidades.

Diante desse panorama, passamos apresentar resumidamente a organização da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. A SEE/MG é dividida em seis polos regionais, a saber: Polo Regional Centro, Polo Regional Sul, Polo Regional Mata, Polo Regional Triângulo, Polo Regional Norte, Polo Regional Vale do Aço. Os polos são divididos em Superintendências Regionais de Ensino, o Polo Mata, ao qual pertencemos, assim se divide: SRE Barbacena, SRE Carangola, SRE Juiz de Fora, SRE Ubá, SRE Muriaé, SRE Ponte Nova, SRE São João Del Rei e SRE Leopoldina, conforme demonstrado no Quadro 3:

Quadro 3 - Polos Regionais da SEE/MG

Polo Regional Centro	Polo Regional Sul	Polo Regional Mata	Polo Regional Triângulo	Polo Regional Norte	Polo Regional Vale do Aço
SRE Metropolitana – A, B, C	SRE Campo Belo	SRE Barbacena	SRE Ituiutaba	SRE Curvelo	SRE Almenara
SRE Conselheiro Lafaiete	SRE Caxambu	SRE Carangola	SRE Monte Carmelo	SRE Diamantina	SRE Araçuaí
SRE Pará de Minas	SRE Itajubá	SRE Juiz de Fora	SRE Paracatu	SRE Pirapora	SRE Caratinga
SRE Ouro Preto	SRE Passos	SRE Ubá	SRE Unaí	SRE Januária	SRE Coronel Fabriciano
SRE Sete Lagoas	SRE Varginha	SRE Muriaé	SRE Patrocínio	SRE Montes Claros	SRE Governador Valadares
SRE Divinópolis	SRE Pouso Alegre	SRE Ponte Nova	SRE Uberaba	SRE Janaúba	SRE Teófilo Otoni
	SRE São Sebastião do Paraíso	SRE São João Del Rei	SRE Uberlândia		SRE Manhuaçu
	SRE Poços de Caldas	SRE Leopoldina	SRE Patos de minas		SRE Nova Era
					SRE Guanhães

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

No Quadro 4, apresentamos os municípios atendidos pela Superintendência Regional de Juiz de Fora (SRE/JF).

Quadro 4- Municípios que compõem a área de atendimento da SRE/JF

Superintendência Regional	Município	Número de Escolas
Juiz de Fora	Arantina	1
	Belmiro Braga	2
	Bicas	2
	Bom Jardim de Minas	1
	Chácara	1
	Chiador	1
	Coronel Pacheco	1
	Descoberto	1
	Ewbank da Câmara	1
	Goianá	1
	Guarará	1
	Lima Duarte	4
	Mar de Espanha	3
	Maripá de Minas	1
	Matias Barbosa	2
	Olaria	1
	Pedro Teixeira	1
	Pequeri	1
	Piau	1
	Rio Novo	2
	Rio Preto	1
	Rochedo de Minas	1
	Santana do Deserto	1
	Santa Bárbara do Monte Verde	1
	Santa Rita de Jacutinga	1
	Santos Dumont	9
	São João Nepomuceno	4
	Senador Cortes	1
	Simão Pereira	1
	Juiz de Fora	49
Total		98

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

A SRE/JF atende a trinta municípios e a noventa e oito escolas estaduais, entre estes, apenas Juiz de Fora possui um sistema municipal próprio de educação. Nos demais municípios, a SRE/JF além de atender e dar suporte legal e pedagógico às escolas estaduais, atende também a todas as escolas municipais das demais vinte e nove cidades. O quadro 3 destaca a desigualdade em que é caracterizado o estado de Minas Gerais e a região sob a jurisdição da SRE/JF. A maioria dos municípios da jurisdição da SRE/JF é de pequeno porte, possuindo apenas uma escola estadual. A cidade de Santos Dumont é uma das maiores da jurisdição, possuindo nove escolas estaduais. Juiz de Fora possui 49 escolas estaduais e é a

cidade de maior porte da jurisdição, onde inclusive se localiza a sede da SRE/JF. Lima Duarte possui quatro escolas estaduais.

As tabelas 1 e 2 foram construídas a partir do Monitoramento do Atendimento Educacional Especializado, realizado pela SEE/MG, Secretaria de Desenvolvimento da Educação Básica (SDEB) e Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino, Diretoria de Educação Especial de Minas Gerais, em 2015, considerando o atendimento especializado na área da SRE/JF. A tabela 1 demonstra o número de atendimentos nas escolas estaduais da região em 2015.

Tabela 1 - Situação do Atendimento Especializados na SRE/JF - 2015

Escolas Estaduais na Região	Escolas Estaduais com Atendimento Especializado	Alunos Exclusivos de Educação Especial	Alunos Incluídos	Total de Alunos	Conceito
95	54	365	2.134	2.499	A

Fonte: Minas Gerais, 2015. Quadro elaborado pelo autor.

É possível observar, com base nas informações da tabela que, dentre as 95 escolas, 54 contavam com o Atendimento Educacional Especializado em 2015. A terceira coluna se refere a estudantes que, por algum motivo, ainda não puderam ser integrados às escolas regulares. Geralmente estão nas chamadas escolas especiais ou em organizações como a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE).

A quarta coluna apresenta o número de estudantes incluídos, considerando, de modo idealizado, que todos os matriculados e frequentes em escolas regulares podem ser considerados, de fato, incluídos.

A quinta coluna apresenta o total de estudantes com necessidades educacionais especiais com direito a Atendimento Educacional Especializado na área da SRE/JF, no ano de 2015.

A sexta coluna da Tabela 1 apresenta um conceito alcançado pela SRE/JF no tocante ao Atendimento Educacional Especializado. O conceito “A” alcançado, ainda que considere apenas o número de estudantes inseridos em salas de aula regulares, é um importante indicador. Para que haja inclusão, é preciso antes a presença dos estudantes no cotidiano escolar. Acolher e atender a todos os estudantes em escolas regulares é o primeiro passo para a inclusão, pois só assim passaremos a conhecer as realidades com as quais trabalharemos. A partir desse conhecimento é que será possível buscar o atendimento, adaptando, preparando e convencendo a

comunidade escolar de que este é um dos caminhos para a construção de uma sociedade inclusiva.

A Tabela 2 destaca a situação do Atendimento Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais, no estado de Minas Gerais em 2015. Apresenta, também, como está sendo a atuação do profissional especializado no tocante à orientação aos demais professores e ao planejamento em conjunto.

Tabela 2 - Situação do Atendimento Especializado na Sala Recurso em Minas Gerais – 2015

Possui AEE através de Sala Recurso	Não Possui Sala Recurso	Professor da Sala Recurso Orienta os demais		Professor da Sala Recurso Planeja em conjunto	
		Sim	Não	Sim	Não
619	579	557	639	443	755

Fonte: Minas Gerais, 2015. Quadro elaborado pelo autor.

Analisando a tabela 2, podemos observar que, dentre as escolas estaduais que responderam à pesquisa proposta pela comissão de monitoramento da SEE/MG, 52% (619) possuem Sala de Recursos Multifuncionais, isto é, ambiente pedagógico especialmente preparado para atender estudantes com necessidades educacionais especiais.

O Atendimento Educacional Especializado, por meio da Sala de Recursos Multifuncionais, é realizado por um professor especializado no contraturno, que assiste de um a três estudantes em cada atendimento conforme o grau de dependência apresentado por eles. Além da avaliação pedagógica, a necessidade desse atendimento deve ser comprovada por laudo médico, confirmando dessa forma, que o estudante necessita de outros profissionais e de outros ambientes de aprendizagem em seu atendimento.

A Sala de Recursos Multifuncionais é um dos tipos de Atendimento Educacional Especializado, havendo a possibilidade de término do atendimento no caso de o estudante não necessitar mais desse apoio. Quanto à orientação que os professores da SRM devem dar para os professores regentes e de apoio, em 53,5% dos casos, esses professores não orientam os demais professores sobre o uso de recursos na sala de aula regular. O Professor da SRM, além de fazer o atendimento agendado previamente, é também responsável pelo planejamento de aulas em conjunto com os professores regentes e os demais professores de apoio. Segundo o

monitoramento em análise, 73% não realizam essa atividade pedagógica, descumprindo, com isso, as determinações legais.

A SRE/JF tem em sua área, uma considerável diversidade em seu atendimento, é também uma das maiores Superintendências Regionais de Minas Gerais. Atende desde as escolas de uma das maiores cidades de Minas, até as escolas urbanas e rurais localizadas em território de alguns dos menores municípios mineiros, o que é uma experiência enriquecedora, mas ao mesmo tempo, apresenta dificuldades significativas devido às peculiaridades de cada uma das 95 escolas estaduais da jurisdição.

Na próxima seção é apresentada a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte, uma das unidades escolares da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e foco desta pesquisa.

1.3 A Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG

Como já destacado, a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque está localizada no Município de Lima Duarte/MG. Lima Duarte é um polo de referência para alguns municípios vizinhos, principalmente, para Olaria e Pedro Teixeira, pois devido à suas características geográficas e econômicas, é a sede da Comarca e congrega as três cidades. Como a cidade de Lima Duarte exerce uma liderança microrregional, é polo em algumas questões, o que possibilitou a instalação de bancos oficiais; de centralização em atendimentos de saúde para onde são direcionados casos mais graves, sendo inclusiva sede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), por exemplo. Esta centralização do município provoca uma polarização microrregional, que leva outras instituições a exercerem também uma influência nesse sentido. Assim, a escola é composta por uma comunidade escolar diversificada, atendendo a estudantes de regiões rurais, urbanas, do centro e de vários bairros da cidade de Lima Duarte.

Algumas reuniões da SRE de Juiz de Fora, com a microrregião polarizada em Lima Duarte, são realizadas na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque ou nas outras duas escolas regulares estaduais do município, que são: Escola Estadual Joaquim Delgado de Paiva e Escola Estadual Tiago Delgado. Está sediado em Lima Duarte o único Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) da Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora, o que também faz da cidade

um polo em relação ao acolhimento e atendimento de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental com distorção série/idade mais acentuada.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Lima Duarte era de 16.166 habitantes em 2010, ocupando a posição 222º entre os municípios mais populosos de Minas Gerais, pois apresentava uma densidade de 19,06 habitantes por Km² (IBGE, 2018). Desta população, 12.372 habitavam a região urbana, e 3.974 a região rural. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Lima Duarte é considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para O Desenvolvimento (PNUD). Seu valor é de 0,739, sendo o 242º maior de todo o Estado de Minas Gerais, dentre os 853 municípios; é o 2.179º de todo o Brasil, considerando os 5.507 municípios em 2010. Ainda segundo o PNUD, a cidade possui a maioria dos indicadores, dentro da média nacional. O coeficiente GINI, que mede a desigualdade social, é de 0,44, sendo que 1,00 é o pior número e 0,00 é o melhor (IBGE, 2018). No ano de 2003, a incidência da pobreza, medida pelo IBGE era de 35,40%, o limite inferior da incidência de pobreza era de 27,02%, o superior é de 43,79% e a incidência da “pobreza subjetiva” era de 33,36% (IBGE, 2018).

Na área da educação em 2008, o município contava com aproximadamente 3.465 matrículas, 291 docentes e 17 escolas nas redes pública e particular. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação, o índice de analfabetismo no ano de 2000 para pessoas de 18 a 24 anos de idade era de 1,5%. A taxa bruta de frequência à escola naquele ano era de 72,980%, sendo que no país, esse índice era de 81,89%, 793 habitantes possuíam menos de um ano de estudo ou não contavam com instrução alguma. Em 2010, 14 alunos frequentavam o sistema de educação especial, 93 crianças estudavam em creches em tempo integral.

A Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque é uma instituição com mais de sessenta anos de existência. Os primeiros registros encontrados são do final da década de 1940. Seu primeiro nome foi Ginásio Lima Duarte, conforme consta no livro de ata de fundação, (ESCOLA ESTADUAL ADALGISA DE PAULA DUQUE, 1949, p. 1v). Em 1954, a Escola Normal Santa Brígida passou a funcionar nas dependências do então Ginásio Lima Duarte. Em 14 de fevereiro de 1955, foi criado o Ginásio Estadual de Lima Duarte, através da Lei nº 1.235/1955 (ESCOLA ESTADUAL ADALGISA DE PAULA DUQUE, 2017). Com isto a unidade perdeu sua

característica de escola particular, ligada à iniciativa privada, passando a ser uma instituição pública de ensino, diretamente vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Em 1963, a Fundação Cultural de Lima Duarte, responsável pela instalação da escola, doou ao estado de Minas Gerais todo acervo e os bens do Ginásio Lima Duarte e da Escola Santa Brígida.

Em dezembro de 1963, foi autorizada a instalação definitiva do Ginásio de Lima Duarte, mantido pelo Estado de Minas Gerais e, a Lei 4.014/1965 criou a Escola Oficial Santa Brígida através da autorização número 88 de 13 de março de 1966. Através da Lei 4.941/1968, passa a denominar-se Colégio Estadual Lima Duarte e mais tarde Escola Estadual de Lima Duarte – 1º e 2º Graus, conforme resolução número 810/1974. No ano de 1987, através da portaria 1.502/1987, foi autorizado o funcionamento do curso de Habilitação Profissional de Técnico em Agropecuária, o qual se manteve até final da década de 1990. No ano de 1989, a escola passou a ser denominada “Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque”, através da Lei 9.879 de 04 de julho de 1989. Esta denominação foi em homenagem a uma cidadã limaduartina, esposa de um médico que também dá nome a uma das escolas públicas municipais de Lima Duarte. Dona Adalgisa, como era conhecida, era uma das lideranças femininas da cidade, dirigindo inclusive instituições sociais da época como a “Legião Brasileira de Assistência”³ (ESCOLA ESTADUAL ADALGISA DE PAULA DUQUE, 2014, s/p).

Além do prédio que abriga a escola, foi doada uma área de, aproximadamente, 120.000 m², onde hoje existem duas quadras poliesportivas cobertas, uma quadra sem cobertura e um campo de futebol. Parte desta área está em processo de reflorestamento, através do Projeto “Moleque no Viveiro” e com ajuda de vários parceiros, dentre eles, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Prefeitura Municipal de Lima Duarte (PMLD) e suas Secretarias, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) empresas da iniciativa privada (TRIBUNA DE MINAS, 2017).

³ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, contando com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria (UFSM, 2018).

Figura 1 – Cartaz do Projeto “Moleque no Viveiro”



Fonte: Arquivo da escola, 2017.

Figura 2 - Plantio de árvores no projeto “Moleque no Viveiro” (16/12/2017)



Fonte: Arquivo da escola, 2017.

O prédio sede da escola está localizado no centro da cidade de Lima Duarte, em uma rua central que possibilita facilidades quanto à rede de transportes públicos da cidade, está próxima da BR-267, Rodovia Federal Vital Brazil. O prédio já passou por várias ampliações e reformas, sendo a última nos anos de 2009 e 2010. É um prédio com um único andar, todas as portas têm mais de 80 cm, os corredores são

largos e há rampas de acesso para todas as dependências. Embora seja um prédio com acessibilidade, ainda faltam sinalizações para pessoas com deficiência visual e auditiva. Ademais, ainda são necessários alguns reparos, bem como a instalação de barras em corredores e banheiros.

A unidade escolar possui quatorze salas, um laboratório de ciências (utilizado também para outras atividades como aulas de Artes), uma biblioteca em bloco separado do corpo da escola, uma sala de professores, uma sala para direção, uma secretaria e, ainda, um laboratório de informática com quinze máquinas.

Figura 3 - Fachada da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque



Fonte: Arquivo da escola, 2017.

Figura 4 - Atividade extraclasse realizada no interior da escola, pátio interno



Fonte: Arquivo da escola, 2017.

A escola atende a estudantes de diversos bairros do município e também de comunidades rurais. Esses estudantes das regiões rurais mais próximas à área urbana são atendidos na sede, utilizando o transporte público escolar. A escola está presente em outros dois endereços, funcionando em instalações de escolas municipais. É responsável pelo Ensino Médio no distrito de São Domingos da Bocaina, no turno da tarde e em Conceição de Ibitipoca, no turno da noite. O atendimento é realizado naquelas localidades pelos professores da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque que, diariamente, se dirigem para os distritos em transporte público oferecido pelo município ou até mesmo em carros particulares.

Os estudantes das comunidades rurais, atendidos na sede da escola, frequentam o turno da manhã. Quanto à distribuição de turmas por turno, há no turno da manhã, uma turma de cada ano do Ensino Fundamental, 6º ao 9º e oito turmas de Ensino Médio. No turno da tarde, na sede, são atendidos apenas estudantes do Ensino Fundamental anos finais, distribuídos em dez turmas. No turno da noite funcionam, na sede, duas turmas, sendo uma de Magistério (segundo período) para formar professoras da Educação Infantil e uma turma de EJA, segundo período do Ensino Médio.

Amparando-nos em dados do último recenseamento (IBGE, 2018), observamos que das 3.475 matrículas no município, em 2008, cerca de 1.000 estavam sob a responsabilidade da escola. Dos 291 professores, aproximadamente 70 estavam lotados ou contratados para prestarem serviço na escola em tela. Em 2010, eram quatorze estudantes atendidos na educação especial em Lima Duarte, hoje só a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque atende 15 estudantes nesta situação, além de atender a aproximadamente outros 50 com dificuldades de aprendizagem mais severas, que não têm direito ao Atendimento Educacional Especializado.

A escola, no ano de 2017, oferta os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, também na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. Possui ainda uma turma de Educação Integral com estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Além dessas turmas, possui uma turma de Magistério, o tradicional Curso Normal de nível médio, capacitando profissionais para trabalhar na Educação Infantil e um curso à distância na área de administração – MEDIOTEC, em parceria com o Instituto Federal do Sul de Minas e Prefeitura Municipal.

Segundo informações registradas no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE)⁴, a escola atende atualmente, 887 estudantes, divididos em 31 turmas, sendo estas: 12 no turno da manhã na sede nos Ensinos Fundamental e Médio; 13 no turno da tarde nos Ensinos Fundamental e Médio, e ainda o Ensino Médio no Distrito de São Domingos da Bocaina; cinco turmas no turno da noite, uma de Magistério na sede, uma de EJA – Ensino Médio na sede e três do Ensino Médio Regular no distrito de Conceição de Ibitipoca. Possui, também, uma Sala de recurso que atende em dois turnos, manhã e tarde, mas ainda não em tempo integral, nela é oferecido o Atendimento Educacional Especializado. A SRM, além de atender a estudantes com necessidades educacionais especiais, funciona como um espaço próprio para tratar de assuntos relativos a estudantes que possuem o direito ao Atendimento Educacional Especializado. A escola atende hoje a quinze estudantes

⁴ Além de ser uma ferramenta de gestão para as escolas, o SIMADE é um coletor de informações desenvolvido pelo CAEd da UFJF, em parceria com a SEE-MG. É um banco de dados com todas as informações sobre o sistema educacional mineiro, que facilita a elaboração de projetos e políticas públicas para elevar a qualidade da educação em Minas Gerais. (CAEd, 2009).

com necessidades educacionais especiais, com laudos atualizados e atendimento regular.

A escola mantém ainda, um atendimento especial para estudantes com dificuldades de aprendizagem mais acentuadas. Para este, que é organizado pelos Coordenadores Pedagógicos, são utilizadas as Professoras de Ensino do Uso da Biblioteca (PEUB). Normalmente, esses estudantes não possuem laudos médicos, evidenciando a existência de alguma necessidade especial, mas, pela grande dificuldade que apresentam, recebem o atendimento quando possível. A maioria, cerca de 90%, é oriundo de famílias de baixa renda, mora geralmente em bairros periféricos e grande parte é afrodescendentes (MINAS GERAIS, 2017). Alguns professores e professoras se dispõem a colaborar nesse atendimento fora de seu horário, portanto, os referidos estudantes são atendidos por estes, desde que se disponham a voltar na escola nos horários estabelecidos, de acordo com a disponibilidade dos docentes.

A escola conta com uma equipe técnica formada por 93 servidores, sendo: um diretor, três vice-diretores, três coordenadores pedagógicos, uma secretária, seis assistentes técnicas de educação básica, 17 auxiliares de serviços de educação básica e 62 professores. Dentre os 93 servidores, 40 são efetivos, e 53 são designados de acordo com a Resolução SEE nº 3.205/2016 (MINAS GERAIS, 2016).

Com base nas avaliações diagnósticas realizadas, principalmente, no início do ano, são relacionados estudantes que apresentam maiores dificuldades, sobretudo, na leitura, na escrita e nas principais operações matemáticas. A Coordenação Pedagógica organiza pequenas turmas para o atendimento, o qual é realizado na maioria das vezes, no extra turno, mas em alguns casos especiais, também são realizadas intervenções dentro do próprio turno. O atendimento é realizado na biblioteca, pelas PEUBs, por professoras em ajustamento funcional e por outros professores da escola.

A unidade em foco atendi grande parte dos estudantes do município. Como deveria ser em todas as escolas públicas do país, não há seleção para o ingresso de estudantes nesse estabelecimento. O que favorece e amplia, a diversidade, fazendo desta e de grande parte das escolas públicas de Minas Gerais, espaços e ambientes privilegiados para se desenvolver a inclusão escolar. A tabela 3, a seguir, apresenta

o histórico do número de estudantes atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais entre 2006 e 2017

Tabela 3 - Número de estudantes com AEE na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte - nos anos de 2006 a 2017:

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
nº AEE	00	01	01	08	18	20	18	14	14	20	23	15

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Observa-se, na Tabela 3, que a escola somente iniciou a busca pelo Atendimento Educacional Especializado em 2006, 18 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e 10 anos após a promulgação da LDBEN. Em 2007 e em 2008, houve apenas um estudante atendido, matriculado na Educação de Jovens e Adultos. Além de cadeirante, ele possuía, naquela época, vários comprometimentos motores e intelectuais, o que certamente apressou a decisão da administração quanto à tomada de providências para o atendimento.

Assim, a partir de 2006, houve a necessidade de conhecer mais sobre a temática da inclusão, leis, decretos, teorias, experiências e orientações; e a modificação de parte da estrutura da escola, buscando melhorar também a acessibilidade física. Em 2008, as Coordenadoras Pedagógicas da época, com recursos próprios, se matricularam na faculdade Estácio de Sá em Juiz de Fora, em um curso de especialização: Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), para atender a estudantes com NEE e aprenderem a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

O PDI, como é conhecido entre os educadores do estado de Minas, é um documento pedagógico essencial no atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais e na prática da inclusão. Todos os estudantes com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento necessitam de um Plano de Desenvolvimento Individual. Esse plano visa garantir o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais enquanto persistirem. O plano também deve ser dinâmico e flexível, acompanhando as evoluções pedagógicas, motoras, sociais e até de saúde dos estudantes.

O PDI é um instrumento utilizado para adaptar o currículo escolar às necessidades dos estudantes deficientes e com necessidades educacionais especiais. Está amparado na Legislação Federal (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96) e em Minas Gerais está amparado pela Secretaria de Estado de Educação, através da SD nº.: 01/2005 de 09 de abril de 2005, que orienta o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas. O Planejamento de Desenvolvimento Individual – PDI, visa ao atendimento das dificuldades de aprendizagem das necessidades especiais dos educandos e ao favorecimento de sua escolarização. Consideram as competências e potencialidades dos estudantes, tendo como referência o currículo regular. Essa medida pode significar para os estudantes que necessitam, igualdade de oportunidades educacionais, promovendo a educação inclusiva, na perspectiva de uma escola para todos (PESSOA; SILVEIRA, 2013, s/p).

Em 2009, devido ao aumento das matrículas de estudantes com necessidades educacionais especiais, pensamos na possibilidade de montar uma “Sala de Recursos Multifuncionais”. Um ambiente de aprendizagem especialmente preparado e dentro da escola, para atender a estudantes com NEE, através do AEE. Para tanto, foram visitadas escolas que já possuíam estes espaços, a fim de conhecer esses ambientes e promover a devida adequação da realidade da escola em foco. Dentre as escolas visitadas, destacamos a Escola Estadual Maria das Dores, no município de Juiz de Fora, visto a sua longa experiência em Atendimento Educacional Especializado. Solicitamos, então, à SEE/MG, uma Sala de Recursos Multifuncionais.

Tão logo a solicitação foi atendida, organizamos o ambiente de aprendizagem, espaço para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais. Estudantes que frequentam a SRM, geralmente possuem laudo médico, identificando o devido Código Internacional de Doença (CID). Eles devem fazer acompanhamentos especializados periódicos, conforme orientações da SEE/MG. São atendidos, em 2018, na SRM aproximadamente 25 estudantes, e parte deles possui professores de apoio.

O que é uma Sala de Recursos Multifuncionais - SRMF? São espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE. As SRMF possuem mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público alvo da Educação Especial e que necessitam do AEE no contra turno escolar. A organização e a administração deste espaço são de responsabilidade da gestão escolar e o

professor que atua neste serviço educacional deve ter formação para o exercício do magistério de nível básico e conhecimentos específicos de Educação Especial, adquiridos em cursos de aperfeiçoamento e de especialização (SARTORETTO; BERSCH, 2017, s/p).

A escola, a partir de 2009, passou a ter mais uma professora especializada para fazer os atendimentos aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Esta profissional atua na escola até o hoje.

Na tabela 3 (p. 45), é possível perceber que, de 2009 em diante, há um crescimento no atendimento da SRM. Não são atendidos estudantes que não possuem disponibilidade de ir até a escola em outro turno, bem como alguns estudantes com outros atendimentos, de acordo com o desejo das famílias. Quanto aos primeiros, ou seja, estudantes que não dispõem de condição ou disponibilidade para retornarem à escola em outro turno, sempre que é possível, a professora faz atendimento esporádico dentro do turno. Observa-se que, em condições normais, o atendimento da escola gira em torno de 15 a 20 estudantes. Entre eles, a escola atende também alunos de outras escolas. Embora esse atendimento ainda seja pequeno, é política da escola e orientação da SEE/MG, ampliar o trabalho. Pretendemos, assim que possível, devido ao crescimento do atendimento, contratar mais uma professora para a SRM e oferecer o atendimento com o espaço funcionando em tempo integral, nos dois turnos e todos os dias.

A escola tem procurado desenvolver práticas inclusivas, despertando na comunidade escolar o interesse em discutir o tema inclusão. Destacamos, nesse sentido, as discussões sobre o tema durante as reuniões gerais; as atividades envolvendo todos os estudantes nos eventos especiais da escola, como na “Festa Folclórica”; a participação em atividades realizadas por outras instituições, como a Paraolimpíada, que ocorre todo ano na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Estamos planejando uma Paraolimpíada na cidade de Lima Duarte em parceria com a APAE e a Secretaria Municipal de Educação. Procuramos despertar nos estudantes com necessidades educacionais especiais o protagonismo e a independência; amparados nos Planos Curriculares Nacionais, nos Currículos Básicos Comuns, na legislação própria e no Projeto Político Pedagógico da Escola.

De acordo com as necessidades educacionais especiais, estabelecemos as ações a serem trabalhadas com cada estudante ou grupo de estudantes. Assim, a escola já possui: “Sala de Recursos Multifuncionais”; Professor intérprete para

estudante com implante coclear; professores de apoio; cadeiras de rodas especiais; aparelho para correção ortodôntica com acompanhamento em consultório particular; transporte escolar especial oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Lima Duarte (SME/LD) e pela APAE; aulas de reforço escolar; atendimento especializado; acompanhamento em tratamento médico; solicitação de benefícios sociais; entre outras.

Vale destacar que o Atendimento Educacional Especializado é diferente do realizado na sala de aula regular, e, portanto, um não substitui o outro, eles são complementares e fazem parte do processo de inclusão e de aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2007, p. 10).

Dependendo do tipo de atendimento oferecido, são estabelecidas parcerias, dentre elas destacamos: com a APAE de Lima Duarte, com as Secretarias Municipais, com órgãos ligados ao Poder Judiciário, dentre outras. A SRE de Juiz de Fora acompanha o processo e oferece suporte técnico quando possível além de orientações sempre que necessárias. Existe, também, um suporte da SEE/MG na contratação de pessoal especializado e, ainda, do Ministério da Educação, que orienta e envia materiais e equipamentos para a Sala de Recursos Multifuncionais.

Feito o diagnóstico, elaboram-se ações baseadas nas dificuldades dos estudantes, com apoio da Coordenação Pedagógica, da Professora da SRM, dos Professores de Apoio e dos Professores dos conteúdos regulares, das Professoras para Uso da Biblioteca e de outros segmentos de acordo com a necessidade. Em seguida, parte destes estudantes é encaminhada a SRM, para um trabalho especializado. Entre os projetos desenvolvidos, podemos citar: “Banda de Música”, “Movimentar para Relaxar”, “Mistura da Arte” e “da Sala de Aula ao Mundo Virtual”. Quando necessário, as PEUBs também desenvolvem atividades com estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem mais acentuadas, a estes são oferecidas atividades de reforço escolar na Biblioteca.

Os professores das salas regulares recebem dos professores de apoio, da Coordenação Pedagógica e das PEUBs, sugestões de atividades, as quais podem ser adaptadas de acordo com cada sala de aula. Entre as atividades realizadas destacam-se: pintura, desenho, recorte, colagem, leitura de gibis, jogos, uso do laboratório de informática, higiene pessoal, dentre outras.

Para um melhor acompanhamento dos estudantes com NEE, a Coordenação Pedagógica solicita dos professores das salas regulares, a cada semestre, um relatório dos avanços ou retrocessos. O mesmo relatório também é solicitado aos Professores de Apoio, para que a Coordenação Pedagógica tenha uma visão atualizada da situação desse educando a cada semestre, mas sempre que ocorrem fatos novos, estes são imediatamente comunicados. No referido relatório, são informados, principalmente, os avanços dos estudantes com necessidades educacionais especiais, os quais são acompanhados mais de perto e de forma especial pela Coordenação Pedagógica, com apoio da equipe administrativa da escola.

Os relatórios são elaborados pela SEE/MG e adaptados pela escola. Qualquer avanço, por menor que possa parecer, deve ser informado neste documento. O relatório, associado a outras informações internas e externas, podem trazer importantes contribuições para o acompanhamento médico e pedagógico de estudantes com necessidades educacionais especiais. Também são informados os aparentes retrocessos, com o mesmo objetivo, fornecer informações para o tratamento.

No que diz respeito ao envolvimento familiar, a escola mantém sempre um diálogo próximo com as famílias dos estudantes, comunicando, de forma particular, sobre os avanços e retrocessos no processo de ensino-aprendizagem de cada um. A fim de realizar uma troca de experiência dos profissionais da escola com as famílias, realizamos alguns encontros.

Nas reuniões administrativas e de capacitações, refletimos sobre o Atendimento Educacional Especializado, procurando envolver todos os servidores nesta tarefa. Dentre as grandes dificuldades para a garantia do Atendimento Educacional Especializado, destacamos o fato de os estudantes apresentarem peculiaridades muito distintas, desde leves comprometimentos motores, até graves lesões cerebrais, além de outras necessidades mais pontuais, como cegueira e surdez.

O atendimento de casos específicos, mais graves e menos comuns, exigem permanentes capacitações e novas ações da instituição. Além disso, o envolvimento e a atenção das famílias são muito irregulares; os equipamentos disponíveis são insuficientes, há carência no conhecimento técnico dos servidores, falta diálogo da escola com a área médica e vice-versa. Os ambientes não são totalmente acessíveis, e as questões sociais interferem, muitas vezes, negativamente nas questões pedagógicas. Destacamos ainda, a rotatividade dos Professoras de Apoio, visto que o estado de Minas Gerais ainda não realizou concurso para este cargo. Faltam também capacitações para os profissionais de apoio e os de áreas importantes para o atendimento educacional especializado, como por exemplo dos Professores de Educação Física.

A escola conta, em 2018, com oito professores de apoio e uma intérprete de libras. A SRM atende diretamente vinte e cinco estudantes. Boa parte deles são acompanhados pelos professores de apoio, os outros são estudantes com laudo médico, mas que não se enquadram no Atendimento Educacional Especializado com Professor de apoio (Mediadores de Aprendizagem).

Sobre a educação na perspectiva inclusiva, a SEE/MG manifesta-se no Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais da seguinte maneira:

A formulação de políticas públicas direcionadas para a educação básica em Minas Gerais passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras, assentadas em um conceito amplo de educação e em propostas mais abrangentes, sempre norteadas pelo princípio da inclusão. A educação inclusiva parte do princípio de que todos têm o direito de acesso ao conhecimento sem nenhuma forma de discriminação. Tem como objetivo reverter a realidade histórica do país marcada pela desigualdade e exclusão. A política educacional inclusiva da rede pública estadual de educação é orientada pelo reconhecimento deste direito, respeito à individualidade e valorização da diversidade (MINAS GERAIS, 2014, p. 7).

Como estabelece o Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais e de acordo com a legislação vigente, é público-alvo da educação especial estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Dentro dessas categorias, existem formas diferenciadas de atendimento. Esses podem variar desde simples

planos de atendimento individual até acompanhamento com professores de apoio e SRM. A tabela 4, a seguir, apresenta o histórico do número de professores no AEE da escola entre 2006 e 2017:

Tabela 4 - Número de professores no AEE na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte, nos anos de 2006 a 2017

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Prof. AEE	00	01	01	02	02	02	04	08	05	08	07	09

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

A Educação Integral é outra iniciativa a ser destacada, pois atende a estudantes com necessidades educacionais especiais, embora esses sejam em menor número. Com mais tempo na escola é possível um maior apoio pedagógico, além de oficinas que procuram preparar os estudantes para um estilo de vida caracterizado pela independência e pelo protagonismo. A Educação Integral, que mantém o atendimento em dois turnos para alguns estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, garante maiores investimentos, tanto de acesso a materiais específicos quanto na alimentação.

Destacamos, nesse viés, as parcerias, para o acolhimento e para a atenção aos estudantes com necessidades educacionais especiais, oferecendo a eles, dentro das possibilidades da instituição, um atendimento específico. Como exemplo desta parceria, a APAE pode ser novamente citada. As parcerias, por parte da escola, não são apenas no sentido de receber apoio, mas, também, de oferecer seus serviços e Atendimento Educacional Especializado para outras escolas e instituições. Nesse aspecto, pontuamos o atendimento oferecido a outras escolas estaduais e municipais.

A escola procura encaminhar estudantes com necessidades educacionais especiais para atendimentos especializados através de outros órgãos também responsáveis pelo trabalho. Quando é necessário, atendimento especializado e a família não demonstra interesse ou não consegue o atendimento, supostamente necessário, a escola encaminha o referido estudante para a rede pública municipal de saúde, de educação e de assistência social. O encaminhamento depende da necessidade especial para acionar a rede de proteção, a qual procura acolher e

atender à clientela. Algumas vezes, acionamos o Conselho Tutelar e, caso necessário, até o Ministério Público.

São realizadas reuniões gerais durante o ano, em média dez, em que também há uma reflexão sobre o tema inclusão. Na reunião geral de maio de 2017, recebemos a visita do médico psiquiatra do CAPS. Ele falou para servidores da escola, principalmente para Professores e Coordenadores Pedagógicos, sobre alguns comprometimentos intelectuais que interferem na aprendizagem e reforçou a parceria entre Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), órgão ligado à Prefeitura Municipal de Lima Duarte, com as escolas.

Os CAPS são instituições destinadas a acolher pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar e apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecendo-lhes atendimento médico e psicossocial. Na busca pela inclusão, a instituição é também uma parceira importante das escolas.

Existem também evidências negativas a serem apresentadas quanto ao atendimento a alunos com NEE. Essas, embora pareçam ruins e prejudiciais, possibilitam o crescimento da unidade em cada etapa vencida e em cada problema resolvido. Podemos listar várias, uma delas é a dificuldade para contratar alguns profissionais para o atendimento especializado, como por exemplo, para estudantes com deficiências auditivas e visuais, mais graves.

A título de exemplo, registramos um fato ocorrido no ano de 2017. A escola recebeu uma estudante com deficiência auditiva já submetida a “Implante Coclear”, por esse motivo, segundo as servidoras responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado da Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora, ela não teria direito a professor de apoio e nem a intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Acompanhando a estudante em questão, juntamente com sua família que já possui muitas informações acerca de seus direitos, observamos que o aparelho apresentava profundas limitações, não permitindo que a estudante desenvolvesse a comunicação desejada e necessária. Procuramos novamente à SRE/JF, juntamente com a família, após muitas argumentações, recebemos a autorização para contratar a professora intérprete. Após três editais de contratação frustrados pela falta de profissional habilitado, apareceu uma professora interessada que foi contratada e tem feito o atendimento.

A equipe gestora da escola é formada por quatro membros, sendo um diretor, um vice-diretor e duas vice-diretoras, todos possuem pós-graduação e dois estão

fazendo mestrado, um em Gestão e Avaliação da Educação Pública, e o outro em Educação do Campo. Três são servidores efetivos e um é contratado. A divisão dos serviços é por turno de trabalho, portanto, todos se envolvem em todas as demandas de seu turno, havendo alternância de turnos de atendimento durante os dias da semana, para que todos tenham uma visão geral da escola.

O Quadro 5 apresenta os principais projetos desenvolvidos na Escola:

Quadro 5 - Principais Projetos desenvolvidos na escola

Nome do Projeto	Séries Contempladas	Disciplinas envolvidas	Responsáveis pela execução	Objetivos do projeto	Resultados esperados	Período de realização
Aula de Música	Sexto ao nono ano	Todas	Direção, APM-LD e Escola de Música Maximiano Nepomuceno	Ensinar música e um instrumento musical de sopro ou percussão para os interessados	Criar uma banda de música municipal inclusiva e diversificada	Abril a nov./2017 e março a nov./2018
Educação Integral	Sexto ao nono ano	Todas	Coordenadores Pedagógicos, professores contratados, Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB) Direção	Atender estudantes em tempo integral, melhorando a assistência pedagógica, além de cuidar melhor de sua formação	Melhorar o rendimento dos estudantes na escola e seus comportamentos sociais, formando integralmente o indivíduo	Março a dezembro de 2017 e março a dezembro de 2018
APADU	Todas as turmas Ensino Fundamental e Médio	Nenhuma em particular	Vice-diretor e professor da educação integral (Welliton), Estudantes do Conselho de Representantes de turmas e Grêmio Estudantil Theofilina Teixeira	Criar e manter a central de mídias da escola. Melhorar a comunicação na Comunidade Escolar	Melhorar a comunicação entre a Comunidade Escolar, através de redes mais eficientes e eficazes. Desenvolver habilidades de comunicação nos estudantes. Desenvolver meios de comunicação.	Fevereiro a dezembro de todos os anos
Aulas de reforço escolar	Sextos e sétimos anos. Oitavos e nonos anos. Ensino Médio	Principalmente Matemática e Português	PEUB, APM-LD, Coordenadores Pedagógicos, Professores voluntários, Professoras contratadas	Atender e auxiliar estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem. Atender estudantes para melhorar seus resultados e prosseguir nos estudos	Melhorar os resultados das avaliações internas e externas. Diminuir a repetência e a evasão	De março a novembro de 2017 e de março a novembro de 2018
Iniciação Científica e OBMEP	Todas as séries	Matemática	Diretor, Professores contratados pela UFJF, Coordenadores Regionais da OBMEP	Descobrir e cultivar talentos na matemática, melhorando o resultado do município	Aumentar o número de medalhas e menções honrosas no município e região	De abril a novembro de 2017 e de 2018

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Conforme descrito no PPP da escola, os projetos desenvolvidos são destinados a todos os estudantes, independentemente de quaisquer características pessoais (ESCOLA ESTADUAL ADALGISA DE PAULA DUQUE, 2017). Como estamos tratando especialmente, neste trabalho, de Atendimento Educacional Especializado a estudantes com necessidades educacionais especiais, julgamos necessário descrever cada projeto, apontando como ele pode contribuir para oferecer este atendimento.

Inicialmente, explicaremos sobre o projeto “Aulas de música” que acontece em parceria com a Associação de Pais e Mestres de Lima Duarte e com a Banda e Escola de Música Maximiano Nepomuceno, conforme consta em atas de reuniões das referidas instituições. A Escola oferece esse projeto no contraturno, todas as terças e quintas-feiras, para os estudantes do Ensino Fundamental que se interessam pela aprendizagem da arte musical. São estudantes de quinto ao nono ano do Ensino Fundamental, com idades entre dez e quinze anos. Nas duas turmas, com aproximadamente sessenta estudantes de várias escolas públicas e particulares da cidade, destacamos que existem estudantes com necessidades educacionais especiais. Dentre eles, um em especial, com limitações motoras e intelectuais. Orientado pelo Professor de Música e Maestro da Banda com a participação da família, o estudante mencionado está sendo levado a desenvolver suas habilidades com instrumentos de percussão devido à facilidade e interesse demonstrados por ele. A música possibilita a inclusão, pois congrega estudantes de diferentes realidades, anos de escolaridade, idade e rede de ensino em torno de uma aprendizagem diferente: lúdica, diversificada e divertida.

O projeto de “Educação Integral”, de iniciativa da SEE/MG, é oferecido aos estudantes do Ensino Fundamental. Além dos recursos estaduais destinados ao desenvolvimento da Educação Integral, tal como a merenda escolar específica para o projeto; o Ministério da Educação, através de verbas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Mais Educação, também investe nas escolas que participam. A Educação Integral atende vários estudantes que não possuem as características para o AEE, mas que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, o que facilita a inclusão deles nas salas regulares, pois recebem atendimento pedagógico que amenizam algumas de suas carências.

A Central de Mídia da Adalgisa de Paula Duque (APADU) é uma organização formada por estudantes. Devido sua importância, recebe alguns incentivos da

Escola e possui um espaço físico onde funciona esta organização estudantil. O Colegiado Escolar autoriza investimentos em equipamentos por solicitação da APADU, pois ela procura desenvolver o acolhimento de estudantes com necessidades educacionais especiais, contribuindo para o atendimento deles, através do envolvimento de todos nas iniciativas e atividades propostas pela organização.

As aulas de Reforço Escolar são organizadas pela Coordenação Pedagógica da escola, que, com as avaliações diagnósticas realizadas no início de cada ano, investiga quais são os estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem. Com a realização do diagnóstico e observação nos documentos enviados pelas famílias e escolas de origem, encaminhamos os estudantes para os diferentes projetos de acordo com suas necessidades.

Aos estudantes que não se enquadram nos atendimentos mencionados, são oferecidas aulas de reforço escolar, organizadas pelos Coordenadores Pedagógicos e ministradas pelas PEUBs e por professoras em ajustamento funcional. Sempre que possível, em horários vagos, alguns professores se oferecem para realizar o reforço escolar.

Os Projetos Programa de Iniciação Científica (PIC) e “OBMEP na Escola” são projetos de iniciativa da organização nacional da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), através da coordenação regional sob a responsabilidade de professores da UFJF. Inferimos que este seja, entre os projetos apresentados no quadro 3, o que menos interfere no atendimento educacional especializado, pois atendem a estudantes com mais facilidades e melhores resultados em avaliações, principalmente, em Matemática. Por outro lado, são projetos que contribuem para o diagnóstico de possíveis estudantes com altas habilidades, os quais também têm direito ao AEE, embora a escola não tenha nenhuma experiência neste tipo de atendimento até o momento. Segundo informação dos coordenadores regionais, a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG é a única unidade escolar na região de Juiz de Fora que desenvolve os dois projetos simultaneamente.

De acordo com as determinações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a recuperação paralela é obrigatória em todas as escolas públicas do estado, sendo uma das estratégias usadas nos estabelecimentos de ensino para facilitar a progressão e evitar a evasão. Esta e outras estratégias, previstas em Lei,

são ratificadas no Regimento Escolar, no título: “Da Avaliação do Desempenho Escolar”, artigos de 10 a 24. A administração da escola, através das reuniões gerais, procura mostrar que a recuperação paralela é uma estratégia legal que visa facilitar a aprendizagem dos estudantes, e que a nota alcançada deve ser apenas uma consequência desta recuperação. Além disso, por meio dos “Conselhos de Classe”, é realizada uma avaliação coletiva, levando-se em consideração uma série de outros elementos, para chegarmos a resultados mais justos, sempre procurando praticar a equidade.

A necessidade de revisar e reestruturar o PPP surge com muita frequência, principalmente, quando a escola é submetida a alguma avaliação, o que é muito comum nos dias atuais, devido às Políticas de Avaliação implantadas nas últimas décadas. Uma das avaliações é o Prêmio de Gestão Escolar (PGE), realizado de dois em dois anos. Ele é também uma oportunidade de a escola avaliar sua prática, pois, ao fazer coletivamente a autoavaliação das várias dimensões da gestão, descobrimos e identificamos os principais pontos fracos e fortes.

Em 2015, a escola, ao participar do prêmio, concluiu que a integração família-escola vinha se enfraquecendo a cada ano, principalmente no Ensino Médio. Para estreitar esse relacionamento, foi criada a Associação de Pais e Mestres de Lima Duarte. É importante ressaltar que a associação está devidamente registrada e tem proporcionado projetos para aproximar as instituições família-escola e ainda procura resgatar o interesse dos estudantes para as atividades escolares, melhorando os ambientes de aprendizagem e, conseqüentemente, os resultados da escola.

Segundo a LDBEN, título III, artigo 4º- alínea de I a X, artigo 5º – alínea de I a V e a Resolução nº 2.197/2012 (MINAS GERAIS, 2012), é garantido aos alunos o direito de aprender, dessa forma, o PPP considera importante o planejamento sistemático por parte de todos os professores, buscando possibilitar aos estudantes a consolidação das habilidades e competências de cada etapa. Quanto ao processo de inclusão, já se encontram referências no PPP revisado em 2017 (ESCOLA ESTADUAL ADALGIZA DE PAULA DUQUE, 2017). As referências à inclusão são apresentadas nos quadros que se seguem, elas traçam a tendência da escola quanto ao processo de inclusão:

Quadro 6 – O PPP da EEAPD e a Inclusão

Item do PPP e base legal	Atendimento educacional especializado	
<u>Item 18:</u> Resolução SEE/MG nº 521/2004 (art. 3º); Orientações SD 01/2005 e Parecer do CEE nº 451/03, referente à Resolução SEE/MG nº 2.197/2012.	<u>Apoio:</u> Consiste no atendimento educacional especializado, dentro e fora de sala de aula no mesmo turno de escolarização, para acesso ao currículo, efetivando-se por meio de:	<u>Professor de Apoio:</u> Compreende o apoio do processo de escolarização do aluno com disfunção neuromotora grave, deficiências múltiplas e ou transtornos globais do desenvolvimento. Esse apoio pressupõe uma ação integrada com professor regente na sala de aula, visando oferecer o acesso do aluno ao currículo, à comunicação por meio de adequação de material didático-pedagógico, utilização de estratégia e recursos tecnológicos.
	<u>Complementação:</u> Consiste no Atendimento Educacional Especializado, realizado no contra turno da escolarização do aluno para oferecer um trabalho pedagógico complementar, necessário ao desenvolvimento de competências e habilidades próprias nos diferentes níveis de ensino e se efetiva por meio de:	<u>Sala Recurso:</u> Localizada na escola, caracteriza-se como Atendimento Educacional Especializado que visa oferecer a complementação ou suplementação curricular do atendimento educacional comum no contra turno de escolarização, para alunos com quadro de deficiência ou de transtornos globais do desenvolvimento, matriculados em escolas comuns em qualquer nível de ensino. Nesse atendimento, deve-se abordar questões pedagógicas que são diferentes das oferecidas nas salas de aulas e que são necessárias para melhor atender às especificações desses alunos. A finalidade do atendimento da SRM é específica, pois disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagem e código específico de comunicação, sinalização e tecnologias assistivas. Ao longo desse processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, assegurando assim, o direito de acesso a recursos que possam potencializar suas capacidades.

Fonte: Escola Estadual Adalgiza de Paula Duque, 2017. Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 7 – O PPP da EEAPD e a Inclusão

Itens do PPP	Meios utilizados para promover a articulação com a comunidade	Educação Inclusiva
Item 19:	A escola valoriza a relação entre ela e a família para o desenvolvimento dos estudantes. Assim sendo, são realizados bimestralmente encontros de pais, principalmente com as turmas que mais necessitam; professores e direção em que se pode dialogar, programar e valorizar em conjunto o trabalho da escola e da comunidade, visando à formação integral do educando. Nessas reuniões, é sempre enfatizada a relevância da presença dos pais na escola, independente de convocações ou eventos especiais. Outro momento de integração da família com a escola é através de conversas com os especialistas e professores, após os resultados das avaliações bimestrais internas, através dos boletins escolares. Sempre que surge algum aspecto sobre a vida do aluno que precisa de mais dados ou comunicações formais, a secretaria da escola, direção ou o serviço de supervisão pedagógica, convoca os pais para comparecerem à escola, a fim de buscarem soluções, juntamente com as famílias.	Devido a Política de Inclusão, a Escola vem recebendo um crescente número de matrícula de estudantes com necessidades educacionais especiais. Portanto, este projeto visa diagnosticar as dificuldades e deficiências apresentadas, com a finalidade de realizar intervenções pedagógicas. Acolhendo estes estudantes, a escola busca promover a inclusão através do Atendimento Educacional Especializado. Embora destacamos alguns projetos específicos para estudantes com necessidades educacionais especiais, todo o PPP da escola é voltado para a Política de Inclusão, portanto todos os projetos procuram envolver todos os estudantes e toda Comunidade Escolar.

Fonte: Escola Estadual Adalgiza de Paula Duque, 2017. Quadro elaborado pelo autor.

O Projeto Pedagógico pode ajudar ao diretor no enfrentamento dos desafios diários, de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e participativa. Como orienta Theobald et al. (2009), define o Projeto Pedagógico da seguinte forma:

Etimologicamente, projeto pedagógico compreende um trabalho conjunto, pensado e elaborado em favor do bem comum. Uma proposta para o progresso de uma escola. O termo projeto é de origem latina: *projecto*, cujo significado é “lançar para a frente, fazer pulsar a partir de dentro, arremessar, afastar”; e o pedagógico vem do grego *paidagogikós*, que significa “cuidar de uma doença” (THEOBALD; SILVA; SILVA, 2009, p. 142).

O Projeto Político Pedagógico, dentre outras possibilidades, pode contribuir no processo de inclusão pelo qual as escolas públicas passam nas últimas décadas. Como apresentado acima, o projeto impulsiona o movimento inclusivo que precisa partir do interior das escolas, pois estas devem refletir as tendências da sociedade

que deve caminhar para uma realidade mais inclusiva. Infelizmente, parte de nossas crianças e jovens com necessidades educacionais especiais ainda estão à margem tanto da escola especial quanto da escola comum.

O Quadro 8 contextualiza a legislação nacional, demonstrando como a escola procura colocar a política em prática:

Quadro 8 – Contextualização com a legislação nacional da relação da escola com a inclusão

Atuação do:	O que está previsto	Como é feito
Gestor	Deve garantir a matrícula e o Atendimento Educacional Especializado de quem procura a escola, além de ser o mediador dos mecanismos para a promoção da educação inclusiva. Deve também favorecer uma gestão democrática.	Todos os estudantes que procuram a escola, independentemente de suas necessidades educacionais, são acolhidos ou encaminhados. A gestão busca realizar uma administração democrática, facilitando assim a participação de todos os segmentos.
Pedagogo	Colaborar nas ações realizadas no contexto escolar, dentro e fora da sala de aula, contribuir para tornar a escola um ambiente democrático e difusor de uma educação de qualidade. A função do pedagogo é mobilizar e definir o trabalho pedagógico para caminhar em um sentido de efetivar uma educação de qualidade, valorizando estudantes e servidores, em suas ações e atividades positivas.	Uma vez matriculados, os estudantes com necessidades educacionais especiais, são acompanhados pelos Coordenadores Pedagógicos, através de registros próprios e periódicos. Valorizam os trabalhos realizados na escola, com o objetivo de motivar sempre novas ações, no sentido de provocar constantes melhorias no atendimento a estes estudantes.
Infraestrutura	A acessibilidade é requisito indispensável, através dela é possível garantir o acesso de estudantes na escola, bem como a circulação dos mesmos pelos diversos espaços. De acordo com o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004: a acessibilidade é definida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos das escolas, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, p. 45- 46). É necessário, portanto, que os espaços e os mobiliários, sejam constituídos por uma infraestrutura adequada que garanta a locomoção de todos, independentemente das	Através de planilhas e obras de reforma e construção a escola já conquistou obras de acessibilidade. Ainda faltam algumas obras e sinalizações para complementar a acessibilidade, estamos sempre planejando novas ações neste sentido. Toda acessibilidade pedagógica possível é oferecida aos estudantes com necessidades educacionais especiais, principalmente através dos vários Atendimentos Educacionais Especializados.

(Conclusão)

	características individuais.	
Profissional de Apoio	Agente mediador nos processos de desenvolvimento e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais. O serviço do Profissional de Apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.	O Professor de apoio acompanha o estudante em todas as atividades e ainda propõe formas de atendimento para que alcance a aprendizagem, como os demais. Procuramos trabalhar de forma articulada e complementar com os professores das salas regulares e os demais servidores da escola.
Professor do Ensino Regular	Os professores das classes comuns e os do Atendimento Educacional Especializado, devem manter interlocução permanente com o objetivo de garantir a efetivação da acessibilidade ao currículo e um ensino que propicie a plena participação de todos.	A maioria dos professores das salas regulares procura trabalhar de forma articulada com as professoras de apoio e da sala de recursos, estes, por sua vez também estão sempre abertos e dispostos às tarefas e ações que visem melhorar, a cada dia, as práticas inclusivas da escola. Alguns professores das salas regulares ainda demonstram certa dificuldade e insatisfação neste tipo de atendimento. Por sua vez a Professora da Sala de Recursos Multifuncionais ainda encontra certa dificuldade para articular seu trabalho com os demais professores.
Família	Construir padrões cooperativos e coletivos de enfrentamento dos sentimentos, de análise das necessidades de cada membro e do grupo como um todo, de tomada de decisões, de busca dos recursos e serviços que entende necessários para seu bem-estar e uma vida de boa qualidade.	Principalmente as famílias de baixa renda têm muita dificuldade para darem um atendimento digno a seus filhos com necessidades especiais. Algumas famílias conseguem dar o suporte necessário para o Atendimento Educacional Especializado de seus filhos, mas a maioria dificilmente consegue garantir questões básicas como a frequência escolar e o acompanhamento das questões de saúde, com a regularidade necessária.

Fonte: Escola Estadual Adalgiza de Paula Duque, 2017. Quadro elaborado pelo autor.

O Quadro 8 mostra o que a legislação nacional prevê e orienta para a atuação de atores, espaços físicos e instituições na perspectiva da construção de uma escola inclusiva. Pretende, ainda, fazer uma avaliação do que a escola já tem colocado em prática e como tem realizado essas ações. A reflexão proposta é uma forma de avaliar as práticas inclusivas, bem como o papel de cada ator no caminho da inclusão.

Cabe ao gestor da escola pública possibilitar a matrícula de quem procura a instituição ou encaminhar a pessoa para outras instituições públicas mais adequadas ao atendimento solicitado, além de realizar uma administração, considerando os princípios democráticos como norteadores de suas decisões. Cabe ao Coordenador Pedagógico prezar pela aprendizagem, acompanhar e orientar os atores envolvidos neste processo. Ao profissional de apoio, cabe fazer a mediação, entre o estudante com necessidades especiais e o professor do ensino regular, com o objetivo de melhorar a aprendizagem. Cabe à família, acompanhar o desenvolvimento de seus filhos alertando sempre que possível às instituições e os atores também responsáveis pelo acompanhamento. Quando a família não tem condições ou estrutura para fazer o acompanhamento necessário, as outras instituições da rede de proteção devem exercer esta tarefa.

O Quadro 9, a seguir, contextualiza a legislação estadual e anuncia como a escola coloca a política em prática:

Quadro 9- Contextualização na legislação estadual da relação da escola com a inclusão escolar (Continua)

Atuação do:	O que está previsto	Como é feito
Gestor	O gestor escolar ou autoridade competente, segundo as Leis nº 7.853/1989 e nº 12.764/2012, não poderá recusar a matrícula ao aluno, público alvo da educação especial, em detrimento da sua condição.	Todas as matrículas são aceitas, independentemente das características peculiares do estudante com necessidade educacionais especiais. Caso o estudante não esteja no ensino fundamental ou médio, etapas que a escola oferece, encaminhamos para a escola competente.
Pedagogo	Acompanhar o atendimento educacional especializado.	Elaboram, juntamente com os demais professores, o PDI que é instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com

(Continuando)

		deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além de elaborarem, fazem o monitoramento periódico, atualizando o documento e acompanhando o desenvolvimento de estudantes com necessidades educacionais especiais.
Infraestrutura	Com relação aos recursos de acessibilidade a SEE/MG, recebe as solicitações das SRE e provisiona os recursos para atendimento. Alimenta o banco de dados no que se refere aos recursos disponibilizados para as escolas.	A escola encaminhou as planilhas e já realizou obras de construção e reforma, no sentido de melhorar a acessibilidade do prédio, mas ainda faltam algumas adaptações necessárias. A escola sempre solicita as obras que ainda faltam, principalmente acessibilidades para cegos e surdos e ainda algumas barras de segurança.
Profissional de Apoio	O Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas – oferece o apoio pedagógico ao processo de escolarização do aluno com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla e (ou) transtornos globais do desenvolvimento. Esse apoio pressupõe uma ação integrada com o (s) professor (es) regente (s), visando favorecer o acesso do aluno à comunicação, ao currículo, por meio de adequação de material didático-pedagógico, de estratégias e recursos tecnológicos. Para atuar no atendimento, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais da docência e capacitação específica na área da deficiência que irá atuar.	Atualmente a escola tem oito professores de apoio, sempre que é observado a necessidade deste profissional, é solicitado o atendimento junto ao setor competente, que após as verificações necessárias, manifestam sobre a solicitação. Em 2017, após autorização da SEE/MG, foi contratada uma intérprete de libras, devido a matrícula de uma estudante surda.
Professor do ensino regular	Aos professores que estão exercendo a regência é importante a formação continuada para reconhecerem as necessidades educacionais especiais de estudantes nesta situação. Assim serão capazes de flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento, avaliar continuamente a eficácia do processo educacional e atuar em colaboração com professores de apoio. Por isso, destacamos a relevância do reconhecimento, pelas instituições formadoras, do desenvolvimento dessas capacidades nos professores em cursos	Juntamente com professores de apoio, professora da SRM e em alguns casos com professoras recuperadoras, atendem aos (às) estudantes com necessidades educacionais especiais. Procuram fazer um trabalho integrado e orientado pela Coordenação Pedagógica, que periodicamente elabora relatórios com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos

	de atualização e especialização.	estudantes.
Família	O AEE integra a proposta político-pedagógica da escola, envolve a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes e deve ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. O PDI é o instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem no AEE. Deve ser elaborado, desde o início da vida escolar do aluno, por todos os profissionais (diretor, especialista e professores envolvidos no processo de escolarização), em parceria com a família e atualizado conforme temporalidade prevista no Projeto Político Pedagógico da escola. As Superintendências Regionais de Ensino deverão orientar as escolas e as famílias sobre a importância da frequência na SRM. O trabalho em rede de forma compartilhada favorece a elaboração de estratégias e a disponibilização de recursos de acessibilidade possibilitando aos alunos com deficiência, TGD, altas habilidades/superdotação, participar de todos os aspectos da vida social.	A escola procura envolver as famílias em todos os processos de inclusão e de atendimento às necessidades especiais de estudantes sob sua responsabilidade. A Associação de Pais e Mestres é uma importante instituição de apoio neste sentido, pois pela sua participação ativa em todos os assuntos da escola, participando tanto interna como externamente, ajuda na relação de confiança que deve se estabelecer entre as instituições, sobretudo entre a família e a escola.

Fonte: Escola Estadual Adalgiza de Paula Duque, 2017. Quadro elaborado pelo autor.

O Quadro 9 apresenta o que a legislação de Minas Gerais prevê e orienta para o Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais. A reflexão proposta no quadro é também uma forma de avaliar as práticas inclusivas, na realidade mineira, bem como o papel de cada ator no caminho da inclusão.

Com a visão geral sobre a caminhada da sociedade brasileira na perspectiva da inclusão, tendo como palco os espaços escolares e as interferências legais, procuramos, neste primeiro capítulo, percorrer a trajetória histórica para compreender o processo inclusivo em construção. Como afirma Mantoan, “a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino” (MANTOAN, 2003, p. 17).

No capítulo 2, apresentamos a proposta metodológica da pesquisa de campo, e uma análise dos dados obtidos nos eixos relacionados à Cultura de Inclusão, Política de Inclusão e Prática de Inclusão à luz de um referencial teórico.

2 A ESCOLA E A DIVERSIDADE: UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A proposta deste capítulo é desenvolver uma reflexão mais aprofundada, a partir das falas dos atores da comunidade escolar e à luz do referencial teórico selecionado, situando conceitos apresentados por estudiosos na área da inclusão escolar. Pretendemos, por fim, contribuir para o melhor embasamento da escrita deste trabalho.

Assim sendo, vamos refletir sobre as seguintes questões: a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, pelas evidências apresentadas e pela pesquisa realizada, pode ser considerada uma Instituição a caminho da Inclusão? As ações realizadas, neste sentido, apenas garantem uma “simples” integração? Podemos dizer que a educação inclusiva ainda é uma utopia? Mas o que é utopia? Sobre utopia, manifesta-se Galeano (s.d.) em uma de suas palestras:

A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (GALEANO, 2013, s/p).

Diante dessas inquietações, na primeira seção deste capítulo, apresentamos o percurso metodológico, no qual buscamos fundamentações teóricas, aliadas a informações obtidas através da pesquisa realizada na Comunidade Escolar, utilizando a técnica metodológica Grupo Focal.

Na segunda seção deste capítulo, construímos um resumo sobre três importantes fundamentos acerca da prática da educação inclusiva, são eles: Culturas da Inclusão, Políticas de Inclusão e Práticas de inclusão.

Por fim, na última seção, fizemos uma análise dos dados coletados na pesquisa, levando em consideração as informações teóricas de pesquisadores sobre o assunto e as informações obtidas por meio dos “Grupos Focais”. Os resultados desta análise nos auxiliaram na construção do Plano de Ação desenvolvido no último capítulo deste trabalho.

2.1 Percurso Metodológico

A pesquisa de campo, descrita nesta seção, tem como objetivo analisar como tem ocorrido a inclusão na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG. Pretendemos verificar a implantação das políticas de educação inclusiva, destacando as práticas inclusivas existentes na instituição. Almejamos, ainda, seguindo parte das orientações do material “Index para a Inclusão”, Booth e Ainscow (2011), apresentar uma análise sobre como a inclusão tem se desenvolvido na escola pesquisada de acordo com as vozes dos diversos membros da comunidade escolar.

- Grupo Focal

Grupos focais, como o próprio nome indica, constituem um tipo especial de grupos com um propósito, tamanho, composição e dinâmica definidos. Geralmente, de acordo com Gondim (2002), são compostos por seis a dez participantes, com determinadas características comuns, ligadas ao tópico estudado. Para ser bem realizado deve ter uma duração aproximada de sessenta a noventa minutos e objetivar compreender diferentes percepções e atitudes referentes a um fato ou a determinado tema. Como nos ensina Carlini-Cotrim (1996),

A coleta de dados através de grupo focal tem como uma de suas maiores riquezas se basear na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos. Ele contrasta, nesse sentido, com dados colhidos em questionários fechados ou entrevistas individuais, onde o indivíduo é convocado a emitir opiniões sobre assuntos que talvez ele nunca tenha pensado a respeito anteriormente. As pessoas em geral precisam ouvir as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias. E constantemente mudam de posição (ou fundamentam melhor sua posição inicial) quando expostas a discussões de grupo. É exatamente esse processo que o grupo focal tenta captar (CARLINI-COTRIM, 1996, p. 287).

O grupo focal possibilita que o pesquisador identifique as ideias que os participantes possuem a respeito do tema estudado, bem como o processo de construção dessas ideias, geralmente pela vivência, experiência e prática com relação a determinado assunto. Outra característica importante da técnica é uma maior horizontalidade, ou seja, a entrevista em grupo fortalece os participantes a

terem um protagonismo e, conseqüentemente, certo enfraquecimento do entrevistador, sendo este um mero coadjuvante.

Como orientam Zimmermann e Martins (2017), no planejamento, deve-se pensar em detalhes, tais como a equipe responsável pela aplicação da técnica; o orçamento para a execução da dinâmica; o conteúdo a ser explorado; onde será realizada a reunião; como será feita a coleta dos dados; como será feito o convite aos participantes; qual será o cronograma; como será a condução da sessão.

Diante do exposto, foram realizados dois grupos focais formados por professores de apoio (mediadores de aprendizagem); vice-diretora; professores regentes de aulas e mães de estudantes com necessidades educacionais especiais. A execução dos grupos focais, ocorrida no mês de março de 2018, nos dias 10 e 17, teve como objetivo procurar junto a esses indivíduos a visão que cada um tem sobre os processos inclusivos que acontecem na escola em foco.

A escolha foi a partir da livre manifestação dos convidados por meio de uma carta especialmente preparada com este objetivo. Os pais ou mães de estudantes com necessidades educacionais especiais também foram convidados via carta. Organizamos os grupos e comunicamos os participantes previamente, a fim de cumprir o cronograma estabelecido para a realização dos mesmos.

Sabíamos que algumas dificuldades poderiam ocorrer ao longo da aplicação da técnica, a primeira delas seria o agendamento, pois grande parte dos servidores possuem outro cargo, dispondo de pouco tempo para a participação na pesquisa. Desse modo, iniciamos a mesma com uma maior antecedência, o que foi indispensável para evitar possíveis imprevistos. Mesmo com os cuidados mencionados, tivemos três ausências de participantes nos dois grupos focais. Os convidados alegaram motivos pessoais.

Uma das preocupações desta pesquisa foi como proceder para a garantia da isenção necessária, pois, por ser gestor da instituição, estou profundamente envolvido com o tema no dia a dia da escola. Diante disso, convidei colegas da escola que também estão cursando pós-graduação para colaborar na aplicação da técnica. O que é devidamente previsto nas orientações teóricas a respeito da técnica de “Grupo Focal”, estes denominados no texto de “equipe de apoio”, ou como usado na transcrição “apoio”. A transcrição também, sob minha orientação, foi feita com colaboração de uma pessoa devidamente designadas para este fim. Fizemos a

simulação de um Grupo Focal com toda a equipe de apoio na reunião de preparação, após esta reunião, fizemos também uma confraternização.

As providências registradas acima tiveram como objetivo evitar interferências pessoais nas falas dos participantes, bem como na participação das pessoas selecionadas para participarem da técnica. Como alerta Dias (2000) sobre o papel do moderador e a necessidade da isenção:

O moderador é a peça mais importante do grupo focal. Para que realize um bom trabalho, deve conhecer muito bem os objetivos da pesquisa, porém mantendo-se neutro e evitando introduzir qualquer ideia preconcebida na discussão. É necessário que o moderador seja uma pessoa flexível e que tenha boa experiência em dinâmicas de grupo para que possa conduzir a discussão sem inibir o fluxo livre de ideias, promovendo a participação de todos e evitando que certas pessoas monopolizem a discussão. É recomendável que o moderador não esteja diretamente envolvido com o problema em foco, justamente para não direcionar a discussão. Em geral, o moderador é responsável pela elaboração do guia de entrevista, a condução da discussão, a análise e o relato de seus resultados. Em certos casos, atua inclusive no recrutamento dos participantes (DIAS, 2000, p. 4).

As equipes dos “Grupos Focais” foram compostas de um moderador, três observadoras, um auxiliar audiovisual e uma auxiliar de pesquisa. Exerci a função de moderador, tomando todos os cuidados necessários para não interferir nas falas dos membros do grupo, bem como para não inibir a participação. O moderador tem a responsabilidade de encaminhar e incentivar a participação dos componentes do grupo, conduzindo as discussões e mantendo o foco no tema, buscando novas revelações e novos aspectos, contribuindo com o enriquecimento das informações.

Os encontros aconteceram na escola, no galpão e na sala cinco. Os locais selecionados propiciaram a tranquilidade e o conforto necessários, pois estava livre de barulho e de situações que levassem a distrações. Como orientam Zimmermann e Martins (2017, p. 448), “[...] confortável, agradável, preferencialmente que seja um local diferente do cotidiano dos participantes da pesquisa e de fácil acesso”. Para garantir a tranquilidade necessária, os encontros foram realizados em dois sábados, sem outra atividade no ambiente.

O cronograma seguido foi o seguinte: 08/02/2018 às 18 horas, reunião geral com todos os participantes da equipe, momento em que combinamos os dias da realização de cada grupo focal. Aplicada à técnica e realizadas as transcrições,

passamos a analisar o material, para produzir as possíveis conclusões. As análises estão apresentadas nas próximas páginas e conduzem-nos ao terceiro capítulo, ao Plano de Ação Educacional (PAE).

2.2 Cultura de inclusão, políticas de inclusão e práticas de inclusão

Na busca pela Educação Inclusiva e consequentemente na construção de uma sociedade onde a inclusão seja uma prática comum, vários autores têm se dedicado ao estudo de configurações e estratégias nesse sentido. Estudos realizados por Goffredo (1999), Jannuzzi (2004), Mantoan (2003), Glat (2011), Sahb (2006), Fossi (2010), dentre outros autores, indicam como é fundamental aos ambientes escolares o acolhimento a estudantes com necessidades educacionais especiais. São as oportunidades de troca de experiências nos ambientes de aprendizagem das escolas, que possibilitam atitudes de respeito mútuo frente às diferenças e limitações dos envolvidos no contexto escolar.

Mazzotta e D'Antino (2011, p. 377) destacam que a inclusão social tem se consagrado no ocidente, principalmente na década de 1980, sendo ela lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. A discussão sobre a inclusão como direito de todos nos vários espaços sociais ganha importância a cada dia na sociedade contemporânea, sendo inclusive tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017.

Pereira destaca que:

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na

quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação (PEREIRA, 2018, s/p).

Os movimentos pela integração escolar buscam a fusão dos sistemas de ensino regular e especial, construindo um único sistema educacional, com qualidade, para estudantes com ou sem deficiência. Para que o movimento se concretize é necessário mudar, também, a escola, criando ambientes de aprendizagem que possibilitem, respeitem e incluam todas as diferenças, bem como permitam a convivência dos diferentes. Lançando mão, mais uma vez, dos ensinamentos de Mantoan (2015), acreditamos que:

Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio e de acordo com seus interesses e capacidade. Também é fundamental que o professor nutra elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares (MANTOAN, 2015, p. 71).

Mantoan (2003) entende que incluir é não deixar ninguém fora da escola comum, é ensinar a todas as crianças indistintamente. A escola tem que se abrir para além de seus muros, ela não pode se proteger do que ela mesma deve criar: novos saberes, novos estudantes, outras maneiras de resolver problemas e de avaliar a aprendizagem, outras “artes de fazer”. Em entrevista, a autora pondera que, “a Escola de qualidade na perspectiva inclusiva é aquela em que todo estudante tenha a oportunidade de aprender dentro de sua capacidade” (REVISTA EDUCAÇÃO, 2015, s/p).

Glat, por sua vez, afirma que a proposta de educação inclusiva é muito mais ampla do que, de antemão, acreditamos. Para além de estudantes com necessidades educacionais especiais e outras condições orgânicas que afetam a aprendizagem: “[...] é a escola que precisa se adaptar para atender a todos os estudantes e não esses que têm que se adaptar à escola” (GLAT, 2011, p. 2). Ainda segundo Glat, “fica evidente que o fracasso escolar não é simplesmente uma consequência de deficiências ou problemas intrínsecos dos estudantes, mas sim resultantes de variáveis inerentes ao próprio sistema escolar” (GLAT, 2011, p. 2).

A transformação de uma escola tradicional em uma escola inclusiva é um processo político pedagógico complexo, que envolve atores

(professores e alunos, e suas famílias) e cenários (escolas diferentes inseridas em diferentes comunidades) reais, e não basta para isso ter vontade política e disponibilizar recursos financeiros e /ou materiais. Sendo a escola, nesta nova proposta, uma instituição social a que todos têm direito, inclusive legal, de acesso e permanência, é sua responsabilidade, portanto, oferecer um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características pessoais. Para uma escola tradicional se tornar inclusiva, ela tem que transformar sua organização, sua estrutura, suas práticas pedagógicas e curriculares, adequar seus espaços e recursos materiais, e sobretudo, capacitar seus professores para atender à diversidade do alunado que agora nela ingressa. (GLAT, 2011, p. 3).

Sahb (2006) analisando a questão da educação inclusiva, afirma que é possível perceber que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais começa a tomar espaço, fazendo parte das discussões de questões sociais relevantes, sobretudo, nos ambientes de aprendizagem das escolas. Acrescenta, ainda, que a atual política educacional brasileira prevê a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na escola regular, com o devido apoio de AEE, quando necessário.

De acordo com a LDBEN (BRASIL, 1996), todas as pessoas com necessidades educacionais especiais têm direito a matrícula nas escolas regulares com o objetivo de criar redes de acolhimento e atendimento no sentido de desenvolver ações integradoras nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho. A pesquisadora evidencia a importância da escola na discussão e na formação de iniciativas inclusivas, difundindo, na sociedade, ideias que favoreçam a criação de espaços cada vez mais inclusivos.

A política educacional inclusiva, integradora, pressupõe um modo de se construir o sistema educacional que considere as diferenças e necessidades de todas as crianças, jovens e adultos, sem discriminá-los ou segregá-los por quaisquer dificuldades ou diferenças discriminatórias que possam ter. A escola inclusiva pressupõe uma nova escola, comum na sua organização e funcionamento, pois adota os princípios democráticos da educação de igualdade, equidade, liberdade e respeito à dignidade que fortalecem a tendência de manter na escola regular os alunos portadores de necessidades especiais (SAHB, 2006, p. 8).

Para Fossi (2010), houve uma transformação na educação especial, quando esta saiu de uma fase assistencial migrando para uma fase em que foram priorizados os aspectos médicos e psicológicos. Ao chegar às instituições

escolares, houve a integração da Educação Especial no sistema geral de ensino, o que deve caminhar para a inclusão desses estudantes nas salas regulares. Como destaca Fossi,

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB em vigor, Lei nº 9.394 de 20/12/96 destina o Capítulo V inteiramente à educação especial, definindo-a no Art. 58º como “uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais (FOSSI, 2010, p. 27).

A LDBEN (BRASIL, 1996) exige mudanças de alguns paradigmas e algumas posturas por parte de toda a comunidade escolar, principalmente das escolas e dos segmentos internos. Portanto, ancorados nos ensinamentos de Fossi e dos demais pesquisadores citados, pretendemos discutir, neste segundo capítulo, três tópicos que consideramos caminhos importantes para se construir nas escolas inclusivas, são eles: (1) Culturas de Inclusão; (2) Políticas de Inclusão; (3) Práticas de Inclusão.

Embora a apresentação dos conceitos, tenha uma ordem didática no texto, na realidade, não há uma sequência lógica. As culturas, as políticas e as práticas inclusivas podem acontecer ao mesmo tempo e seguir outras ordens.

- Culturas de Inclusão

Ao abordar culturas de inclusão como uma das mediadoras da inclusão social, propomos analisar questões relativas aos estudantes com necessidades educacionais especiais em uma perspectiva inclusiva. Para tanto, além da discussão metodológica, serão retomadas algumas definições para orientar a análise, ao destacar autores que colaboram para a discussão desta temática.

Mas o que é exatamente a cultura de inclusão? Podemos dizer que é um conjunto de valores e de atitudes sobre como devemos acolher o próximo e como eles devem ser tratados e atendidos.

Para se caracterizar uma atitude cultural é necessário também que os valores e as atitudes sejam compartilhados e vivenciados por um conjunto de pessoas, no caso, a comunidade escolar. Atitudes e comportamentos culturais não surgem e não acontecem de imediato, exigem comportamentos complexos, portanto, são lentos e acontecem de forma processual, é preciso, portanto, ter paciência e persistência. Como se trata de inclusão de pessoas, as atitudes e os comportamentos são

coletivos, exigem condutas em conjunto e na mesma direção, nesse sentido, o consenso é fundamental. Para ilustrar e ratificar tais conclusões, usamos parte da fala da participante 6, que assim se manifesta ao tratar da inclusão:

[...] Pode ainda não estar totalmente incluído pelas limitações deles e nossas também e da própria escola, mas hoje a nossa escola convive com todos os alunos e uma inclusão que também não é só de deficiência ou de necessidades especiais, mas uma inclusão também social, antigamente não tinha essa inclusão social, hoje nós temos essa inclusão social com projetos e tudo então eu só vejo algo positivo, e a sociedade mesmo, o olhar das pessoas, eu já presenciei coisas que há uns tempos atrás eu nunca imaginei que pudesse acontecer. O próprio olhar de uma criança brincando com uma criança que tem uma necessidade, eu não consegui ver um gesto de... como seria a palavra? De repulsa ou de exclusão daquela criança. É tão natural porque ele já conseguiu conviver naturalmente desde que nasceu (Participante 6, 10/03/2018).

Mantoan (2003), ao se referir aos argumentos que a escola tradicional direciona à inclusão, manifesta-se da seguinte forma:

Conhecemos os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão — eles refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis — eles existem de fato, são pessoas que provêm de contextos culturais os mais variados, representam diferentes segmentos sociais, produzem e ampliam conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam. Em resumo: esses grupos de pessoas não são criações da nossa razão, mas existem em lugares e tempos não ficcionais, evoluem, são compostos de seres vivos, encarnados! (MANTOAN, 2003, p. 28).

A comunidade escolar constitui-se de um conjunto de pessoas, têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes; são seres vivos, conforme Mantoan (2003), são encarnados. É uma realidade muito rica de experiências e de convivências, enfim, de relacionamentos humanos que se estabelecem nos ambientes de aprendizagem ligados às escolas. Por essa razão, as mudanças são complexas e exigem processos progressivos e, às vezes, demorados.

Normalmente, as mudanças culturais não acontecem com decisões de cima para baixo, temos uma resistência natural a decisões autoritárias, ainda que estas possam apresentar alguns benefícios. Mas quando a mudança parte do coletivo, ela

é de mais fácil aceitação. Desse modo, cada comunidade escolar deve apresentar sua sugestão. Culturas inclusivas podem ser particularidades de cada comunidade escolar, que pode ser assimilada por outras, ou não. Um modelo único é praticamente impossível devido à complexidade e as peculiaridades de cada realidade.

[...] a inclusão para mim é um subproduto de um projeto. É um projeto que é excludente, então ao mesmo tempo que ela recebe o título de inclusão, ela na existência real ela é exclusiva né, ela exclui por um projeto de existência, as coisas só existem, porque existe a exclusão. A exclusão é uma perspectiva de modo de existir no qual a gente existe hoje. Então eu acho que falar da inclusão é falar da existência desse projeto, esse projeto precisa discutir mesmo que seja teoricamente as questões da inclusão, ainda que ela não resolva esse problema. E no meu entendimento dentro dessa perspectiva de existência que temos hoje não tem nenhuma pretensão de resolver. Então a inclusão, muitas vezes, analisando a realidade, ela é uma falsa perspectiva porque faz parte de um projeto ter a exclusão. Não sei se é possível solucionar o problema da exclusão com discursos inclusivos ou com iniciativa de práticas inclusivas é isso que eu vejo hoje, há outras contradições sendo esperadas para poder concretizar o que teoricamente se trabalha como inclusão (Participante 7, 10/03/2018).

Para o participante 7, excluir faz parte de um projeto capitalista que visa criar as diferenças sociais, com o objetivo de manter as coisas como estão. Assim como existem dominadores e os dominados, é preciso também ter excluídos, para justificar o interesse pela inclusão, demonstrado por aqueles que, em nome de um projeto inclusivo, continuam excluindo e mantendo uma sociedade excludente e desigual. Como exemplo do que foi apresentado, vejamos como Miranda (2008, p. 38) se posiciona:

Neste modelo de integração, esperava-se que o aluno a partir da educação especial se tornasse competente o suficiente para acompanhar o ensino regular. Assim, a escola assume uma postura individualista ao se concentrar nas capacidades pessoais do aluno para se adaptar ao cotidiano escolar. Nesse sentido, a escola não considera as diferenças individuais, sociais e culturais dos alunos, transferindo para estes a adaptação ao modelo escolar que já existe, sem questionar a estrutura das instituições educacionais (MIRANDA, 2008, p. 38).

Na maioria das instituições e nas realidades observadas, vemos no máximo, um projeto de integração, no qual se integram os estudantes na mesma escola e na

mesma sala de aula, mas sem que haja uma preocupação de adaptação por parte das unidades escolares. Nesse projeto, espera-se que estudantes com necessidades educacionais especiais, sejam elas quais forem, sejam capazes de se adaptarem à realidade dos demais estudantes.

O participante 8, de certa forma, complementando a discussão sobre a Cultura de Inclusão, se posiciona do seguinte modo:

[...] A inclusão só existe, porque existe a exclusão. Então o que me faz pensar nesse tema é isso, talvez um dia a gente consiga trocar essa palavra porque na realidade já se reflita num outro procedimento de existência coletiva que não é o caso que a gente tem hoje ne, então a inclusão é uma luta, uma batalha ainda a ser vivida e a ser vencida (Participante 8, 10/03/2018).

De modo a validar o pensamento do participante recorreremos a Glat (2011), que afirma:

As reflexões oriundas de todos esses debates fundamentaram ações, cuja intenção é garantir que todos os alunos, sem distinção, possam ter acesso, permanência e aprendizagem na escola. Conforme, estabelecido na conhecida Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a proposta de Educação Inclusiva parte do princípio de que as escolas devem “acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, culturais ou outras”. Também é colocado que as “crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar”, a fim de construir uma “sociedade inclusiva, integradora e uma educação para todos (GLAT, 2011, p. 75).

Analisando os recortes apresentados, verificamos que, mais uma vez, é reforçada pelo participante 8 a questão da exclusão, afirmando a necessidade de continuar na luta pela inclusão, devido às realidades excludentes características da sociedade contemporânea. Combatendo a exclusão em todas as suas formas, consequentemente, vamos poder construir uma realidade diferente.

Verificamos, mais uma vez, que a inclusão como um todo é reforçada, mas as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais necessitam de um entendimento mais ampliado por parte da comunidade escolar. A esse respeito, vejamos como se posiciona uma das participantes do grupo focal:

*[...], e o que me traz aqui é realmente acreditar nessa questão da inclusão. Trabalho na educação especial há uns 10 anos, tenho buscado muita coisa, mas acredito que é um grande desafio principalmente nos nossos... nos dias de hoje e a palavra que me chamou a atenção hoje ne **ACOLHER**, como nós temos problema com essa acolhida ne? Imagine hoje e chegar aqui, eu por exemplo, diabética, chegasse aqui não tivesse quem me acolhesse, quem me levasse, me mostrasse que tinha uma fruta eu ia ficar o tempo todo... até uma colega disse: come uma frutinha, diabética, todo mundo sabe disso, mas e se eu não me sentisse acolhida, se não tivesse essa fruta, se não tivesse esse acolhimento não teria tanto interesse ne? Eu acho também que a gente precisa de estímulo, e tudo começa na acolhida gente, principalmente quando se fala em inclusão e acessibilidade. E o que me traz aqui também é uma grande esperança de um trabalho diferenciado, eu venho buscar sim coisas novas que a gente possa começar na minha casa, na minha vida, que essa inclusão aconteça realmente primeiro em mim, dentro de mim e, a partir daí, que eu possa estar criando perspectivas, condições de estar trabalhando isso fora. Na minha família, no meu grupo, na minha igreja, na minha escola, na minha outra escola, enfim, em todos os lugares que eu participar (Participante 9, 10/03/2018).*

No recorte em análise, a participante 9 afirma acreditar na inclusão e, por isso, se propõe a discutir o tema sempre que é convidada, já tendo inclusive participado de várias formações e capacitações neste sentido. Traz, ainda, para a discussão conceitos importantes, como a necessidade do estímulo, tanto para o acolhido como para aquele que acolhe. Destaca, além da inclusão, outro conceito fundamental neste processo que é a acessibilidade, pois, sem essa noção, as demais ações no ambiente escolar serão em vão, sem o acesso, não há o que se falar em educação inclusiva.

Nos ensinamentos de Mantoan (2000), a ciência pode ser uma parceira para criarmos ambientes acessíveis, mas temos que combater constantemente situações de marginalização e isolamento, principalmente das pessoas com necessidades especiais. A cultura da desigualdade deve dar lugar à cultura do acolhimento e da acessibilidade, para que pessoas com necessidades especiais possam ultrapassar suas incapacidades temporárias e melhorar sua qualidade de vida. Assim, Mantoan (2000) se posiciona:

A ciência tem sido uma grande parceira dos movimentos sociais que atuam no sentido de criar condições propícias à educação e aos suportes de toda a ordem que a pessoa com deficiência necessita, para ultrapassar suas incapacidades e melhorar sua qualidade de vida como um todo. Mas, insistimos, isto só não basta. Essa parceria

não tem sido suficiente para enfrentar situações que envolvem a marginalização e o isolamento das pessoas com deficiência, ou seja, a exclusão por razões de ordem política, social, econômica e cultural (MANTOAN, 2000, p. 55).

Apoiados em outro recorte extraído da transcrição do grupo focal realizado em 17 de março de 2018, continuamos nossa reflexão sobre a cultura de inclusão. Para tanto, trazemos mais uma contribuição da participante 1 deste grupo, vejamos:

[...] então a inclusão eu vejo como uma... a união, como uma união dos povos, [...] A união dos povos independente de credo, raça, cor, que a gente tem visto aí no nosso dia a dia seria muito mais humana muito mais amorosa. Então eu vejo que unir as pessoas, com a união dos povos, com a união das ideias a gente alcança o objetivo comum com mais facilidade, claro que respeitando a opinião de cada um. Mas a união a parceria é muito importante seja em qual segmento que for (Participante 1, 17/03/2018).

Trazemos, também, para referenciar a fala da participante, a contribuição de Sampaio e Sampaio (2009, p. 44):

Essa atenção à diversidade, visando a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, é coerente com a teoria histórico cultural de Vygotsky, na qual a heterogeneidade, característica presente em qualquer grupo, é vista como fator imprescindível para as interações na sala de aula. Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade de troca de repertórios, de visões de mundo, confrontos, ajuda mútua e consequente ampliação das capacidades individuais (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 44).

Diante de todo o exposto pelos participantes, “Culturas de Inclusão” tem a ver com heterogeneidade, mas, infelizmente, o que vemos é uma busca incessante das pessoas por ambientes homogêneos, o que é praticamente impossível. A riqueza é a diversidade. Ainda caminhando nas análises dos grupos focais, destacamos a fala da participante 2:

E para mim inclusão é estar inserida ou incluída em qualquer ambiente que esteja, participar, não adianta você falar eu trato com inclusão social, a criança está incluída, tem um professor de apoio, se ela não é incluída na sala de aula, na escola, nas atividades ou no que ela vem fazer. Normalmente eu tenho visto muito isso há bem tempo, que existe uma falsa inclusão social. [...] (Participante 2, 17/03/2018).

A fim de compreendermos o depoimento da participante, amparamo-nos em Pereira (2008, s/p) que assim nos ensina:

A tendência é focar as deficiências dos nossos sistemas educacionais no desenvolvimento pleno da pessoa, onde se fala em fracasso escolar, no déficit de atenção na hiperatividade e nas deficiências onde o problema fica centrado na incompetência do aluno. Isso é cultura na escola, onde não se pensa como está se dando esse processo ensino-aprendizagem e qual o papel do professor no referido processo. Temos que refletir sobre a educação em geral para pensarmos em inclusão da pessoa com deficiência (PEREIRA, 2018, s/p).

Aliando as duas falas, observamos que a Cultura da Inclusão nas escolas tem o papel de oferecer condições para criar ambientes favoráveis e capazes de conduzir estudantes, indistintamente, à aprendizagem, buscando sempre superar os limites. Nesse aspecto, a participante 2, como vemos no recorte acima, alerta para a existência de uma falsa inclusão, caracterizada simplesmente pela inserção de estudantes com necessidades educacionais especiais em salas regulares. Embora estudantes com deficiência estejam nas salas regulares e até com algum apoio específico, eles não participam integralmente das atividades. Pereira (2018) alerta para as deficiências dos sistemas educacionais no desenvolvimento pleno da pessoa. Centrar o problema na incompetência do estudante é uma cultura perversa presente nas escolas. Precisamos refletir sobre o tema e determinar melhor qual é o papel dos professores nesse processo. Pereira (2018, s/p) acrescenta: “temos que refletir sobre a educação em geral para pensarmos em inclusão da pessoa com deficiência”.

Ratificando o posicionamento da participante 2, a participante 3 se expressa em concordância ao que foi colocado: “(...) Eu concordo plenamente com o que a (...) falou. Eu não acredito em inclusão. Inclusão teoricamente é muito bonito, (...)”. O verbo acreditar, usado pela participante 3, é uma manifestação da cultura de muitas pessoas que também não acreditam, embora se omitam, ou simplesmente praticam uma inclusão rasa, a qual nem pode ser assim chamada, pois não passa de uma simples inserção, como já esclarecemos em parágrafos anteriores.

Mantoan (2003) afirma:

Ao nos referirmos, hoje, a uma cultura global e à globalização, parece contraditória a luta de grupos minoritários por uma política

identitária, pelo reconhecimento de suas raízes (como fazem os surdos, os deficientes, os hispânicos, os negros, as mulheres, os homossexuais). Há, pois, um sentimento de busca das raízes e de afirmação das diferenças. Devido a isso, contesta-se hoje a modernidade nessa sua aversão pela diferença (MANTOAN, 2003, p. 21).

No mesmo sentido, em outro trecho, ela assim se posiciona:

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos (MANTOAN, 2003, p. 12).

Finalizando esta discussão sobre Culturas de Inclusão, amparamo-nos em mais uma participação de membros da comunidade escolar. Ao ser provocado sobre a inclusão escolar, o participante 7 afirma: “então, eu acredito na inclusão e sei que incluir é gerar oportunidades, inclusão é deixar aquele indivíduo caminhar sozinho, então, devemos dar liberdade e sou a favor sim”. Quando conseguirmos formar na sociedade uma “Cultura Inclusiva”, não haverá mais discussões como esta, de ser a favor ou contra. A respeito das reflexões tratadas neste item, Pelegrini (2014) nos apresenta a seguinte conclusão:

A educação inclusiva diz respeito aos órgãos públicos, governos, sistemas de ensino e escolas, bem como, a todos que possuem possibilidade de contribuir para sua efetivação nas escolas de todo País. É um novo modelo de escola onde o acesso e a permanência de todos os alunos está para além da discriminação de qualquer instância, constituindo, portanto, uma cultura educacional que tem como proposta educativa a aprendizagem de todos (PELEGRINI, 2014, p. 45).

Ficou claro que, para construirmos uma realidade inclusiva é necessário que se desenvolva, na sociedade, uma “Cultura Inclusiva”, o que já vem acontecendo, embora de forma irregular e vagarosa. Para que essa realidade inclusiva se efetive nas escolas, é necessária a participação de toda comunidade escolar, sobretudo, servidores, estudantes e familiares.

Nesse sentido, acreditamos que o fazer pedagógico não garante uma educação inclusiva, pois ela extrapola essa dimensão, é preciso considerar outras

dimensões. Sendo assim, é indispensável o trabalho coletivo da comunidade escolar e demais parceiros que podem colaborar para esta empreitada.

Cultura não é algo que aparece instantaneamente, ela “nasce” do meio social, depende de um período de gestação de preparação, precisa amadurecer para provocar os efeitos para os quais foi “gestada”. Ela não pode também ser decretada e, tão pouco, sair da cabeça, da ideia de uma só pessoa, precisa do envolvimento de uma coletividade. O tempo também é fundamental, mas não é o suficiente, pois, além dele, é preciso um esforço coletivo e persistente para ir mudando a cabeça das pessoas e o comportamento da sociedade. Uma nova cultura tem o poder de mudar comportamentos sociais, relações sociais e até interesses sociais, sendo assim, tem o poder de formar uma nova sociedade baseada em novos paradigmas.

Trazendo para a realidade da “Cultura de Inclusão Escolar”, enquanto forma de acolher e atender estudantes com necessidades educacionais especiais, é importante destacar que o impacto esperado é na realidade escolar de estudantes incluídos. Pelegrini (2014) acrescenta que se trata de um novo modelo de escola, onde o estudante está para além de quaisquer tipos de discriminação, constituindo uma cultura educacional que tem como proposta a aprendizagem de todos.

- Políticas de Inclusão

A política de inclusão não é restrita às relações escolares, ela vai além dos muros da escola, devendo ser difundida por todos os segmentos da sociedade, bem como por organizações sociais que trabalham para melhorar a qualidade de vida das pessoas em geral. A educação inclusiva propõe a presença de estudantes em classes comuns, com foco maior na escola, deixando em aberto a possibilidade de ambientes de aprendizagem em outros espaços escolares e comunitários.

No geral, os estudos nacionais indicam que, mesmo para as poucas matrículas existentes, faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns (MENDES, 2006, p. 399).

Seguindo orientações de Booth e Ainscow publicadas no material, Index para a Inclusão, em sua dimensão denominada “Produzindo Políticas Inclusivas”, é necessário promovermos uma reflexão sobre o assunto. A primeira proposta para

nos levar a refletir sobre as políticas inclusivas propõe-se a uma análise sobre o processo de desenvolvimento participativo promovido pela escola, vejamos: Como tem ocorrido a participação dos diversos segmentos e dos atores internos e externos da escola? A escola tem adotado uma abordagem inclusiva de liderança? A experiência dos funcionários é conhecida e aproveitada? A escola procura matricular todas as crianças de sua localidade? Todas as crianças recém-matriculadas são ajudadas a se adaptarem na escola? As crianças são bem preparadas para se transferirem para outros ambientes? A escola é fisicamente acessível a todas as pessoas? A escola contribui com a redução do lixo? (BOOTH; AINSCOW, 2011).

Temos observado ações com a finalidade de colocar em prática princípios da inclusão para favorecer ambientes de aprendizagem mais eficientes. Há, contudo, fragilidades nos procedimentos de avaliação. Embora já estejam integrados e presentes nas escolas regulares, muitos estudantes com necessidades especiais, não estão preparados para as avaliações, ainda não devidamente adaptadas. Pela carência de processos de monitoramento, faltam dados que demonstrem a eficiência da inclusão. Como está o desenvolvimento, a situação educacional de estudantes com necessidades especiais? Estão sendo socialmente aceitos na escola?

A questão econômica interfere diretamente nas políticas sociais, comprovando tal afirmação, Mendes (2006) escreve:

[...] os determinantes econômicos têm servido como poderosos propulsores do movimento de inclusão, e têm transformado movimentos sociais legítimos de resistência em justificativas veladas para cortar gastos dos programas sociais, diminuindo assim o papel do Estado nas políticas sociais (MENDES, 2006, p. 400).

Ela ainda alerta para o grave problema das desigualdades, afirmando que enquanto perdurar esta perversa situação é impossível que as escolas do Brasil sejam inclusivas. Segundo a autora:

Enfim, ao analisarmos a política de inclusão escolar como política pública setorizada no campo da educação, podemos encontrar evidências suficientes para prever seu fracasso. Ao contextualizarmos essa política educacional no conjunto de outras políticas públicas, também setorizadas, para combater a lógica da exclusão social, a probabilidade de insucesso amplia-se consideravelmente, pois não há como construir uma escola inclusiva num país com tamanha desigualdade, fruto de uma das piores

sistemáticas de distribuição de renda do planeta (MENDES, 2006, p. 401).

Grande parte de estudantes com necessidades especiais permanecem nas escolas sem a devida atenção. Mesmo assim, não podemos ir contra às manifestações de inclusão presentes nas instituições de ensino, pois esta atitude pode ser perigosa e prejudicial à caminhada inclusiva já existente. Precisamos nos aproximar das diferenças para fazermos a experiência da inclusão, não como moda ou assunto do momento, mas como necessidade na construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

A política de inclusão escolar é uma estratégia que pode ampliar o atendimento das escolas públicas para os estudantes com necessidades educacionais especiais, avançando assim, no sentido de uma escola inclusiva. Considerando o contexto de cada comunidade, a política de inclusão apresenta diferenças, pois respeitam bases históricas, legais, filosóficas, políticas e também econômicas.

É importante, neste momento, entendermos o que é inclusão social. Ela pode ser empregada em diversos contextos, nesta pesquisa, é utilizada quando se trata da inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais. Estas podem ser: físicas, mentais e quaisquer outras necessidades especiais; estão geralmente relacionadas às escolas ou ao mercado de trabalho. Porém, podem estar relacionadas também, às chances que a pessoa tem ou não na sociedade, geralmente motivadas por questões: sociais, econômicas, de gênero, raça, religião, convicções políticas e atualmente até de acesso às novas tecnologias.

Uma política inclusiva efetiva não é tarefa fácil. Em se tratando da escola, ela se sustenta em várias questões, mas podemos destacar a formação dos profissionais da educação como uma das principais. Sobre esta política de formação inicial e continuada, tivemos algumas manifestações de pessoas da comunidade escolar da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG, das quais destacamos as seguintes:

[...]. Mas eu acho que a nossa Escola Adalgisa ela caminha muito em direção a isso porque a gente está sempre discutindo em relação a isso, sempre discutindo isso inclusive em reuniões. Isso é uma coisa que nos incomoda isso de querer fazer com que esse aluno seja incluído com que ele realmente que a gente possa dar a ele o que

ele necessita e ser cada vez melhor ajudando esse aluno, isso é uma coisa que sempre nos preocupou então eu acho que a nossa escola ela tenta sim caminhar, tentando fazer sempre o melhor, talvez a gente nem consiga tanto, mas a gente pelo menos tenta então eu acho que isso é o importante (Apoio 5, 10/03/2018).

[...]. Eu acho que, só complementando ali os avanços pessoais das pessoas quando vem para escola não tem tamanho. Lembro muito, eu estou falando muito pessoal porque vem uma retrospectiva de quando a minha filha começou a escrever o, a - e - i - o - u, para mim já estava bom, depois ela veio escrevendo número então assim, eu já me surpreendia e como eu tenho contato com as mães, o progresso de cada um, seja de que forma for é muito importante. Gente, não tem tamanho você chegar numa escola e você ver os alunos se ajudando. Dando uma volta com um aluno que não enxerga, trazendo ele no pátio. Isso... não tem, isso está formando cidadãos, formando pessoas de bem para o mundo lá de fora. (...). A gente sabe que a cada ano que passa a gente tem que buscar mais conhecimento, a gente tem que buscar mais capacitação (Participante 1, 17/03/2018).

[...]. Eu penso o seguinte, a vida da gente é muito corrida e a gente tem a tendência de focar naquilo que interessa a gente se não interessar não foca. Então é mais uma comodidade. Se eu tenho professor de apoio dentro da sala de aula para que eu vou esquentar a cabeça com aquilo. Aí vai a pergunta para elucidação. Nem todo professor regular, do ensino regular ele quer ler ele quer entender o problema do aluno porque ah eu tenho professor de apoio, isso é problema dele eu não tenho que me preocupar, eu tenho que chegar, dar a minha aula cumprir o meu papel pronto e acabou. Eu já ouvi isso muito (Participante 3, 17/03/2018).

[...]. Mas a Escola Adalgisa sim cumpre com o seu papel. No início que o aluno entra na escola, da secretaria à cantina o aluno é muito bem atendido. E quando recebe um aluno com necessidades especiais, o diretor, o vice-diretor, o pessoal se reúne e até discutem pelas responsabilidades, pelas questões burocráticas, (...). Mas a escola procura fazer essa intermediação o mais rápido possível para contratar esses profissionais para estar trabalhando (Participante 7, 17/03/2018).

Dos registros transcritos acima, podemos retirar alguns pequenos recortes e ideias a respeito da necessidade de capacitação que o trabalho escolar exige. A participante “apoio 5” acredita que a Escola Adalgisa tem caminhado na direção de ser uma instituição inclusiva. Afirma que sempre há discussão sobre o tema em reuniões. Este interesse demonstrado pela instituição e por servidores é uma demonstração de empenho voltado para a capacitação, ainda que seja somente em atividades intraescolares, encontros e reuniões.

Já a “participante 1” ratifica o quanto é importante o progresso dos estudantes alcançado nas escolas, principalmente quando são crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. Compreendemos esse relato como um sinal de capacitação, pois se os estudantes estão progredindo é porque estão sendo estimulados e alcançando a aprendizagem desejada. A participante destaca também que a formação de pessoas cidadãs é outra ação forte das escolas, conclui sua fala com a seguinte frase: *“a gente sabe que a cada ano que passa a gente tem que buscar mais conhecimento, a gente tem que buscar mais capacitação”* (Participante 1, 17/03/2018).

Diferente das demais pessoas que se manifestaram sobre a necessidade e importância da capacitação, a “participante 3” disse que a vida dos servidores, principalmente dos professores, é muito corrida e, portanto, não têm tempo de focar nesses detalhes. Segundo ela, os compromissos com os conteúdos de cada docente já é uma grande responsabilidade e, por isso, não têm tempo para se ocuparem de outras capacitações. Disse ainda, que além de tudo isso, existe a comodidade, presente na maioria dos servidores. Acrescentou que, em relação ao atendimento a estudante com necessidades educacionais especiais, procura fazer o que é possível, mas quando esses possuem professores de apoio (medidores de aprendizagem), deixa por conta deles, não se envolve muito.

Por fim, o “participante 7” manifesta-se dizendo que a escola Adalgisa cumpre seu papel, acolhendo e atendendo a estudantes com necessidades educacionais especiais, envolvendo todos os segmentos e diversos servidores nessa tarefa, o que também não deixa de ser uma ação de capacitação.

Miranda (2008) diz ser interessante considerar os serviços especializados e o atendimento das necessidades especiais, garantidos por lei, mas que esses estão longe de ser alcançados e que, segundo ele, isso acontece devido à carência de recursos pedagógicos e a fragilidade da formação dos professores. Citando Mantoan, Sampaio e Sampaio (2009), sobre a política de formação, afirmam:

Mantoan (1997, 2000), idealizadora de projetos de formação que têm sido adotados por redes públicas de ensino e escolas particulares desde 1991, atesta que, no geral, os professores são bastante resistentes às inovações educacionais como a inclusão. A tendência é se refugiarem no impossível, considerando que uma educação para todos é válida, porém utópica, impossível de ser concretizada com muitos alunos e nas circunstâncias em que se trabalha hoje, nas

escolas, principalmente nas redes públicas de ensino. Para ela, a maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas, é rejeitado. Reconhece, porém, que as inovações educacionais abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura de ensino, atentando contra a experiência e os conhecimentos já adquiridos (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 45).

Além da formação de professores, Sampaio e Sampaio (2009) também afirmam em seus estudos que vários professores apresentam atitudes negativas, como verificamos na fala da “participante 3” acima destacada. Dentre as razões para esse tipo de relato, a autora discorre sobre a falta de informação apropriada e a falta de contato com estudantes com necessidades especiais. Vejamos, na íntegra, o recorte em que a pesquisadora apresenta esta conclusão:

Já em relação aos professores, vários estudos constataam que eles costumam ter atitudes negativas ante os estudantes com deficiência por duas razões: falta de informações apropriadas e falta de contato com estudantes com deficiência. Entretanto, algumas pesquisas identificam mudanças nas atitudes dos professores quando eles têm experiências positivas com a inclusão. Fischer et al (1999) ressaltam que, num estudo realizado com professores de uma escola na Califórnia/EUA, foi constatado o impacto bastante positivo da inclusão sobre o ambiente da escola: os professores cresceram pessoalmente, os currículos estavam mais adequados às amplas necessidades dos alunos e o clima da classe estava mais harmonioso. Entretanto, embora identificassem a educação inclusiva como benéfica, muitos professores ressaltaram que a inclusão não poderá ocorrer sem o devido suporte aos estudantes com deficiência, através dos colegas, professores da educação especial e adaptações curriculares (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 51).

Como vemos nos resultados da pesquisa e nas orientações de autores renomados, a inclusão de pessoas com necessidade educacionais especiais ainda é um objetivo a ser alcançado no sistema educacional brasileiro. A visão social inclusiva precisa de correções, é preciso que a inclusão seja vista como uma oportunidade de crescimento para toda a comunidade escolar, e não como um peso ou prejuízo para os demais estudantes. Esse processo também não pode tardar a acontecer, pois o que não é realizado hoje em termos de educação, seja ela inclusiva ou não, pode causar sérios prejuízos na formação das pessoas.

Uma realidade inclusiva, na escola, no trabalho, no espaço doméstico e na vida em geral precisa de investimentos; não há como desenvolver políticas e

programas sociais sem que haja investimento planejado e executado com lisura e eficiência. É preciso, portanto, investir em novas tecnologias, colocando-as a serviço da inclusão social, uma vez que as elas podem ser alternativas para aqueles que possuem limitações mais acentuadas.

No Parecer nº 424/2003 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, que propõe normas para a Educação Especial Básica no Sistema Estadual, encontramos algumas orientações para as escolas que buscam vivenciar uma realidade inclusiva (MINAS GERAIS, 2003a). No documento são citadas ações que podem ajudar nesta tarefa, dentre elas, destacamos: a preparação dos professores para trabalharem com a diversidade; a redução do número de estudantes por turma; a distribuição de estudantes com necessidades educacionais especiais em várias turmas; prédios acessíveis; o combate a atitudes preconceituosas e serviços de apoio. O parecer estimula ainda a cooperação e a solidariedade entre os estudantes, propondo o sistema de monitorias, vejamos o recorte do documento:

Segundo constatado em estudos e pesquisas, as escolas inclusivas/integradoras preparam seus professores para trabalhar com a diversidade; reduzem o número de alunos por turma, se necessário; distribuem os alunos com necessidades educacionais especiais nas turmas, evitando-se a sua concentração em uma única turma; estimulam a cooperação e solidariedade entre alunos; trabalham com sistemas de monitorias de alunos; os prédios escolares são acessíveis, sem barreiras arquitetônicas e atitudes preconceituosas ou desrespeitosas ao aluno e possuem diversos serviços de apoio disponíveis aos professores e alunos. Nessas escolas, é intensa a articulação entre família, comunidade/escola e instituições especializadas, procurando-se sempre o cumprimento da função escolar com todos os alunos, independentemente de suas condições (MINAS GERAIS, 2003a, p. 3).

Já está consolidada na legislação brasileira a possibilidade do direito à educação, portanto, toda criança deve estar vinculada a uma escola, devendo ser dada a ela a oportunidade de atingir a aprendizagem esperada para o seu nível. Porém, cada criança possui suas peculiaridades naturais, ambientais e até sociais. Dessa forma, os programas educacionais deveriam considerar essa diversidade, principalmente quando se trata de crianças com necessidades educacionais especiais, pois elas, além de terem a possibilidade de acesso ao ensino regular, merecem e necessitam de um tratamento pedagógico de excelência. Vejamos o que

a participante do “Grupo Focal”, apoio 5, disse; avaliando algumas ações neste sentido:

[...]. Eu acho que tem ganho para nós, tem ganho para os alunos, então eu acho que tem esse lado positivo que a gente tem que olhar também. Porque é como você falou, realmente é um projeto que as vezes a gente acha que está incluindo e está excluindo, mas que tem muita coisa boa, tem muita coisa que assim, que foi bom acontecer isso, porque para o aluno e para nós, isso foi muito positivo. (Apoio 5, 10/03/2018).

Quanto aos avanços apresentados em relação à presença de crianças com necessidades especiais nas classes regulares, apresentamos anteriormente um dado de 2009, para comprovar a grande migração de estudantes da educação especial, para as escolas regulares, que ainda vem acontecendo. Devido à especificidade de cada atendimento, é importante registrar que, em muitos casos, a escola conta com outros apoios, intra e extraescolares. Nos casos em que são necessários atendimentos especializados os quais a escola ainda não tem, contamos com as parcerias de instituições especializadas dentro e fora do município. O grande exemplo desse atendimento são as APAES. Vejamos um recorte do documento “Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”:

Embora ainda existam desafios nesse campo, avanços podem ser registrados. É o que demonstra o Censo Escolar/2009 acerca do ingresso dos educandos público alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, representando 56% dessas matrículas. Quanto à distribuição desses alunos nas esferas pública e privada, em 2009 registram-se 71% estudantes na rede pública e 29% nas escolas privadas (BRASIL, 2010a, p. 3).

Com algumas dificuldades, devido à conjuntura atual do Brasil e de Minas Gerais, os governos não têm priorizado política e financiamento das iniciativas inclusivas, mas com limitações oferece suportes à inclusão. Através do Atendimento Educacional Especializado, principalmente, por meio de Professores de Apoio (mediadores de aprendizagem), Intérpretes de Libras e Salas de Recursos Multifuncionais; procuram dar suporte para o atendimento das dificuldades individuais no ensino regular. As escolas, por sua vez, com estratégias pedagógicas

próprias e com parcerias, procuram complementar o apoio e possibilitar o atendimento.

Como iniciativa para a efetiva inclusão, a escola em análise, tem procurado encorajar a participação de pais individualmente ou através de organizações como a Associação de Pais e Mestres de Lima Duarte. Buscamos o envolvimento de toda Comunidade, inclusive de estudantes com necessidades educacionais especiais, público interessado no sucesso da educação inclusiva. Procuramos desenvolver ainda, estratégias de identificação das necessidades especiais, para que com intervenções e estímulos, consigamos melhores resultados no desenvolvimento e na aprendizagem do educando. A esse respeito a Participante 9 assim discute:

[...], mas a escola tem tentado sim, os diretores, mesmo os professores têm buscado... agora, não é fácil! Enquanto estivermos falando de inclusão aqui, é verdade está nos nossos olhos a exclusão. Então só vamos poder parar de falar isso, de sentarmos e discutirmos no dia em que isso acabar, que a exclusão acabar e acho que estamos caminhando. Vou falar da Escola Adalgisa também, estou professora de apoio aqui também. Apesar de lenta, caminha. (...). Mas estamos tentando achar o caminho. É assim que eu vejo enquanto professora lá e aqui também. Espero estudar muito, espero num próximo encontro quem sabe, trazer um conceito pronto de inclusão, mas hoje não saberia o que falar (Participante 9, 10/03/2018).

No documento intitulado “A Educação na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva”, do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; observamos que a inclusão vem romper com alguns paradigmas, dentre eles, aqueles que sustentam o conservadorismo e as políticas de segregação. Vejamos um recorte deste documento:

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão (BRASIL, 2010b, p. 7).

O “Guia de Orientação da Educação Especial da Rede Estadual de Minas Gerais”, documento que direciona e conduz a uma realidade que se pretende inclusiva, orienta sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado.

Ele deve ser utilizado como possibilidade de acesso e participação dos estudantes, devendo ainda estar articulado com as demais políticas públicas.

O AEE integra a proposta político-pedagógica da escola, envolve a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes e deve ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. A equipe da escola deve trabalhar articuladamente com os profissionais da saúde, da assistência social e das outras áreas afins, para atender toda a diversidade do seu alunado (MINAS GERAIS, 2014, p. 7).

A política de formação, principalmente de professores que trabalham com estudantes com necessidades educacionais especiais, ainda é uma ação pouco utilizada pelo governo de Minas. Ele deveria possibilitar treinamentos periódicos para os servidores, pois este é um dever dos órgãos centrais, que além de propor políticas públicas de inclusão, devem oferecer programas de treinamento em serviço. Além disso, o compromisso com a formação continuada é também de cada servidor. Somos parte de uma mesma sociedade, esta deve caminhar no sentido de praticar uma inclusão social integral, na qual exista espaço para todas as pessoas, independente de suas peculiaridades, para isso a capacitação é fundamental.

[...]. Concordo muito com a fala do Participante 6, eu acho que o aluno incluso ele ajuda muito a escola, ele ajuda os professores, ele ajuda principalmente os alunos a entender essa diferença humana que existe, ninguém é igual a ninguém e a respeitar as diferenças. Então o aluno incluso ele não só se ajuda, ele ajuda principalmente a sociedade. E eu acho que isso é importante demais e nós estamos precisando de mudar essa sociedade, de entender que todos têm direitos iguais (Participante 4, 17/03/2018).

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos e legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2010a, p. 8).

Outro aspecto da política de inclusão é a parceria entre a família e a escola, pois o papel da família é fundamental no processo educativo, principalmente o de estudantes com necessidades educacionais especiais. Cabe à escola possibilitar que a aprendizagem aconteça e, para tanto, todos os esforços nesse sentido devem

ser empregados, envolvendo os segmentos internos, buscando as parcerias necessárias nessa empreitada. À família, cabe estimular a formação de um perfil de estudante em seus filhos, procurando demonstrar a importância da educação formal para a vida deles. À escola, cabe oferecer tal educação e complementar a formação, não só de estudantes, mas de toda a comunidade.

O processo educativo depende de um acompanhamento permanente, pois o estímulo é necessário desde a concepção. Isso se aplica a estudantes em geral, mas, sobretudo, a estudantes com necessidades educacionais especiais, que dependem mais de estímulos externos para o seu desenvolvimento. Como destaca Campos (2013), descobertas da neurociência apontam para a necessidade de intervenções precoces junto às crianças nos anos logo após o nascimento, o que tem despertado interesse de economistas e especialistas ligados à medicina.

O envolvimento da família é essencial em todas as etapas da educação. A família é responsável pela revelação da história da criança, onde são conhecidas as características, principalmente relacionadas à comunicação e ao relacionamento, servindo de base para o trabalho da escola. Quando existe este envolvimento, respeitoso, solidário e parceiro, há a possibilidade de um desenvolvimento mais facilitado e um trabalho mais eficaz por parte das escolas. A Escola Inclusiva procura garantir a qualidade da educação regular a cada estudante, dentro das características, limitações e potencialidades individuais. Vejamos no depoimento, de uma participante do grupo focal, uma manifestação que ilustra essa reflexão:

A ausência da família é um fato, porque a gente lida com isso ... constantemente, mas aí vem a questão humana, o diretor, no caso o ..., no caso é um diretor interessado também. De repente aquele pai que não vem na escola se você for no âmbito familiar dele você vai entender o motivo do aluno ser assim, o motivo de estar acontecendo alguma coisa. A questão minha, especificamente minha com a escola, a gente, nós conhecemos todo mundo, cidade pequena, eu tenho uma amizade muito grande com o ... de muitos e muitos anos, eu acho que a escola, ela dá um espaço bom para gente que tem interesse em mostrar alguma coisa do filho, e tem professor que as vezes não interessa tanto como nós já discutimos aqui (Participante 1, 10/03/2018).

As orientações teóricas que consolidam e ratificam as dificuldades enfrentadas por toda a sociedade, principalmente pelas duas instituições fundamentais citadas, a família e a escola precisam ser consideradas neste trabalho.

Diante disso, apresentamos trechos de documentos normativos que abordam essa especificidade.

A educação inclusiva parte do princípio de que todos têm o direito de acesso ao conhecimento sem nenhuma forma de discriminação. Tem como objetivo reverter a realidade histórica do país marcada pela desigualdade e exclusão. A política educacional inclusiva da rede pública estadual de educação é orientada pelo reconhecimento deste direito, respeito à individualidade e valorização da diversidade (MINAS GERAIS, 2014, p. 7).

O Programa Educação para Todos trata da garantia, para todos os cidadãos, do acesso à escolaridade, ao saber culturalmente construído, ao processo de produção e de difusão do conhecimento e, principalmente, à sua utilização na vivência da cidadania. O cumprimento de tais objetivos requer a existência de sistemas educacionais planejados e organizados para dar conta da diversidade dos alunos, de forma a poder oferecer, a cada um, respostas pedagógicas adequadas às suas peculiaridades individuais, às suas características e necessidades específicas. A Declaração de Salamanca, por sua vez, traz as recomendações referentes aos princípios, à política e à prática de reconhecimento e atenção às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2002, p. 7).

Um ator crucial no processo inclusivo é certamente o corpo docente da escola. Atualmente, esse profissional precisa estar preparado para acolher e atender estudantes com necessidades educacionais especiais, embora saibamos que esta ainda não é a realidade da grande maioria, até porque a prática da inclusão, regra geral, ainda não constitui o interior das escolas brasileiras. O suporte de todos os segmentos da escola contribui para a construção de realidades inclusivas, mas o objetivo principal da escola somente será alcançado se houver o empenho persistente da família e dos professores.

É sabido que as famílias de estudantes com necessidades educacionais especiais encontram alguns obstáculos para a formação escolar de seus filhos. Esses obstáculos não são apenas físicos: o preconceito e a discriminação também criam barreiras para o atendimento dos discentes especiais. Nas escolas, esses preconceitos devem ser combatidos, pois assim podemos colaborar na formação de realidades cada vez mais inclusivas. Outro ponto a se considerar é que algumas famílias enxergam na inclusão um prejuízo para seus filhos que não apresentam necessidades especiais, o que é exemplo de discriminação e preconceito.

Algumas instituições de ensino ainda temem que o acolhimento e o atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais provoquem a transferência de estudantes para outras unidades. A inclusão é um processo complexo e lento, portanto, existem estudantes que ainda não conseguiram ser incluídos e são impedidos de seu direito possibilitado por lei. Nos recortes abaixo, Miranda (2008) ilustra bem o que tratamos nos dois parágrafos anteriores:

As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, no entanto pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática. O como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional (MIRANDA, 2008, p. 41).

Deste modo, foi propiciado às crianças, sem lesões graves, mas com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, como hiperatividade, dispersão, problemas emocionais, dentre outros, a possibilidade de frequentar a escola. Com isso, o ensino regular destinado aos “anormais” ficou isento da incômoda presença de alunos com deficiência mental que, segundo os preceitos da época, atrapalhavam o rendimento dos outros alunos. Ainda hoje é possível presenciar esse discurso por parte de alguns pais e até mesmo de professores de nossas escolas. Helena Antipoff teve ainda uma participação ativa no movimento que resultou na criação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954 (MIRANDA, 2008, p. 33).

Como afirmam Ropoli, Mantoan, Santos e Machado (2010b, p. 9), a escola das diferenças é a escola na perspectiva inclusiva, tem como arte reconstruir as práticas que excluem os diferentes, fundadas em processos de aprendizagem incontestáveis. As autoras pretendem inaugurar a escola das diferenças, na qual a riqueza das diversidades garanta a inclusão, a permanência e a aprendizagem de todos. Não podem existir ambientes educacionais e de aprendizagem à parte, se assim forem não podem ser considerados ambientes educacionais, pois exigem a convivência com todas as diferenças possíveis. A igualdade necessária para a evolução da humanidade fundamenta-se na convivência com os diferentes e com as diferenças, no respeito às particularidades do indivíduo e na construção de uma única sociedade.

Como temos assistido e presenciado na política de inclusão de Minas Gerais e seguindo os passos de Sampaio e Sampaio (2009), para que a educação inclusiva

seja benéfica, são necessários: suportes aos estudantes com necessidades educacionais especiais, com a mudança de postura de gestores e professores, além de adaptações curriculares, para que os alunos sejam incluídos no ambiente escolar. O “Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais” traz a seguinte orientação:

A formulação de políticas públicas direcionadas para a educação básica em Minas Gerais passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras, assentadas em um conceito amplo de educação e em propostas mais abrangentes, sempre norteadas pelo princípio da inclusão (MINAS GERAIS, 2014, p. 7).

Confirmando as teorias acima apresentadas, a participante 2, mãe de uma aluna com necessidades educacionais especiais, reconhece e destaca a importância do apoio, afirmando:

[...]. Palavrinhas bem rapidinhas só para completar isso daí. Realmente falando da escola, minha filha, já estudou em escola particular, já estudou em outra cidade e o professor de apoio que eu consegui aqui, o intérprete no caso dela porque é surda... ajudou muito. Ela desenvolveu muito e em cima do professor de apoio ou do professor regente ou do aluno ou da escola, a gente lida atrás de tudo isso. Há um sentimento, um sentimento de impotência e um sentimento de realização porque se a criança desenvolve o, “a - e - i - o - u”, ela está realizada. Não tem a ansiedade do dia a dia, não tem a tristeza de não participar de nada e isso é inclusão. É o sentimento por trás daquela criança que está ali sentada fazendo alguma coisa (Participante 2, 17/03/2018).

Booth e Ainscow (2011) nos alertam que a inclusão é a colocação em prática de valores inclusivos, é o compromisso com esses valores que explicam o desejo de superar a exclusão, promovendo a participação. Eles ainda alertam para o perigo de a inclusão não estar fundamentada em valores, com a seguinte frase: “Se não estiver vinculada a valores profundamente enraizados, então a tentativa de inclusão pode representar a simples adesão a uma moda qualquer ou atendimento a instruções de cima para baixo” (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 21).

Como orienta Sartoretto (2017), cabe à gestão fazer da escola, e dos espaços de aprendizagem, ambientes democráticos que possibilitem a participação de todos os segmentos. Para tanto é necessário compartilhar projetos e decisões, desenvolvendo uma política que compreenda o espaço da escola como um

verdadeiro campo de ações pedagógicas e sociais. Lançando mão das próprias palavras da pesquisadora, “a gestão na escola inclusiva tem um caráter colaborativo que implica o desenvolvimento de valores que mobilizam as pessoas a pensarem, viverem e organizarem o espaço da escola, incluindo nele todos os alunos” (SARTORETTO, 2017, p. 7).

- Práticas de Inclusão

Apoiamo-nos novamente nos ensinamentos de Mantoan (2003), quando a autora afirma que a perspectiva da inclusão é também uma provocação com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino nas escolas, uma vez que atinge todos os estudantes em suas salas de aula. Dadas às observações realizadas até o momento, sobre práticas pedagógicas na educação especial, queremos debatê-las com a finalidade de avaliar como elas têm contribuído para a permanência e sucesso dos estudantes com necessidades educacionais especiais na escola em questão. De modo a contemplar essa temática, a “participante 5” comenta sobre a realidade do atendimento a estudantes com necessidade educacionais especiais:

[...]. Então eu acho que tem muito desse coração, dessa vontade de estar ajudando e da Escola Adalgisa estar se abrindo também para essas questões. Então eu vejo que quando eu falo que nós caminhamos e nós avançamos é porque hoje nós já temos por causa dessa fomentação e dessa luta dos pais e das famílias, dessa falta de vergonha de apresentar os seus filhos e colocar na sociedade essa luta por uma legislação que hoje reconhece e identifica esses meninos como necessidade de estarem sendo acolhidos e que alguma coisa seja feita por eles. Hoje nós temos os professores de apoio, graças a Deus, são poucos ainda, mas nós temos. Quando esses meninos chegaram, éramos nós professores e eles no meio de 35, 38 alunos porque nem uma legislação para falar, para respaldar que essa turma devia ter menos 2, 3 ou 5 alunos para estarem sendo incluídos nós não tínhamos (Participante 5, 10/03/2018).

A discussão sobre a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais hoje, é uma prática comum nas escolas, principalmente no tocante às estratégias e atividades pedagógicas para serem aplicadas com o objetivo de alcançar a aprendizagem. Devido às particularidades de determinados estudantes com necessidades educacionais especiais, algumas práticas são consideradas difíceis e até impossíveis, o que exige um constante exercício de

conhecimento e criatividade. Já foram elaboradas estratégias paralelas ao ensino regular, e nelas há a exclusão de estudantes considerados menos capazes. É preciso trabalhar no sentido de perceber que, como todas as outras crianças, as consideradas especiais também podem superar as barreiras de suas limitações. Mantoan, acerca desse tema, afirma:

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça. (MANTOAN, 2003, p. 37).

Com o foco nas garantias legais de formação de práticas pedagógicas na Educação Especial e Inclusiva, Silva Filho e Barbosa (2015, p. 355) manifestam que:

A formação de práticas pedagógicas que contemplem as necessidades da educação Especial e Inclusiva por todos que participam dela, está preconizada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), na nova Constituição Federal de 1988 – que traz no artigo 206, inciso I a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e garante no artigo 208 a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino –, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990 (DRAGO 2009, p. 3), na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Na América Latina, documentos como a Declaração de Guatemala (1999) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência (2001), reforçam o embasamento das discussões sobre a educação especial e inclusiva (SILVA FILHO; BARBOSA, 2015, p. 355).

A respeito de algumas práticas importantes para a construção de uma realidade inclusiva, participantes da pesquisa de campo realizada na escola apresentaram seus pontos de vista. A participante 1 destaca a importância da realização de encontros, para os professores sejam informados dos desejos dos pais quanto ao atendimento de seus filhos. A participante 4, por sua vez, comenta sobre a prática de servir o alimento para os estudantes com necessidades educacionais especiais um pouco antes do recreio, o que garante segurança e tranquilidade para eles, sem deixá-los isolados. A participante 3 destacou a importância e as novas práticas utilizadas nas aulas de Educação Física. E, por fim, a participante 2 comentou sobre a relevância das aulas de natação para a sua filha

cadeirante. Vejamos como os participantes trataram do tópico práticas pedagógicas inclusivas:

[...]. Essa mesa redonda com os professores, que tire um tempo que tire 10 minutos da hora e pergunte assim: O que você gostaria que eu fizesse com o seu filho. Eu acho importante para gente porque a gente já sofre muito, não é pouco não a gente sofre bastante é muito mesmo (Participante 1, 10/03/2018).

[...]. Muito importante, com certeza. Para eles se alimentarem tranquilos, não haver tumulto de crianças (Participante 4, 10/03/2018).

[...]. Eu, esse ano para mim está sendo assim, no começo né, não vou elogiar também porque estamos no começo né? (Ruídos). Mas para começar assim a natação para mim, para minha filha foi muito boa (Participante 2, 10/03/2018).

[...]. Ela está chegando em casa uma outra menina, aquela alegria de participar, ela falando que o professor está ajudando ela bastante entendeu? Então para mim a natação, para minha filha (Participante 2, 10/03/2018).

  de conhecimento público que todo educador precisa de forma o permanente, principalmente em uma época caracterizada por grande desenvolvimento tecnológico e profundas discussões sobre densos temas sociais como preconceito, discrimina o, desigualdade e outros. Para servidores que atuam na educa o especial não   diferente, pelo contrário, pois eles precisam ir além. A forma o inicial   fundamental, mas o processo contínuo através de capacita o permanente e em serviço   também indispensável.

As peculiaridades das deficiências e das necessidades educacionais especiais são tamanhas que jamais estaremos preparados para todas elas, além disso, como a educa o inclusiva deve ser praticada em todas as salas de aulas e em todas as escolas, nenhum servidor deve ficar fora de programas de capacita o nesse sentido. Os educadores devem aprimorar suas práticas nas próprias escolas, para tanto, devem procurar praticar um currículo inclusivo caracterizado pelas diferenças de seus alunos, só assim contemplarão a diversidade cultural deles, bem como garantirão estratégias metodológicas que respeitem os ritmos de aprendizagem de cada um ou de cada grupo. Buscando nas palavras de Silva Filho e Barbosa argumentos que subsidiem nossas afirma es, vejamos:

Incluir é muito mais do que o aluno com deficiência, TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento) e altas habilidades/superdotação estar na rede regular de ensino. Muitas vezes essa inclusão incomoda, provoca resistências, desperta antipatia e também críticas. Diante disso, percebe-se que há necessidade da redefinição dos modelos das práticas pedagógicas, a formação continuada e o trabalho colaborativo, para que estes fatores possam contribuir para a qualidade educacional desses alunos, fazendo com que eles tenham acesso ao currículo escolar de forma igualitária (SILVA FILHO; BABOSA, 2015, p. 364).

O participante 8, comentando sobre o momento da aplicação da técnica de “Grupo Focal”, apresenta um depoimento interessante sobre oportunidades de formação que ocorrem nas escolas. Analisando seu depoimento, acrescentamos que muitas oportunidades de formação, práticas comuns na escola como reuniões e até conversas informais não são consideradas e tão pouco valorizadas como momentos formativos. Entendemos o espaço da escola e os ambientes de aprendizagem nele existentes como lugares privilegiados para a formação, desse modo, quase todas as práticas escolares são momentos e espaços de formação continuada, basta estarmos abertos a essas oportunidades. Vejamos o depoimento do participante 8:

[...]. Queria aqui agradecer pela recepção de todos, agradecer as mães aí por mais esse aprendizado para mim é muito sincero, porque realmente nunca tive essa oportunidade, estou tendo agora é a minha primeira formação ou início de formação nesse tema, as colegas que já trabalham há algum tempo com essa temática ne, já vem construindo um trabalho consolidando um trabalho aqui dentro e me colocar à disposição para contribuir no que for necessário para poder ajudar aí. Falar que tem sido importante cada toque que os profissionais me dão também a respeito desse tipo de prática com pessoas que tem necessidades especiais e espero que para qualquer tema a gente possa estar tendo momentos como esse, essa temática em especial, mas também com a temática preconceito racial, do preconceito contra a mulher e em várias outras coisas. Educação, saúde de uma forma geral e diversas outras coisas, a rádio inclusive podia fazer um debate sobre isso ne? (Participante 8, 10/03/2018).

Além da formação inicial e continuada dos servidores em suas funções específicas, existem outras dificuldades que devem ser vencidas, dentre elas, como destacam Silva Filho e Babosa (2015): o apoio da família, o apoio técnico e as orientações sobre a prática diária, o número de estudantes por sala de aula e a estrutura das escolas. Acrescentam, ainda, como barreiras, o despreparo dos

professores, as dificuldades de aprendizagem, o sistema de avaliação, as descontinuidades, as mudanças de governo, a desvalorização profissional e as precárias condições de trabalho.

Para além desses pontos negativos destacados, devemos ter como alvo as possibilidades, pois elas contribuem para fazermos de nossos espaços escolares, ambientes de aprendizagem que respeitem e contribuam com todos. Assim, o foco passa a ser a aprendizagem. Ratificando a perspectiva otimista e positiva que devemos nutrir na comunidade escolar, para valorizar as possibilidades discentes, apoiamo-nos no depoimento do participante 7 e, em seguida, para exemplificarmos uma prática positiva, elencamos, também, o depoimento da participante 9:

[...]. Eu queria agradecer também a oportunidade de poder trabalhar o tema inclusão, inclusive para nós, de estar incluindo nós num monte de questões, um monte de problemáticas, de reflexões sobre o nosso dia a dia, nosso contexto, nossa realidade. É fundamental, acho que professores, mães que tenham essa disposição de tocar esse debate e ir além do debate, colocar a questão na prática, uma transformação real precisam fazer independentemente do contexto, independente se existem apoiadores ou não apoiadores porque o bonde da história vai passar e quem não tomar ele não toma. A gente não pode deixar de caminhar por conta da inoperância de algumas pessoas, de alguns grupos porque eles sabem são várias questões, por vontade, por limitação, até por preconceito. Eu acho que a escola tem esse papel de ser a vanguarda dos avanços sociais, ela problematiza o que está lá fora também então é esse o papel né? Quem ficar para trás vai perder o bonde da história (Participante 7, 10/03/2018).

[...]. Eu, ano passado, estive ausente da escola, mas estive aqui quatro anos consecutivos, eu tenho um projeto que eu trabalho que se chama “Mistura da Arte” a ... participava, os alunos todos participavam não só eles especiais, todos. Eu trabalhava dança, poesia, coreografia então assim, era uma coisa que deu muito certo (Participante 9, 10/03/2018).

[...]. Eles participavam, poesia, trabalhei muita poesia né A ..., declamava ela participava de dança, participava de tudo que a gente propunha na escola. Espero estar voltando com esse projeto (Participante 9, 10/03/2018).

Práticas educativas segregadoras devem ser combatidas com base em orientações técnicas e capacitação permanente, pois essas estão em total desacordo com as tendências e as políticas pedagógicas atuais, além de estarem também desrespeitando todas as orientações legais contemporâneas. Práticas segregadoras distanciam estudantes do currículo nacional comum, deixando de

oferecer condições para o exercício pleno da cidadania, um dos objetivos principais da educação básica. De acordo com Silva Filho e Barbosa, “as práticas de ensino, devem estar embasadas em ações solidárias e igualitárias, e se contrapor às práticas ainda focadas em conceitos e ações excludentes, com modelos educacionais competitivos e predatórios” (SILVA FILHO; BABOSA, 2015, p. 357).

A inclusão escolar é uma prática relativamente nova, antecedida por um longo período marcado pela exclusão. Nesse sentido, as escolas públicas da atualidade têm o dever legal e até moral de abrigar as ideias inclusivas, fazendo delas práticas comuns no cotidiano, com a finalidade de erradicar todo o tipo de segregação e desigualdade que marcam a sociedade brasileira. A Declaração de Salamanca (1994, p. 5) apresenta a importância do combate à exclusão e a necessidade de se promover a integração. Encontramos na Declaração de Salamanca a seguinte orientação:

A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades. Experiências em vários países demonstram que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é melhor alcançada dentro de escolas inclusivas, que servem a todas as crianças dentro da comunidade. É dentro deste contexto que aqueles com necessidades educacionais especiais podem atingir o máximo progresso educacional e integração social. Ao mesmo tempo em que escolas inclusivas proveem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (BRASIL, 1994, p. 5).

No caminho para se alcançar a inclusão são realizadas estratégias e práticas pedagógicas, algumas das quais, Mantoan critica duramente como mantenedoras da segregação. Com as devidas desculpas, gostaríamos neste momento, de problematizar apontamentos da autora, visto que algumas práticas podem sim, servir ao ambiente escolar como recursos de integração e aproximação de estudantes com NEE. O reforço escolar, por exemplo, é utilizado como um importante aliado para

estes estudantes, pois possibilita um atendimento mais particular e mais eficiente no alcance da aprendizagem. Por meio dessa prática já conseguimos incluir estudantes que se achavam segregados devido à grande diferença de seu nível de conhecimento em relação a outros. O reforço escolar pode, então, ser uma prática de inclusão, como observamos no depoimento do “apoio 9”, no qual a servidora expressa que:

[...] Quando necessário os meninos têm um apoio na biblioteca com a aula de reforço, então não é assim o suficiente porque eles são atendidos uma vez por semana durante uma aula e as vezes eu acho que isso teria que ser mais vezes, mas não tem pessoal para atender essa quantidade de alunos que hoje, porque não são os “portadores” de necessidades especiais, nós temos alunos com necessidade de aprendizagem e não são poucos, são muitos. Esse ano no 6º ano os professores já detectaram bastante então eu acho que é uma atividade que foi proposta na escola e que está caminhando (Apoio 9, 10/03/2018).

Buscando amparo teórico para fundamentar a fala da professora e a prática do reforço escolar utilizado pela escola, encontramos, em Alves (2018), argumentos que reforçam nossa posição, visto a valorização dessa prática que resgata estudantes e desperta neles o interesse para aprender.

O reforço escolar tem como forma de resgatar no aluno, fazendo com que ele tenha ambição de aprender a Língua Portuguesa, bem como suas especificidades, como o ler, escrever, interpretar e produzir textos, e na Matemática fazer com que ele aprenda as quatro operações básicas, fazer com que eles aprendam a interpretação dos problemas de matemática para a vida cotidiana. O professor tem que buscar instrumentos para expor o conteúdo de diversas maneiras, até que o aluno aprenda. Portanto, as atividades do reforço devem fazer com o aluno desperte o interesse para aprender. Segundo FREIRE, 1996, “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (ALVES, 2018, p. 31).

No contexto da formação e da informação, cabe à comunidade escolar, sobretudo, aos segmentos internos da escola, oferecer condições de que estudantes sejam capazes de criar estratégias de aprendizagem, no sentido de adquirir conhecimentos para a sua vida, bem como alternativas para se sentirem sempre incluídos nos mais diversos ambientes.

O foco desta pesquisa, a inclusão no campo escolar, é uma ação fundamental para o desenvolvimento social e educativo para estudantes com necessidade educacionais especiais. Expectativa também das famílias que enxergam, na escola, um caminho para que seus direitos sejam alcançados.

O participante 8 (10/03/2018), diante do aspecto da formação, afirma não ser tão complicado promover espaços de formação. Somos levados a destacar que essa pode ser uma das práticas das instituições de ensino, sem precisar ficar aguardando ações de cima para baixo. É também uma possibilidade para o Plano de Ação Educacional que deverá ser elaborado ao final deste texto e que pretendemos, também, divulgar para servir de orientação para outras escolas. Essa ação de capacitação em serviço promovida pela própria escola está ao alcance de toda e qualquer unidade, pois podem ser realizadas com seus próprios servidores. Ilustramos a afirmação com as colocações do professor:

[...]. Aconteceu uma coisa aqui comigo agora que me deu um pouco de vergonha, mas acho que é o momento de colocar. Bom, primeiro ressaltar que para mim isso aqui é um espaço de formação. Eu enquanto profissional estou tendo uma rica oportunidade de estar tocando em termos que jamais, no meu cotidiano eu teria essa oportunidade. Isso nos faz refletir o que? O quanto também não é tão complicado a gente criar alguns espaços de formação (Participante 8, 10/03/2018).

O Ministério da Educação, no documento “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva” (BRASIL, 2010), alerta para o perigo do conservadorismo nas questões relacionadas à inclusão escolar. Destaca o mesmo documento que as práticas educacionais inclusivas possuem o propósito de ensinar a turma toda e não apenas alguns, o que, se não levado a cabo, pode ser considerada uma atitude discriminadora, vejamos o que diz o documento:

Outras práticas educacionais inclusivas que derivam dos propósitos de se ensinar à turma toda, sem discriminações, por vezes são refutadas pelos professores ou aceitas com parcimônia, desconfiança e sob condições. Motivos não faltam para que eles se comportem desse modo. Muitos receberam sua própria formação dentro do modelo conservador, que foi sendo reforçado dentro das escolas (BRASIL, 2010b, p. 17).

Briant e Oliver (2012) consideram que ambientes educativos e de aprendizagem, estão diretamente relacionados com a formação de professores. O professor como um dos protagonistas na aprendizagem, enfrenta dificuldades diárias para possibilitar uma educação inclusiva, portanto, é importante analisar estes entraves, buscando formas de superá-los sempre que se apresentam. Já vemos algumas iniciativas capazes de contribuir na superação destes problemas, nesse sentido, a qualificação do professor deve ser destacada. Ele é um dos protagonistas na aprendizagem, lida mais diretamente e por mais tempo com os estudantes, portanto, deve merecer mais investimentos em sua capacitação, pois como dizem os autores citados: [...] “a criação de um ambiente educativo rico também está relacionada ao espaço que é destinado à formação continuada dos professores no sentido de apoiar seu trabalho cotidiano em sala de aula” (BRIANT; OLIVER, 2012, p. 143).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), inspirada pela Constituição Federal de 1988, apresenta uma educação escolar voltada para a formação integral das pessoas. Para colaborar na formação desses novos sujeitos, críticos e protagonistas; capazes de exercer a cidadania de forma plena, são necessários docentes também com este perfil e, além disso capazes de contagiar seus alunos com esta mesma energia (BRASIL, 1996). A Cultura de Inclusão, que vai se difundindo na sociedade e nas Comunidades Escolares, sustentadas por Políticas de Inclusão através de leis, resoluções e decisões internas; possibilitam que Práticas de Inclusão aconteçam de forma legal e democrática. São estas práticas escolares que dependem dos segmentos ligados à Comunidade Escolar, mas, principalmente, do professor. Desse modo, esse deve ser o segmento mais preparado para se implantar uma educação inclusiva.

A Educação Inclusiva é a Educação para Todos, não só do ponto de vista quantitativo, mas principalmente, do ponto de vista qualitativo, indispensável para que estudantes, indistintamente, se apropriem dos conhecimentos necessários para sua vida. A este respeito vejamos como o Ministério da Educação nos orienta:

A compreensão da educação especial nesta perspectiva está relacionada a uma concepção e a práticas da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objeto do ensino formal. Como modalidade que não substitui a escolarização de alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas

habilidades/superdotação, essa educação supõe uma escola que não exclui alunos que não atendam ao perfil idealizado institucionalmente (BRASIL, 2010b, p. 6).

Quanto a estudantes com necessidades educacionais especiais, devemos oferecer uma educação escolar que garanta a ele o acesso, o progresso e a permanência no ensino regular. Porém, ainda encontramos algumas realidades segregadoras, as quais apresentam um discurso inclusivo, mas as práticas que mantêm com estudantes com necessidades especiais são exclusivas. Precisamos avaliar constantemente as nossas práticas com a finalidade de fazer dos discursos inclusivos, realidades que, de fato, promovam atitudes que acolham e incluam, garantindo que estudantes com necessidades especiais convivam nos espaços e nos ambientes de aprendizagem coletivos. No Grupo Focal, ouvimos uma fala, que reconhece os avanços significativos ocorridos na escola, mas acrescenta que ainda temos uma longa caminhada na questão da inclusão, vejamos:

[...]. Eu só queria concluir porque eu também concordo com a ..., porque no início lá eu usei a fala do ... nesse sentido que a ... falou, eu também vivi esse iniciar aqui na escola, então quando eu disse que acho que avançou muito, que melhorou muito, que tem muita coisa positiva é porque eu também vi quando iniciou então foi isso que eu quis dizer sabe ... não é que eu ache né ainda tem muita coisa que você falou aqui é verdade, é real (Apoio 5, 10/03/2018).

A Declaração Mundial de Educação Para Todos em 1990 já pregava a luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, afirmando ser necessário um enfoque mais abrangente, com o objetivo de buscar sempre novos recursos, vejamos o que diz o documento em seu artigo 2º:

Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes. Existem hoje novas possibilidades que resultam da convergência do crescimento da informação e de uma capacidade de comunicação sem precedentes. Devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia (UNESCO, 1990, p. 3).

A educação inclusiva amplia a participação de estudantes nos processos de ensino e aprendizagem, mas para isso é necessária uma reformulação na estrutura educacional, com a finalidade de colocar em práticas as políticas de inclusão, as práticas de ensino e outras tantas ações dos segmentos intraescolares. Os segmentos extraescolares da comunidade escolar também precisam se envolver nessa nova realidade, visto que a educação na perspectiva inclusiva depende da atuação de uma rede de proteção comunitária, envolvendo várias instituições.

A aprendizagem tem a possibilidade de oferecer a estudantes com necessidades especiais, ou não, a possibilidade de realidades mais promissoras. Uma sociedade globalizada necessita de cidadãos capazes de lidar com a diversidade, pois ela está cada vez mais próxima de nossa realidade e de nosso convívio diário. A professora, “apoio 9”, apresenta situações que demonstram como a desigualdade também cria situações diversas, muitas vezes provocadas por questões econômicas e sociais.

[...]. Tirando, fazendo algumas exceções as famílias de uma maneira geral elas deixam os filhos na escola e abandonam os filhos na escola. Nós não temos parceria efetiva de família de meninos de “portador” de necessidades, qualquer necessidade nós não temos essa parceria com a família. As famílias por desconhecimento, por falta até de não saber também as vezes lidar com isso ou o as vezes o nível de ser enfim de ser também tão excluídos então elas não têm como chegar e não chegam na escola e a escola quando quer, as vezes são problemas mais sérios a escola que tem que resolver os problemas desses alunos. Nós fazemos as vezes muitas coisas que não é competência da escola como levar a criança no cabeleireiro para tirar piolho, pegar uma medicação e dar na boca da criança aqui, ir na casa ver o que que está acontecendo então assim, quantas vezes eu e você fomos em famílias, desvalidas e que a gente vai faz a visita querendo um retorno e não tem (Apoio 9, 10/03/2018).

A esse respeito, a Orientação SD nº 01/2005 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que tem como objetivo orientar sobre o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas, determina:

O AEE integra a proposta político-pedagógica da escola, envolve a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes e deve ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. A equipe da escola deve trabalhar articuladamente

com os profissionais da saúde, da assistência social e das outras áreas afins, para atender toda a diversidade do seu alunado (MINAS GERAIS, 2005, p. 7).

Os professores que atuam no atendimento educacional especializado, em articulação com os demais educadores do ensino regular, com a participação da família e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros, devem elaborar e executar o plano de AEE. Esse plano consiste na identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, na definição dos recursos de acessibilidade necessários ao aluno no ambiente escolar e no planejamento e execução das atividades desenvolvidas no atendimento especializado (MINAS GERAIS, 2005, p. 16).

Aos estudantes com necessidades educacionais especiais deve ser garantida a oportunidade de participar de todas as atividades da escola. Devem ter acesso a todos os espaços, enfim, ao que também é oferecido a estudantes sem necessidades educacionais especiais. Uma educação inclusiva de qualidade procura formar estudantes valorizados e livres, dando condições a eles de encontrar estratégias e caminhos para vencerem, mas também para viverem com suas limitações.

Dessa forma, as práticas pedagógicas precisam ser dinâmicas e flexíveis; além de serem necessariamente coletivas e isentas de preconceitos; valorizando sempre as diferenças e combatendo as desigualdades. Vejamos o desabafo da mãe de uma estudante com necessidades educacionais especiais, a participante 2:

[...] Só para completar essa situação aí bem rapidinho. A ... teve uma professora que era pós-graduada, doutorada e ela deu aula para ela e falou para mim, ela não fez uma atividade, eu falei assim: Da para você adaptar para ela? Porque ela não tinha professor de apoio ainda, porque ela não consegue resolver e ela quer fazer. Não. Não vou fazer isso, dá muito trabalho, tem mais não sei quantos alunos para fazer isso. Se ela não quiser participar ela nem precisa, por um acaso era Porque para eles outra língua já é um pouco mais complicada. Ela nem precisava participar dessa aula, mas ela queria participar. Ah se ela quiser pode fazer outra atividade lá fora da sala de aula ela não precisa fazer isso. Eu te juro que eu comprei uma briga com ela porque a minha filha queria participar, ela não estava se rejeitando da sala de aula, dos colegas e o professor me responde isso. Eu fiquei muito chateada. E ela, completando a frase dela ela chegou para mim esses dias e disse: mamãe, no futuro... porque ela já aprendeu o que é o futuro. Quando eu crescer, casar e ter filho eu vou ter filho surdo ou ouvinte? Aí eu falei para ela: Ah minha filha, não sei. A porcentagem, 5% de alunos... de crianças surdas nascem de pais... só 5% de crianças surdas nascem de pais surdos. O restante não nasce surdo mesmo eles sendo surdos. Aí ela falou, ah

legal surdo igual eu, então eu vou lá e coloco o aparelho. A vida dela é tranquila, ela está feliz do jeito que ela está. Entendeu? Mas é o mundo dela (Participante 2, 10/03/2018).

A escola é o espaço onde acontece a educação formal, que, por sua vez, ocorre nos ambientes de aprendizagem. Por essa razão, a capacitação é tão importante, pois ela pode oferecer condições aos professores de criar práticas que busquem a inclusão e a aprendizagem. Cada estudante possui suas necessidades peculiares, com isso, os professores precisam se preparar cotidianamente para cumprir sua difícil missão, ensinar na coletividade diversa, mas respeitar e atender a individualidade. Complementando este raciocínio, aproveitemos a manifestação do participante 7:

[...]. Olha, eu vi essas questões que ela colocou de atividade na escola, aqui eu ainda não fiz, mas pretendo fazer como eu fiz em... 2016 as olimpíadas né, eu trabalhei com para desporto aí fiz todos os alunos vivenciarem as múltiplas deficiências, para se sentirem no lugar de quem tem alguma deficiência. Durante dois meses de atividades assim, são iniciativas eu acho que dentro da escola a gente tem que ter mais diálogo, estava comentando isso no intervalo entre os professores de apoio e professores das disciplinas para poderem se articular melhor. A iniciativa da nataçao que é da escola que é via Associação de Pais e Mestres é muito importante o desenvolvimento, nem tanto físico, mas o desenvolvimento sócio cognitivo e psicológico etc. Dar uma avançada significativa dos materiais que eu já pedi, a gente que vai montar a liga X né uma liga de xadrez que pode contribuir muito no desenvolvimento intelectual dos alunos que eventualmente tenha um déficit de aprendizado e estudos, estudos de casa ou estudos internos para que a gente possa melhorar as práticas dentro da escola. Aí eu acho que ou individualmente ou coletivamente como foi colocado, a gente poder fazer isso mais vezes (Participante 7, 10/03/2018).

A Educação Especial, ao contrário do que pode parecer, é a educação para todos, pois todos são especiais, é preciso estratégias educacionais planejadas para garantir educação para todos e não apenas para alguns, este é o compromisso social em uma realidade inclusiva. Sendo assim, esta é a educação que deve ser praticada nas escolas, o que configura a prática inclusiva são os recursos educacionais que cada situação requer, mas que devem servir para a aprendizagem de todos os estudantes. O atendimento especial requer ambientes de aprendizagem em que haja confiança, estímulo e motivação. A este respeito vejamos o que a própria Declaração de Salamanca nos orienta:

B. FATORES RELATIVOS À ESCOLA • 24. O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada - um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares (UNESCO, 1994, p. 8).

Ambientes de inclusão exigem profissionais dinâmicos e flexíveis, suas práticas precisam ser inovadoras e voltadas para a necessidade de estudantes com ou sem necessidades especiais e ainda agirem com afetividade e emoção. Por outro lado, o ambiente familiar é também fundamental, pois à família como primeira instituição formadora deve oferecer os primeiros cuidados, as primeiras relações afetivas e as primeiras aprendizagens. Esse conjunto forma o comportamento da criança. Desse modo, a expectativa criada em torno dela é de fundamental importância, principalmente, para aquelas com necessidades educacionais especiais. O papel da família é crucial no desenvolvimento da criança e do adolescente, as práticas desenvolvidas no ambiente familiar formam a base para as demais aprendizagens, as relações de seus integrantes e toda a dinâmica desse espaço conduzem à formação de atitudes positivas ou negativas, frente ao processo educacional escolar.

Devemos promover debates para que espaços de formação, familiares, escolares, institucionais discutam e apresentem suas posturas e suas práticas. Com o objetivo formar ambientes propícios ao desenvolvimento do indivíduo. Para isso, a escola deve estar sempre aberta à participação das famílias em toda e qualquer atividade desenvolvida, para demonstrar suas práticas e a seriedade do seu papel no desenvolvimento e na formação do cidadão.

A escola é o espaço de acesso a um conhecimento sistematizado, é também um importante espaço de se desenvolver a cidadania, formando uma identidade social. Quanto melhor forem as condições e as práticas escolares, melhores serão as gerações por ela formadas. A construção de uma sociedade inclusiva depende de

mudanças de paradigmas e ações apoiadas por práticas sociais com o mesmo objetivo.

- Análise dos objetivos propostos para a dissertação

Voltemos à análise dos “Grupos Focais, especificamente, ao que se refere aos objetivos traçados para esta dissertação, descritos no Quadro 10.

Quadro 10 – Objetivos esperados

(Continua)

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Categorias	Focos	Ações
* Propor ações pedagógicas inclusivas para realizar intervenções, com a finalidade de combater as dificuldades levantadas e as deficiências na aprendizagem. Valorizar e aperfeiçoar as práticas inclusivas existentes.	* Identificar como a Educação Inclusiva é desenvolvida e como ela acontece na Escola pesquisada. * Compreender os fatores, principalmente os intraescolares, que influenciam no processo inclusivo. * Acompanhar, incentivar e colaborar no desenvolvimento das ações inclusivas; principalmente as que interferem na aprendizagem. * Analisar a Cultura de Inclusão; verificar a implantação das Políticas Inclusivas, acompanhar e registrar as Práticas Inclusivas desenvolvidas pela Instituição. * Elaborar um Plano de Ação Educacional com o objetivo de	Culturas de Inclusão Políticas de Inclusão Práticas de inclusão	* Observação e análise das ações já existentes. * Atividades desenvolvidas por Docentes de Apoio (Medicador de Aprendizagem) e da Sala de Recurso Multifuncionais. * Intervenção administrativas no processo de inclusão. Envolvimento de outros segmentos da Escola no processo inclusivo. * Envolvimento de toda a comunidade escolar nas questões inclusivas. Destaque para as parcerias, principalmente as Institucionais. * Colocar em prática o Plano de Ação Educacional elaborado pelo pesquisador nesta	* Verificar as ações já existentes, na área pedagógica e na rede física com o objetivo de valorizá-las e complementá-las. * Acompanhar periodicamente o trabalho dos servidores de AEE e, através da Coordenação Pedagógica, orientar este importante serviço. * Garantir administrativamente o envolvimento de 100% de servidores de todos os segmentos no processo inclusivo da Escola. * Favorecer e possibilitar a participação da Comunidade de Lima Duarte nas ações e atividades que visam à Inclusão. * Planejar ações e atividades a serem desenvolvidas diretamente pelos gestores (Direção da Escola), que garantam a divulgação das

(Conclusão)

	apresentar soluções para os problemas detectados e colaborar com a comunidade escolar para sua implementação.		dissertação, valorizar todas as ações da comunidade escolar que visam os mesmos objetivos, construir uma realidade cada vez mais inclusiva.	boas práticas desenvolvidas e, ao mesmo tempo corrigindo e propondo práticas que ainda não contribuem para o processo inclusivo na Escola e em toda Comunidade.
--	---	--	---	---

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

O primeiro objetivo específico é identificar como a educação inclusiva é desenvolvida e como ela acontece na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG. Para atingir este objetivo é necessário destacar algumas ações já existentes na Escola, utilizando mais uma vez, das entrevistas semiestruturadas dos “Grupos Focais”. Portanto, observando e analisando as ações já existentes, as quais procuram fazer da instituição em tela uma unidade a caminho da inclusão. Mas antes de chegarmos as ações que procuram promover atitudes inclusivas, é preciso nos reportar aproximadamente há treze anos, quando a realidade era bem diferente. Vejamos a fala da participante 5:

[...]. Eu quero colocar a respeito do avanço da inclusão, do tema inclusão, das ações inclusivas da escola pública. Todo mundo já falou um pouquinho a respeito dessa caminhada, é um caminhar e eu me retorno há treze anos atrás quando nós até hoje nós nos falamos como se fosse um crime, quando pela primeira vez a Escola Adalgisa recebeu um grupo de alunos, todos sete alunos com necessidades especiais, cada um com a sua especialidade mesmo e nós todo mundo perdido e eu era professora dessa turma, 7 alunos numa mesma turma sem um professor de apoio, sem nunca termos pensado em como acolher essas crianças (Participante 5, 10/03/2018).

Na fala da vice-diretora da escola, observamos o avanço de ações inclusivas nos últimos anos, fazendo uma rápida comparação da instituição hoje com a realidade de anos atrás. Quando comenta que existiam sete estudantes especiais em uma única sala e nenhum apoio para colaborar no atendimento deles, a participante lembra daquela época em que as ações inclusivas e o atendimento a estudantes com necessidades especiais estava sendo iniciada nas escolas regulares. Hoje, somente com Professores de Apoio (Mediadores de Aprendizagem),

a escola conta com nove profissionais, além de uma Professora para Sala de Recursos e uma Intérprete de Libras. Há oito anos, quando os avanços começaram a ser iniciados nesse sentido, Corrêa (2010, p. 22), posicionava-se da seguinte forma:

As postulações disponibilizadas permitem assegurar que a chegada dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola tem provocado uma grande reflexão entre os profissionais da educação, famílias e sociedade em geral. Se observarmos o contexto histórico do processo de inclusão escolar nota-se a revolução significativa na concepção de ensino e aprendizagem dos alunos especiais que por muito tempo foi considerado objeto de desprezo, submetidos à discriminação em razão da deficiência. A efervescência dos discursos tem direcionado a construção de propostas preocupadas em oferecer condições para a formação das pessoas com necessidade educacionais especiais (CORRÊA, 2010, p. 22).

Objetivamos, neste momento do texto, ressaltar as ações já existentes. Para tanto, voltemos às transcrições dos “Grupos Focais”, nas quais encontramos comentários sobre como a instituição procura buscar práticas inclusivas. No entanto, é preciso cuidar também para não haver, na busca de ações inclusivas, ações que excluem, destacando excessivamente estudantes com necessidades educacionais especiais. Para não haver este risco, embora o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais exija algumas peculiaridades perfeitamente legais e sustentadas em nome da equidade, é indispensável que tudo aconteça de forma natural e sem evidências. É importante, também, que o atendimento tenha uma regularidade, para evitar excessivos acontecimentos que evidenciam aquele determinado atendimento. Infelizmente, com todos os cuidados, isso ainda é muito recorrente nas instituições de ensino. Analisando as ações já existentes, vejamos a fala de alguns participantes dos “Grupos Focais”:

[...] E é assim também na minha casa que sempre tem que organizar de segunda a sexta. É fisioterapia, é natação, é escola. (Participante 2, 10/03/2018).

[...]. Porque eu acho que é assim, pode até ser realmente um projeto que não funcione direito, mas que tem um porém. Sabe, eu vejo dessa forma hoje, o ano iniciou e talvez a gente pensasse nessa forma, mas eu acho que é um projeto que ao mesmo tempo que tem coisas negativas tem coisas positivas. Eu acho que tem ganho para nós, tem ganho para os alunos, então eu acho que tem esse lado positivo que a gente tem que olhar também. Porque é como você

falou, realmente é um projeto que as vezes a gente acha que está incluindo e está excluindo, mas que tem muita coisa boa, tem muita coisa que assim, que foi bom acontecer isso porque para o aluno e para nós isso foi muito positivo (Apoio 5, 10/03/2018).

[...], e pensando também na fala do participante 7 completada pelo apoio 5, eu já vejo só lado positivo nesse sentido, porque antes nós não estávamos preparados para receber, a escola não tinha esse tipo de aluno, nós ficávamos desorientados como nós íamos fazer com esse tipo de aluno com essa necessidade e hoje nós estamos tranquilos, tem todo um apoio. Pode ainda não estar totalmente incluído pelas limitações deles e nossas também e da própria escola, mas hoje a nossa escola convive com todos os alunos. Uma inclusão que também não é só de deficiência ou de necessidades especiais, mas uma inclusão também social, antigamente não tinha essa inclusão social, hoje nós temos essa inclusão social com projetos e tudo então eu só vejo algo positivo, e a sociedade mesmo, o olhar das pessoas, eu já presenciei coisas que há uns tempos atrás eu nunca imaginei que pudesse acontecer. (...), o próprio acesso nas ruas está melhorando, então assim eu só vejo para o lado positivo, e eu acho que tudo isso aconteceu por causa dessas discussões e desses projetos (Participante 6, 10/03/2018).

[...] Dentro desta evolução do tão antigo e do novo eu percebo esse crescimento, talvez para as crianças, dentro dessa perspectiva de olhar com o coração, eu penso até, com um olhar diferente eles são muito mais sensíveis nessa convivência, com as diferenças, com as necessidades especiais do que nós que somos adultos. Eles estão abertos a isso então quando a gente vê falar da exclusão ou da não aceitação por parte dos próprios colegas eu vejo uma evolução, porque a gente percebe que hoje mesmo tendo todas essas diferenças e essas dificuldades, as nossas crianças são sim muito bem aceitas. Eu consigo perceber pelo carinho que elas falam, talvez seja uma coisa, uma ideia que ainda não esteja incutida nos adultos, mas eu penso que as crianças, elas estão tendo essa oportunidade de crescer e aprender muito mais que nós, por causa dessa sensibilidade e dessa pureza, então essa oportunidade de crescimento e de aprendizagem com o diferente, com o meu irmão, com a pessoa que tá do meu lado independente de limitação física, motora, psicológica, cognitiva, eles estão tendo uma oportunidade que eles vão ser muito mais sábios que nós que somos adultos hoje, porque a gente já vem com esse pré-conceito essa preconceção daquilo que é o antigo. Do não crescimento enquanto aprendizado, do não desenvolvimento de determinada limitação. Eu acredito na inclusão como essa possibilidade, para nós enquanto adultos para estar vencendo essas redomas e a valorização do que as crianças hoje sentem, eu acho que a sensibilidade deles expõe muito mais esse sentimento do acolhimento. Eu penso que a inclusão vem por um caminho assim (Participante 5, 10/03/2018).

[...] E ela continua em escola pública, não tenho nada a falar da escola pública. Os professores têm mais interesse, mais vontade então assim eu passei por essas escolas e realmente a escola pública, para mim, é um modelo que está tentando trabalhar essa inclusão da melhor forma possível (Participante 1, 10/03/2018).

(...) mas a escola tem tentado sim, os diretores, mesmo os professores, tem buscado... agora, não é fácil! Enquanto estivermos falando de inclusão aqui, é verdade está nos nossos olhos a exclusão. Então só vamos poder parar de falar isso, de sentarmos e discutirmos no dia em que isso acabar, que a exclusão acabar e acho que estamos caminhando. Vou falar da Escola Adalgisa também, estou professora de apoio aqui também. Apesar de lenta, caminha. Eu vejo a boa vontade de todo mundo (Participante 9, 10/03/2018).

De acordo com os fragmentos destacados, a Participante 2 - comenta que sua vida doméstica e profissional depende de muita organização, pois a rotina semanal exige que a família se organize. Como a filha depende de outros atendimentos e sua locomoção, embora seja autônoma, é mais lenta e exige a colaboração de todos, pois precisam se organizar para conseguir cumprir todos os compromissos. Ressaltada a participante, esses compromissos são dentre outros: fisioterapia, natação e a escola.

Quanto à escola, a estudante em questão, consegue ir sozinha usando equipamentos próprios, embora o trajeto não seja totalmente acessível, já oferece condições razoáveis para que ela chegue aos compromissos, embora com algumas dificuldades de acessibilidade. A natação é uma das atividades oferecidas pela Escola, em parceria com Associação de Pais e Mestres de Lima Duarte e de alguns voluntários que colaboram nos projetos. Para participar da natação, a estudante depende do apoio do pai que ajuda na locomoção da filha até a piscina, ele também acompanha todas as aulas colaborando com o professor na execução de algumas atividades, além de colaborar também na segurança da estudante. Esta é uma das ações já existentes na escola, atende a um número reduzido de estudantes, pois usamos a piscina de um Clube privado o que restringe o número de atendimentos. Estamos nos organizando para, em breve, usarmos a piscina pública e assim, podermos aumentar o número de estudantes atendidos. Corroborando com estes comentários assim nos ensina Matiskei (2004):

Inclusão e exclusão são facetas de uma mesma realidade: discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar, significa admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se querem modificar (MATISKEI, 2004, p. 187).

A mesma pesquisadora ainda acrescenta:

Entende-se que, independentemente da expressão que adjective o substantivo educação – “inclusiva”, “para todos” ou “multicultural” –, a realidade que se pretende modificar é aquela que expropria os direitos cidadãos da plenitude da inserção social dos sujeitos (MATISKEI, 2004, p. 186).

Ainda dentro do primeiro objetivo específico, destacamos outras falas que também passamos a comentar. Analisando as ações já existentes que favorecem a inclusão na instituição, a Professora, apoio 5 – 10/03/2018, concorda que ainda existem muitos pontos a melhorar, mas destaca que já temos muitas ações positivas. As ações inclusivas já praticadas e os projetos desenvolvidos, embora não atendam a todos, se apresentam como importantes atividades no sentido de colaborar com os trabalhos discentes e docentes. A Professora, participante 6 – 10/03/2018, complementando a discussão retoma as contribuições do participante 7 – 10/03/2018, e da professora, apoio 5 – 10/03/2018, mas chega a uma conclusão um pouco diferente, quando afirma que só vê resultados positivos na política de inclusão adotada pela instituição. Complementa ainda que se ainda existem fatores que impedem a inclusão, estes são decorrentes de limitações naturais tanto de estudantes, como de docentes e de toda a Comunidade Escolar.

A participante 5 – 10/03/2018, acrescenta que as crianças conseguem olhar com o coração, pois são mais sensíveis e, portanto, convivem melhor com as diferenças. E hoje devido à política de inclusão, a oportunidade da vivência delas com estas diferenças é muito maior que antigamente, quando estudantes com necessidades especiais não frequentavam as escolas regulares. A inclusão oferece então uma grande oportunidade para todos, através dela nos tornamos pessoas mais completas, capazes de conviver e relacionar com todas as diferenças. As crianças principalmente, estão tendo a oportunidade de crescimento e de aprendizagem muito maior, a convivência com as diferenças, diminui os pré-conceitos e as discriminações. A participante 1 – 10/03/2018, disse que percebe na rede pública um interesse maior por parte dos professores. Acrescenta que para ela a escola pública é um modelo, que está tentando trabalhar na linha inclusiva da melhor forma possível. As políticas inclusivas vão se instalando nas escolas, provocando práticas pedagógicas cada vez mais humanizadas, pois a mudança de

paradigmas, exigem novos comportamentos das pessoas e das instituições. Mais uma vez como orienta Matiskei:

Jomtien⁵ e as propostas de Educação para Todos que a seguiram, com destaque à Declaração de Salamanca, foram extremamente significativas, pois garantiram o imprescindível espaço para uma ampla discussão sobre a necessidade de os governos contemplarem propostas que reconhecessem a diversidade dos alunos e os meios e modos para garanti-las, o que resultou em um compromisso da maioria deles para trabalhar pela inclusão educacional (MATISKEI, 2004, p. 191).

Passando para o outro objetivo específico, que é compreender os fatores intraescolares que influenciam no processo inclusivo, procuramos dentre as falas das pessoas que participaram dos “Grupos Focais”, aquelas que dizem respeito a este objetivo. A participante 10 – 10/03/2018, que já foi alfabetizadora e hoje é mediadora de aprendizagem, destaca em sua fala que procura valorizar as qualidades de estudantes a ela confiados, porque assim é mais fácil de conseguir sucesso na aprendizagem. Ela ainda destaca como veremos abaixo, que cada um tem sua hora de aprender, portanto, em um determinado momento vão conseguir vencer as barreiras e até ultrapassar alguns limites. O participante 8 – 10/03/2018, comenta sobre as limitações docentes, além da dificuldade de conseguir olhar para o diferente como alguém que precisa mais de apoio e atenção. Comenta também que como a política da escola é a busca por uma realidade mais inclusiva, responsabiliza cada vez mais os professores, provocando a necessidade permanente de avaliar o trabalho docente. Destaca a ajuda e o suporte que as mediadoras de aprendizagem (professoras de apoio), dão para os professores e a necessidade do apoio das famílias, que realmente conhecem seus filhos. Vejamos partes dos depoimentos citados:

[...] a criança, independente do aprendizado dela, uma hora ela vai conseguir aprender e... eu fico assim, eu tenho muita dificuldade de falar em público (...). Então eu trabalho com as minhas crianças sempre valorizando o que elas têm para melhorar, porque todo mundo é capaz de melhorar, não é pela deficiência que ele não é

⁵ Jomtien: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia – 5 a 9 de março de 1990.

capaz de nada, uma hora ele vai ser capaz (Participante 10, 10/03/2018).

[...]. Então isso também demonstra uma limitação que nós professores temos ne, e talvez uma história de falta de olhar para o diferente, é claro que existem várias diferenças, mas a questão das necessidades especiais são diferenças que eu vejo que aqui na escola pelo menos elas estão sendo tratadas e isso coloca para gente uma necessidade de avaliar essa nossa formação como profissional e de tentar criar mecanismos para avaliar aquela relação que está sendo construída ali (...). E eu senti nessa experiência que foi fundamental a minha troca com eles ainda que limitada e também a oportunidade que os profissionais me ofereceram de estar me ajudando, de estar me orientando ne. Às vezes eu estava no momento da atividade, o profissional, o colega ia e sugeria o participante 8 – 10/03/2018, faz isso aqui. Outro colega vinha, aqui olha só, estou trabalhando dessa, dessa e dessa forma, além disso a gente pode avançar para outros saltos, mas sempre refletindo como a gente vai conseguir avaliar se estamos realmente alcançando algum objetivo. A importância também dos pais estarem presentes ne, porque eles que conhecem os alunos, então como é que a gente possa fortalecer ainda mais nessa troca ne ou caminhar pelo menos para algum tipo de avanço mais visível, e que realmente faça alguma diferença. Então é isso (Participante 8, 10/03/2018).

Acompanhar, incentivar e colaborar no desenvolvimento das ações inclusivas; principalmente as que interferem na aprendizagem, é outro objetivo proposto neste trabalho. Como já foi comentado por uma das entrevistadas, uma das deficiências que a escola ainda apresenta é o alcance das aprendizagens previstas para o ano de escolaridade de estudantes com necessidade educacionais especiais. Como ela mesma acrescenta, estas necessidades especiais, não estão relacionadas apenas a questões da área da saúde, são também necessidades econômicas, sociais, comportamentais e outras. Para reforçar esta discussão e, ao mesmo tempo, demonstrar o envolvimento de outros segmentos nesta questão central aprestamos e discutimos, segundo a visão de pessoas entrevistadas, algumas interferências administrativas que interferem neste processo. Com isto pretendemos demonstrar se há o envolvimento de outros segmentos intraescolares no processo inclusivo.

Vejamos uma das manifestações que demonstra a necessidade de conhecermos um pouco da realidade dos estudantes:

[...]. Trazendo para o nosso foco aqui que é da inclusão, o que seria contextualizar. Eu penso assim: que todas as situações, todos os alunos, todos os tipos de alunos, vamos dizer assim tem que ser contextualizados dentro da nossa realidade e nós também temos que contextualizá-los, porque não dá para gente sair fora, não dá para

ser um peixe fora d'água, então a gente tem que tentar contextualizar
(Participante 6, 10/03/2018).

A professora destaca uma ação muito necessária para que haja a inclusão, a contextualização da realidade de estudantes com necessidades educacionais especiais. Esta ação não pode ficar a cargo apenas de professores, é preciso todo um trabalho em conjunto, desde a chegada do estudante, geralmente através da secretaria da escola, a entrevista com a coordenação pedagógica e sempre que possível a apresentação ao maior número possível de servidores dos diversos segmentos. A entrevista com o objetivo de conhecer a realidade dos estudantes, favorece a organização de Plano de Atendimento Individual, é uma importante ação que requer trabalho em conjunto e muita dedicação, pois este acolhimento faz toda a diferença. Estas ações iniciais e outras tantas ao longo do diagnóstico, possibilitam a contextualização capaz de contribuir no atendimento e conseqüentemente na aprendizagem dos discentes, principalmente daqueles com mais necessidades. De certa forma complementando esta reflexão e destacando a necessidade da colaboração, na fala de apresentação no “Grupo Focal”, assim se manifesta a professora:

*[...], eu fui convidada para participar, fiquei muito feliz também porque acho que é um tema muito interessante, até porque nós também, todos nós precisamos ser incluídos. Todo mundo precisa da inclusão e eu escolhi a palavra **COLABORAR**, porque eu acho que nesse momento a gente está fazendo isso ne? Colaborando um com o outro através do que a gente pensa, do que a gente sente. E eu acho que no mundo que a gente está vivendo, que é um mundo tão individualista, a gente está precisando de colaborar mais e, se a gente parar para pensar, nesse mundo de hoje se não houver colaboração a gente não consegue nada. Então por isso que eu escolhi essa palavra* (Apoio 5, 10/03/2018).

Destacamos ainda a fala da Participante 4, que dentro de seu contexto também destaca a necessidade da colaboração como forma de melhorar atendimento aos estudantes. Demonstra ainda, corroborando com as falas acima destacadas, a necessidade da contextualização quando afirma que: “Educação não é só na escola, a educação vem de casa, a escola é um complemento e todos nós temos o dever de colaborar com essas crianças, ensinar a elas o bem”. Para um melhor atendimento, é preciso a participação de todos os segmentos, a escola tem

um papel importante na vida das pessoas, portanto, é preciso um trabalho em conjunto e na mesma direção, assim podemos criar ambientes inclusivos. Vejamos o que disse a participante 4:

*[...] trabalho aqui na escola há 6 anos como ..., e me sinto honrada de estar aqui no meio dessas crianças maravilhosas, que a gente tem que dar tudo, por isso eu escolhi essa palavra **EDUCAÇÃO**, porque educação? Educação não é só na escola, a educação vem de casa, a escola é um complemento e todos nós temos o dever de colaborar com essas crianças, ensinar elas o bem (Participante 4, 10/03/2018).*

Determinadas manifestações trazem grandes preocupações para a gestão da escola, pois apresentam deficiências ainda muito presentes na realidade escolar. Como pretendemos destacar as questões intraescolares, aproveitamos partes da fala do participante 7, para refletir sobre algumas destas deficiências administrativas. Dentre as reflexões propostas grifamos as seguintes: “incluir não é simplesmente colocar no mesmo espaço físico”; “quando a gente está discutindo reprovação, o aluno pode ter problemas diversos... podem estar influenciando numa patologia ou não”; “minha profunda tristeza com a minha incapacidade no meu trabalho com as pessoas com deficiência”. As três frases destacadas estão diretamente relacionadas com questões administrativas da escola, portanto, devem provocar discussões na comunidade escolar e colaborarem na provocação das mudanças necessárias. São também pistas para o Plano de Ação Educacional a ser elaborado no capítulo final deste trabalho, o que aumenta ainda mais nossa responsabilidade, pois atrai para nós, gestores, parte das ações capazes de resolver as questões levantadas. Corroborando com estes posicionamentos apresentamos um recorte do texto “Educação, Psicologia Escolar e Inclusão: Aproximações Necessárias”, no qual Gomes e Souza (2011) assim se posicionam:

Entretanto, se por um lado as estatísticas parecem animadoras, por outro não podemos deixar de considerar que o indicador de inclusão, quando delimitado pela realização da matrícula do aluno, não garante que o acesso e a permanência do aluno, como proclamado pelos diferentes documentos nacionais e internacionais que defendem a inclusão escolar, de fato está sendo efetivado. As ações de inclusão escolar direcionadas por diferentes chavões políticos, como por exemplo, considerar a matrícula dos alunos como um indicador positivo, podem ser verídicas, mas se tornam ilusórias quando essas mesmas estatísticas indicam os índices de evasão,

repetência e nível de alfabetização dos alunos, independentemente de possuírem deficiências ou não. Tal fato mobiliza repensar as propostas de inclusão escolar e os indicadores meramente estatísticos lançados nos levantamentos realizados, que parecem desconsiderar questões como: condições de instalações, despesas e materiais, tempo letivo, formação de professores, clima e gestão escolar, ações essas que, como se sabe, contribuem para a efetividade do ensino (GOMES; SOUZA, 2011, p.186).

Analisar Culturas de Inclusão verificando a implantação de Políticas Inclusivas e ainda registrar as Práticas já desenvolvidas na Instituição é mais um dos objetivos que pretendemos alcançar com este trabalho. Nesta análise procuramos envolver toda Comunidade Escolar, com destaque para as parcerias institucionais. Juntamente com estas outras instituições, públicas e privadas, procuramos ativar, sempre que necessário, a rede de proteção social, responsável pelo conjunto de atendimentos imprescindíveis em muitos dos processos inclusivos. Vejamos na apresentação de uma das participantes, que assim se manifesta:

*[...] Bom dia... Eu fui mãe, mas sempre serei mãe de aluna que passou por essa escola muito especial. Eu escolhi a palavra **UNIR** porque diante de tudo que a gente passa no nosso dia a dia, a gente sabe que com a união, se todos nós nos uníssemos, nos déssemos as mãos, fossemos mais solidários, não tivéssemos tanta diferença uns com os outros, tratássemos as pessoas de uma forma igualitária a situação de cada um de nós seria muito mais suave de se passar. A união dos povos independente de credo, raça, cor; que a gente tem visto aí, no nosso dia a dia, seria muito mais humana, muito mais amorosa. Então eu vejo que unir as pessoas, com a união dos povos, com a união das ideias a gente alcança o objetivo comum com mais facilidade, claro que respeitando a opinião de cada um. Mas a união a parceria é muito importante seja em qual segmento que for (Participante 1, 17/03/2018).*

Uma das políticas de Inclusão desenvolvidas pela Escola foi a organização da APM-LD. Iniciamos a discussão sobre o assunto em meados de 2014 e em agosto de 2015, foi o nascimento da Instituição, através de seu registro em cartório. A partir desta criação, várias ações da Associação começaram a acontecer na Escola. Doações através de parcerias temporárias foram realizadas e outras iniciativas como doações mensais de associados continuam em funcionamento. A Associação se envolve em diversos assuntos administrativos e pedagógicos, mas seu objetivo principal é criar “Ambientes de Aprendizagem”, espaços inclusivos que favorecem o

desenvolvimento da arte de ensinar e de aprender. Assim se manifesta uma associada, participante 1:

[...]. Eu vejo a relação família/escola, eu particularmente falando um pouco de mim, a minha relação com as escolas sempre foi muito produtiva, muito positiva porque eu sempre acompanhei meus filhos na escola. Aqui na Adalgisa, tem a felicidade de já ter a Associação de Pais e Mestres que é uma associação muito séria que quer trazer mesmo a participação da família na escola, mas infelizmente a gente sabe que não é fácil (Participante 1, 17/03/2018).

As ações e práticas coletivas são fundamentais para o processo de inclusão, pois os estudantes são de responsabilidade de todos os segmentos que atuam dentro e fora da escola. De forma peculiar estudantes com necessidades educacionais especiais, que além dos cuidados naturais que exigem todas as crianças e adolescentes, necessitam de tantos outros, devido às suas especialidades, sendo estas visíveis ou não. Por este motivo, além de ser uma política da escola buscar parcerias, procuramos também incentivar as organizações de coletivos intraescolares, que muito contribuem nas práticas inclusivas, pois estas também garantem a continuidade dos processos inclusivos. Foi com este pensamento que, juntamente com alguns pais, organizamos a APM-LD. Atualmente ela tem um papel fundamental na construção e na manutenção de uma cultura escolar inclusiva, que procura ajudar nas mudanças de tantos paradigmas não inclusivos que ainda existem na sociedade. Estes coletivos contribuem também para manter discussões permanentes sobre as políticas de inclusão, que também ajudam a garantir a manutenção das políticas inclusivas dentro e fora dos muros da Escola. Com isto a instituição tem a possibilidade de desenvolver cotidianamente prática inclusivas sustentáveis, pois estas se baseiam em reflexões e ações coletivas. Sobre a responsabilidade de todos no acolhimento e no atendimento aos estudantes com necessidades especiais, vejamos a fala de um professor de apoio, que no Grupo Focal, assim se manifestou:

Todos os seguimentos internos. Esclarecer para todos eles que o aluno especial não é do professor de apoio, o aluno especial não é do professor regente, o aluno especial não é do secretário, que não é do diretor, é de todos os seguimentos e ao mesmo tempo é de todos, porque muitas vezes as pessoas olham aquele aluno, olha lá o professor não faz nada. Sinta-se à vontade, faça! Sinta-se à vontade ele é seu (Participante 6, 17/03/2018).

Buscando sustentação teórica de outros estudiosos do assunto, encontramos conclusões que baseiam estes pensamentos e argumentam no sentido de mostrar a importância das ações coletivas e das responsabilidades compartilhadas. Embora procuremos desenvolver práticas que despertem a necessidade do trabalho coletivo e da responsabilização, o que ainda caracteriza as unidades escolares é o individualismo e a omissão. Dificultando assim a colaboração entre servidores dos diversos segmentos, bem como pessoas dos segmentos externos da Comunidade Escolar. Não vemos também, no campo da educação escolar, a responsabilização⁶ das pessoas envolvidas, provocando um verdadeiro “jogo de empurra”, na procura de culpados. Santiago, Santos e Melo (2017); assim se posicionam:

Outro elemento importante no processo de inclusão é compreender que alunos com deficiência são de responsabilidade **coletiva** dos atores da escola, portanto, a construção de respostas educativas diversificadas compete tanto aos professores das salas de aula comum como ao professor do atendimento educacional especializado, como, principalmente, do engajamento de gestores, funcionários, alunos e famílias em prol de um projeto emancipador para a escola e os cidadãos que ela forma (SANTIAGO; SANTOS; MELO, 2017, p. 13).

Para encerrar esta análise, discutindo mais um dos objetivos apresentados no quadro, apresentaremos exemplos de algumas atividades destacadas pelas pessoas participantes dos Grupos Focais. Com esta apresentação queremos valorizar as práticas inclusivas já vivenciadas pela comunidade escolar e encerrar este capítulo: preocupação com a participação de estudantes com necessidades especiais em atividades coletivas, trabalhos em grupo nas aulas regulares para facilitar a participação de estudantes com necessidades especiais, atividades extra curriculares com a participação ativa de estudantes com necessidades especiais (oficinas de música, oficinas de artesanato), envolvimento de estudantes com necessidades especiais em todos os projetos da escola, dentre outros.

No próximo capítulo apresentamos o Plano de Ação Educacional (PAE), com o objetivo de colocar em prática as discussões apresentadas, colaborando para a construção ambientes de aprendizagens cada vez mais inclusivos.

⁶ Responsabilização: Ato ou efeito de responsabilizar. Tornar responsável.

3. CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE – (5W2H⁷)

Para darmos início a este capítulo propositivo, é válido retornar ao objetivo geral deste trabalho: “Propor ações pedagógicas inclusivas para realizar intervenções, com a finalidade de combater as dificuldades e as deficiências levantadas, sobretudo, na questão da aprendizagem; valorizando e aperfeiçoando as práticas inclusivas já existentes na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG”.

Após estudar autores renomados que discutem a Inclusão nas escolas brasileiras, verificando a realidade da instituição onde trabalhamos a mais de vinte anos e, por fim, pesquisando esta comunidade escolar; apresentamos algumas das conclusões as quais chegamos.

O Plano de Ação Educacional (PAE) especialmente preparado para a Escola deve contribuir para a promoção de uma escola acolhedora, inclusiva e engajada com o aprendizado e com a progressão contínua de seus estudantes. Deve contribuir, ainda, para a superação das desigualdades educacionais e sociais; enfrentando todos os desafios para a construção de uma Sociedade Inclusiva.

Cabe acrescentar ainda que o PAE não é um plano pronto e acabado, pois como a realidade inclusiva é um processo em construção, novos desafios surgem diariamente. Tais desafios exigem cotidianamente novas reflexões, novos diálogos e novas ações de todos os segmentos que compõem a Comunidade Escolar.

As ações aqui propostas são calibradas com a realidade da Escola em foco, o que confere a elas uma particularidade institucional, mas devido às semelhanças de muitas realidades na grande diversidade mineira, este PAE pode inspirar outras unidades escolares. Para moldar as ações aqui contidas, servindo para outras realidades, é fundamental que a unidade escolar tenha o desejo de formar uma cultura de inclusão, usar e fomentar as políticas de inclusão e desenvolver práticas inclusivas.

⁷ O **5W2H**, basicamente, é um checklist de determinadas atividades que precisam ser desenvolvidas com o máximo de clareza possível por parte dos colaboradores da empresa. Ele funciona como um mapeamento destas atividades, onde ficará estabelecido o que será feito, quem fará o quê, em qual período de tempo, em qual área da empresa e todos os motivos pelos quais esta atividade deve ser feita. Em um segundo momento, deverá figurar nesta tabela (sim, você fará isto em uma tabela) como será feita esta atividade e quanto custará aos cofres da empresa tal processo.

As ações aqui contidas foram organizadas, como observamos neste capítulo, em cinco eixos norteadores: 1) Criação do Programa de Acolhimento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais; 2) Criação de um Programa de Rádio para divulgação das ações inclusivas; 3) Criação de uma roda de conversa mensal e permanente com Professores de AEE; 4) Apoio e participação nas parcerias principalmente com a APM-LD e com a Apae de Lima Duarte; 5) Criação de uma “Mesa Redonda” e formação de redes sociais com o objetivo de divulgar ações inclusivas das escolas. Este conjunto de ações recebe o nome de “Projeto Apadu Incluir”. Usando a criatividade de uma criação dos próprios estudantes, pretendemos conquistar o apoio deles, atores principais nas Instituições de Educação.

O Plano de Ação Educacional criado em torno destes eixos, atuará nos aspectos detectados ao longo da pesquisa qualitativa, procurando atacar os problemas detectados e destacar as ações bem-sucedidas com relação à inclusão, principalmente com relação a estudantes com necessidades educacionais especiais. Em todos os eixos, a prioridade é conscientizar a comunidade escolar sobre a responsabilidade coletiva com a inclusão, sobretudo de estudantes com necessidades educacionais especiais. Destacamos ainda a necessidade de oportunizar que os estudantes sejam protagonistas em todas as ações desencadeadas a partir deste projeto, a fim de conseguir o engajamento deles na transformação das práticas da escola. Além disso, temos o objetivo de aproveitar ao máximo a infraestrutura disponível intra e extraescolar, bem como os recursos humanos e materiais que as instituições já possuem.

Precisamos oferecer ambientes de aprendizagem inclusivos nas escolas, os quais contribuem para a permanência e o sucesso de todos os estudantes; mas este compromisso e esta responsabilidade ultrapassam os muros da escola, pois se referem a toda sociedade. A pretensão do Plano de Ação Educacional apresentado neste capítulo é oferecer ambientes inclusivos, portanto precisamos estar abertos ao diálogo com a Comunidade Escolar, bem como com parcerias capazes de nos ajudar nesta tarefa. Para conseguir este objetivo é que nos propomos a trabalhar diariamente neste sentido, planejando e executando as ações a seguir apresentadas.

3.1 Criação de Programa de Acolhimento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (PAENEE)

A análise dos dados da pesquisa confirma que a adaptação de estudantes, sobretudo de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola, é fundamental para a integração destes à nova realidade educacional e conseqüentemente para sua inclusão ao novo espaço. Acolher foi o verbo mais destacado pelos participantes da pesquisa, na dinâmica proposta como quebra gelo dos “Grupos Focais”. Assim a primeira ação proposta se refere ao acolhimento, principalmente de estudantes com necessidades educacionais especiais, mas este deve se estender a toda Comunidade Escolar.

A adaptação de estudantes com necessidades educacionais especiais, são evidenciadas nas dificuldades com as novas realidades, especialmente nos desafios relacionados ao tamanho da escola e as novidades organizacionais dos anos finais do ensino fundamental. A falta de espaços destinados a atividades coletivas de interação, de ambientes destinados a conversas e outras atividades extraclasses, também foram destacados. A nova forma de organização da escola na realidade dos anos finais do ensino fundamental, marcada por uma relação mais distante entre docente e discente, dá uma sensação inicial de abandono, a escola deve compensar este sentimento com atividades de acolhimento permanentes.

Esta ação de acolhimento dentro das atividades do “Projeto Apadu Incluir”, têm o objetivo de combater as dificuldades citadas, contribuindo para a redução do número de estudantes com necessidades especiais que abandonam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. Ações de acolhimento também podem propiciar que estudantes afastados da escola, sintam o desejo de retornarem a vida acadêmica e concluírem a educação básica, abrindo assim outras possibilidades. A SEE/MG tem desenvolvido nos últimos anos o projeto VEM⁸, que tem como principal objetivo fazer que estudantes evadidos retornem à escola, independentemente de seu perfil ou de suas dificuldades. Estudantes bem recebidos têm mais chance de se adaptarem e, conseqüentemente, mais chances de sucesso em seu percurso escolar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, etapas que se desenvolvem na instituição escolar em foco.

⁸ A Secretaria de Estado de Educação iniciou o movimento Virada Educação Minas Gerais para trazer o adolescente que está fora da escola de volta aos estudos.

Existem barreiras, algumas até preconceituosas, criadas antes mesmo da matrícula com relação a nova realidade escolar oferecida pela instituição, o que exige providências anteriores ao procedimento da matrícula, ou mesmo antes do término do ano letivo. Realizar este procedimento de acolhimento exige a parceria e um bom relacionamento com as instituições que encaminham estudantes para esta escola. Portanto devemos manter um estreito relacionamento com todas as escolas da rede municipal, sobretudo com aquelas que nos encaminham seus estudantes, que são: Escola Municipal Altivo Pedro Gomes, Escola Municipal Bias Fortes, Escola Municipal Francisco Augusto de Oliveira, Escola Municipal Padre Carlos, Escola Municipal Pedro Paz, Escola Municipal José Dôndici e todas as demais que direta ou indiretamente nos encaminham estudantes. Este relacionamento e esta parceria se estende também a outras instituições como a APAE, as Secretarias Municipais, o Conselho Tutelar, o Comissariado de Menores, o Ministério Público, dentre outras.

Como pode ser visto, o projeto proposto com relação a esta ação, foi organizado para acompanhar o acolhimento e a adaptação de estudantes de estudantes, principalmente com necessidades educacionais especiais, desde o mês de outubro do ano anterior à matrícula deste, até a saída deste, da unidade em tela. Embora subdividido em cinco ações distintas, fazem parte de um objetivo único e comum, inserir de forma positiva estudantes novos na realidade da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG. Quanto a estudantes com necessidades educacionais especiais este acolhimento e atendimento é ainda mais forte e presente, pois exige uma maior aproximação com sua realidade, para conhecer e investigar, suas peculiaridades e os atendimentos que já possui. O quadro a seguir tem como função sistematizar as ações do projeto; conforme orientação seguimos a metodologia 5W2H⁹, que permite um planejamento estratégico, simples e de fácil compreensão.

⁹ O nome desta ferramenta foi assim estabelecido por juntar as primeiras letras dos nomes (em inglês) das diretrizes utilizadas neste processo. Abaixo você pode ver cada uma delas e o que elas representam: what – o que será feito (etapas); why – o por que será feito (justificativa); where – onde será feito (local); when – quando será feito (tempo); who – por quem será feito (responsabilidade); how – como será feito (método); how much – quanto custará fazer (custo).

Quadro 11– PAE do Projeto Apadu Incluir

(Continua)

Projeto Apadu Incluir: Acolhimento e Atendimento a Estudantes que procuram a Unidade Escolar, dando atenção prioritária, na perspectiva da equidade, a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais:	
O quê?	Prevê no PPP da Escola, formas de acolher a todos estudantes que procuram a Escola, matriculando-os ou encaminhando para instituição mais adequada. Atender a estes estudantes buscando oferecer todo o atendimento necessário, sobretudo a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Todas as ações têm como objetivo principal o alcance da aprendizagem esperada para todas as etapas da educação básica.
Por quê?	Porque devido a Cultura de Inclusão que cresce na Sociedade, existe a necessidade de construir Políticas de Inclusão que oferecem suporte para a manutenção e crescimento dessa Cultura, para tanto é necessário o desenvolvimento de Práticas de Inclusão em todas as Instituições Sociais. Devem constar e estarem bem claras, estas práticas, no PPP da Escola.
Onde?	Na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG
Quando?	De janeiro a dezembro de todos os anos, a partir de 2018, pois para todo o ciclo de ações anuais, o período é extremamente necessário. Grande parte das ações são relativas ao ano em curso, mas algumas já estarão relacionadas ao ano seguinte.
Quem?	A Gestão Administrativa da Escola (Diretores), a Gestão Pedagógica da Escola (Coordenadores Pedagógicos), a Secretária da Escola e Instituições Parceiras, sobretudo a APM-LD e a APAE.
Como?	Através de ações de acolhimento e atendimento constantes do PPP, portanto previamente planejadas e executadas, estaremos sempre preparando enquanto, escola, para o receber todos os estudantes que procuram a Instituição, bem como às suas famílias. Quanto a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, vamos antecipar este acolhimento, ou seja, ao sermos informados no Plano de Atendimento da possibilidade da matrícula destes discentes, faremos uma visita a eles em suas casas. A visita terá como objetivo iniciar o acolhimento através da aproximação com a realidade de cada estudante com Necessidades Educacionais Especiais. Estas ações também deverão estar detalhadas no PPP da Escola. Através da Parceria permanente com a Associação de Pais Mestres de Lima Duarte (APM-LD) e com a APAE, as quais acompanham e colaboram em vários projetos, principalmente naqueles relacionados a Inclusão, objetivo principal das Instituições mencionadas. Estas parcerias também deverão estar detalhadas no PPP da Escola.
Quanto?	Para custear as despesas relativas às ações e atividades relacionadas com o Projeto de Acolhimento e Atendimento a Estudantes, principalmente Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, será previsto a cada ano, a partir de 2019, 10% (dez por cento) dos recursos de Manutenção e Custeio (CX) e do PDDE, destinados a despesas Custeio, bem como, 5% (cinco por cento) dos mesmos recursos destinados a despesas de Capital. Tomando por base os valores destes recursos recebidos atualmente pela

Escola, os valores destinados a despesas de Custeio em 2019 serão na ordem aproximada de R\$2.000,00 (dois mil reais) e relativos a despesas de Capital na ordem de R\$1.000,00 (mil reais). O que corresponde a uma despesa anual, devidamente planejada e executada de acordo com as orientações vigentes na ordem de R\$3.000,00 (três mil reais). Estes recursos estarão sujeitos a alterações de acordo com os valores recebidos. Estas previsões de aplicação de recursos serão utilizadas como despesas para acessibilidade.

A APM-LD também investe na acessibilidade e em atividades relacionadas à inclusão de todos os estudantes, sobretudo em estudantes com necessidades educacionais especiais.

Especialmente ainda este ano, a partir de agosto de 2018, aplicaremos em acessibilidade o valor de R\$9.000,00 (nove mil reais), recurso destinado pelo “Programa Dinheiro Diretor na Escola”, exclusivamente para esta finalidade. O objeto desta verba pública federal, conforme consta no Plano de Aplicação do recurso é exclusivamente em projetos de acessibilidade.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 12 – Ação 1 – Criação do PAENEE

(Continua)

O que será feito?	Por que? (Justificativa)	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis?	Quanto será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos previstos)
1) Visitas às escolas que encaminham estudantes para serem atendidos pela EEAPD-LD.	Apresentar a estudantes que serão encaminhados para a EEAPD-LD, a realidade da escola e iniciar as boas-vindas a eles.	Escolas Municipais e nas salas de aulas onde se encontram estudante que serão encaminhados para a EEAPD-LD.	O Diretor ou um vice-diretor; Um membro do Colegiado de preferência do segmento de pais; Um representante do Grêmio Estudantil.	Sempre no mês de outubro do ano anterior à matrícula de estudantes daquelas turmas.	O grupo de três pessoas visitarão todas as unidades urbanas e rurais que encaminharão estudantes para a EEAPD-LD. Estas visitas terão como objetivo apresentar a escola e esclarecer dúvidas a respeito da mesma. As escolas urbanas deverão ser visitadas em dois dias da primeira semana de outubro e as escolas rurais nos outros três dias da mesma semana.	Custo com transporte: R\$100,00 (cem reais). A alimentação será oferecida pelas escolas visitadas, merenda escolar
2) Proporcionar visita na EEAPD-LD, para estudante com necessidades educacionais especiais que serão matriculados no ano seguinte.	Porque apresentar para estudantes com necessidades educacionais especiais a EEAPD-LD, é uma forma de proporcionar a eles o primeiro contato com a instituição, favorecendo assim sua inclusão.	Em todas as dependências da EEAPD-LD.	Coordenação Pedagógica, um vice-diretor, professora da sala de recursos multifuncionais e secretária.	Na primeira quinzena de novembro, devendo constar do calendário escolar e ser planejada na reunião geral de setembro.	Visitas dirigidas em toda a área e dependências da escola, com pequenos grupos de estudante com necessidades educacionais especiais e um representante de sua família, que se responsabilizará pela locomoção do estudante até à escola.	Será oferecido um lanche especial aos visitantes calculado em R\$50,00 e caso necessário um auxílio para transporte calculado em R\$50,00.
3) Monitoramento do AEE,	Para iniciar o conhecimento a respeito das necessidades educacionais especiais de	Na escola de origem de cada	Secretária da escola; uma pessoa da	Na segunda quinzena de novembro de	A Secretária, uma pessoa da Coordenação Pedagógica e a Professora da Sala	Despesas com transporte R\$50,00

(Continuando)

oferecido àquele estudante com necessidades educacionais especiais na escola de origem.	estudante que vamos receber no ano seguinte, bem como para ter conhecimento do tipo de atendimento já oferecido pela rede municipal e por outros parceiros.	estudante com necessidades educacionais especiais, observação nos documentos constantes da pasta individual dos estudantes.	Coordenação Pedagógica e a Professora da Sala de Recursos.	cada ano anterior à matrícula de cada estudante com necessidades educacionais especiais.	Recurso, visitarão novamente a escola, mas dessa vez a visita será na secretaria onde através da verificação dos documentos e entrevistas com servidores da escola de origem, darão continuidade ao acolhimento e atendimento ao (à) estudantes com necessidade educacional especial.	
4) Visitas às famílias de estudantes com necessidades educacionais especiais, após a realização das atividades 1, 2 e 3.	Pela necessidade de se conhecer a realidade familiar de estudantes, principalmente estudantes com necessidades educacionais especiais, pois a informação de membros da família e as condições do ambiente familiar, podem proporcionar pistas fundamentais para o atendimento adequado.	Na residência de cada estudante com necessidades educacionais especiais.	Coordenador Pedagógico; Diretor; Professora da Sala de Recursos.	Na primeira quinzena de dezembro.	Através da visita na residência de cada estudante com necessidades educacionais especiais. Na observação e na entrevista realizada com familiares e com os próprios estudantes, indicar o melhor atendimento e o apoio que ele necessita.	Se necessário, despesas de transporte R\$50,00 (cinquenta reais).
5) Recepção no primeiro dia de aula.	Para iniciar o Atendimento Educacional Especializado e acolher adequadamente estudantes com necessidades educacionais especiais.	Na EEAPD-LD, instituição que passa a ser responsável pelo AEE.	Professora da Sala de Recursos, Professor de apoio e demais servidores de AEE.	Na primeira semana de aula de cada ano letivo.	Através do acompanhamento das atividades de recepção realizadas para todos os estudantes, com atenção especial a estudantes com necessidades educacionais especiais.	Sem custos adicionais.
6) Construção de um painel em grafite na base da	A grafiteagem é um projeto da APM-LD com o objetivo de desenvolver em estudantes esta arte	Em um muro que é a base de uma das quadras	Associação de Pais e Mestres de Lima Duarte e Escola.	No dia 16 de junho de 2018. Neste dia faremos uma	A APM-LD conseguiu através de parcerias um grupo de grafiteiros de Juiz de Fora para fazer a arte,	As tintas e o material ficarão em torno de

quadra de esportes, localizada em frente ao prédio da escola. Esta base que também é um muro de proteção tem a seguinte medida: vinte e dois metros de comprimento por dois metros e sessenta centímetros de altura.	popular. O referido muro é alvo de pichações e vandalismo. Por esta razão a APM-LD, juntamente com a Escola farão uma grande obra de grafiteagem neste espaço, o tema para inspiração dos artistas é: “Diversidade e Esporte”. A pintura está prevista para o dia dezesseis de junho de 2018, com início às oito horas. A atividade será usada também como uma grande oficina para estudantes interessados em aprender e desenvolver a arte da grafiteagem	cobertas da escola, fica localizado na parte externa do prédio, bem em frente à Escola. Local de grande visibilidade e de grande circulação.	Conseguimos um grupo especializado em Juiz de Fora que fará o trabalho artístico sem cobrar pela arte, pagaremos apenas o material, tintas e materiais para desenvolvimento do trabalho.	grande atividade para envolver o maior número de estudantes e demais pessoas da comunidade escolar possível. Estamos planejando outras apresentações artísticas que combinem com a arte da grafiteagem.	mas precisava conseguir as tintas e demais materiais. Realizou então uma atividade com fins lucrativos no dia 25 de maio às vinte horas no Bistrô do Ti em Lima Duarte. Ainda com o objetivo de praticar a inclusão através do conhecimento e da cultura de outros povos, fizemos a noite de “Comidas Árabes”. Além da arte culinária daqueles povos, exploramos também conhecimentos gerais através da ornamentação, música e até a dança.	R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais). O evento mencionado arrecadou em torno de R\$1.000,00, os R\$300,00 restantes a Associação arcará com recursos arrecadados das mensalidades.
--	--	--	--	---	---	--

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

3.2 Criação de um Programa Rádio para divulgar ações inclusivas e dialogar com a Comunidade sobre a Educação Escolar

Uma das questões levantadas por participantes da pesquisa qualitativa na análise do material foi a questão da aproximação das pessoas e das as Instituições. Ações coletivas podem colaborar na formação de culturas inclusivas, as quais podem oferecer condições de incluir as pessoas com ou sem necessidades especiais. Como podemos observar outro verbo também priorizado na dinâmica foi “incluir”, esta é uma ação que possibilita a aplicação das políticas inclusivas e, por sua vez, de práticas também inclusivas como estas que estamos apresentando neste capítulo. Embora já pratiquemos algumas ações inclusivas, ainda não temos uma prática criada coletivamente com este fim, envolvendo todos os atores, sobretudo, atores dos segmentos e das organizações intraescolares.

A escola, embora apresente práticas de sucesso em algumas de suas ações inclusivas, principalmente possibilitadas por políticas previstas em leis federais e estaduais, precisa apresentar práticas e ações próprias que de acordo com estas leis favoreça a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos. As escolas devem fazer das necessidades educacionais especiais de estudantes matriculados, elementos de colaboração para o combate à evasão. Devem ainda utilizar dos desafios inclusivos para cuidar de sua principal função, que é a de possibilitar a aprendizagem a todos. A avaliação pode ser uma aliada importante no processo inclusivo, mas pode também incentivar a evasão de estudantes com necessidades educacionais especiais, que pressionado pelo alcance de resultados exigidos pelo sistema, deixem de lutar pelos possíveis resultados dentro de sua realidade. A evasão e repetência contribuem para reforçar as brutais desigualdades educacionais e sociais do país.

Diante da realidade sombria da educação brasileira, principalmente na perspectiva de uma educação inclusiva, é que propomos como ação nesta seção criar um programa de rádio a ser transmitido semanalmente com a finalidade de dialogar com a comunidade, discutindo ações coletivas no caminho de uma realidade, que se pretende, cada vez mais inclusiva. Este programa que será transmitido ao vivo sempre nos sábados à tarde, sob responsabilidade do diretor da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte, terá a participação de vários atores da comunidade escolar e, sempre que possível, a presença de

especialistas na área da inclusão escolar. Devido à dificuldade da presença destes especialistas, a participação dos mesmos poderá ocorrer através de entrevistas e gravações especialmente feitas para o programa, ou até mesmo de transmissão de palestrar e entrevistas destes em redes sociais.

Precisamos ouvir as pessoas para aprimorar nossas práticas inclusivas. As dificuldades vividas por elas e as sugestões vindas de uma realidade experimentada, são instrumentos para incluir em nosso dia a dia, iniciativas particulares e coletivas que busquem sempre o caminho da equidade em nossas ações. O programa na Rádio Comunitária Serrana de Lima Duarte/MG – 87.9 FM, além de ser ouvido via rádio em um raio que abrange praticamente toda cidade, também pode ser ouvido via internet pelo seguinte endereço <<https://www.radios.com.br/aovivo/Radio-Serrana-87.9/FM/15948>>.

A Associação Comunitária Amigos da Comunicação (ALAC) entidade mantenedora da Rádio Serrana, é mais uma instituição parceira que abre este canal de comunicação com a comunidade com a finalidade de colaborar com iniciativas inclusivas. A construção coletiva e transparente de ações inclusivas pode fortalecer o protagonismo de toda Comunidade, colaborando na formação de uma Sociedade menos desigual e mais justa. Além disso esta construção pode interferir também nas realidades locais, dando base para iniciativas também coletivas, como projetos interdisciplinares, um caminho para docentes que querem mudar sua prática. Veremos a seguir um quadro construído com o objetivo de sistematizar o programa, que embora seja uma iniciativa da Escola através do Diretor, é também uma construção coletiva, aberto a todas as pessoas e instituições.

Quadro 13 – Ação 2: Criação de Programa de Rádio através da Radio Serrana de Lima Duarte – 87.9 – FM

(Continua)

O que será feito?	Por que? (Justificativa)	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis?	Quanto será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos previstos)
1) Formar um grupo de trabalho responsável pela organização do programa.	Porque como estamos procurando desenvolver atividades coletivas, é necessário a formação de um grupo que se responsabilizará pela organização e divulgação do programa semanal.	Na escola através de uma reunião semanal que acontecerá todas as terças-feiras na Sala de Recursos, juntamente com servidores de AEE. Na referida reunião alguém da equipe responsável pelo programa sempre estará presente. Outro local de desenvolvimento do projeto será na sede da Rádio Serrana de Lima Duarte – MG – 87.9 – FM.	O Diretor da Escola, com a equipe de organização do programa que já iniciou. Todos os servidores de AEE. Representante da Coordenação Pedagógica.	Reunião de preparação do programa às terças-feiras às dezessete horas e trinta minutos. Apresentação do Programa todos os sábados de dezesseis às dezessete horas, na sede da Rádio Serrana de Lima Duarte – MG.	Divulgação do Programa para toda a Comunidade Escolar, com o objetivo de termos a maior audiência possível, bem como contribuição dos ouvintes e divulgação do Programa para outras Comunidades. Montagem da equipe responsável pelo programa de acordo com orientações contidas neste quadro. Execução do Programa todos os sábados às dezesseis horas.	O custo da transmissão do programa como se trata de utilidade pública é de R\$50,00 (cinquenta reais) por hora, mas este custo será assumido pela Associação Comunitária Amigos da Comunicação (ALAC-LD).
2) O mesmo grupo responsável pela organização e transmissão do programa, também ficará responsável pela divulgação em outros meios de comunicação e redes sociais,	Porque com a Rádio Serrana é uma emissora Comunitária seu alcance é pequeno, precisamos de outros meios de comunicação para colaborar	Na Escola utilizando o laboratório de informática e os computadores da APADU. Também na Biblioteca e na Sala de Recursos sempre utilizando os equipamentos disponíveis.	A equipe responsável pelo programa, apoiada pelos responsáveis pelo setor de comunicação da APADU.	A atualização das informações em páginas próprias deve ser cuidada diariamente, mas não sendo possível, deve acontecer pelo	Um dos membros da equipe responsável pela organização dos Programas, utilizando seu horário de plantão, preferencialmente um professor, será encarregado de, juntamente com o setor de comunicação da APADSU,	Sem custos adicionais, uma vez que estaremos utilizando recursos humanos da escola em horário de plantão e estudantes em atividades de organização

capazes de divulgar e enriquecer o trabalho. Uso de redes sociais para divulgar o programa e as iniciativas inclusivas da escola e de outras instituições.	na divulgação de ações inclusivas, com o objetivo de criar mais uma rede de discussão, capaz de contribuir para ações coletivas neste sentido.	Cada pessoa da equipe e membros da APADU, pode também utilizar seus próprios equipamentos em suas casas para colaborarem na divulgação das ações positivas com a finalidade de criar realidades cada vez mais inclusivas.		menos semanalmente, ou seja, a cada novo programa transmitido.	fazer as atualizações e as divulgações necessárias. Esta mesma equipe também será responsável pela organização de uma rede de Escolas que pretendem formar realidades e ambientes de aprendizagem inclusivos, com a finalidade de troca de experiências e práticas que buscam o desenvolvimento de ações inclusivas.	estudantil. Caso exista necessidades de pequenas despesas devem ser programadas para que o percentual do CX e do PDDE destinado a Acessibilidade sejam utilizados com estas despesas.
--	--	---	--	--	--	---

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

3.3 Criação de uma “Roda de Conversa” mensal e permanente com Professores de AEE

Continuando a análise dos resultados verificamos que não existe na escola uma cultura de conversa e troca de experiência entre servidores, principalmente os responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado. Faltando esta prática, perdemos a oportunidade de crescer juntos e encontrar caminhos para executar as políticas de inclusão que visam colaborar com o trabalho docente. Também deixamos de partilhar experiências que podem facilitar e complementar o trabalho de atendimento educacional especializado. Estes problemas relacionados à comunicação e a falta de momentos de discussão do trabalho individual, são apontados como questões a serem resolvidas. O que nos leva a propor iniciativas que pretendem amenizar este ponto fraco, pois vivemos em uma época marcada por meios de comunicação, capazes de colaborarem na implementação de iniciativas como a que propomos nesta ação. Esta ação poderá colaborar para a formação de redes e grupos para vencer muitas barreiras que ainda nos distanciam da formação de ambientes inclusivos.

A falta da participação mais efetiva da Comunidade Escolar, sobretudo de familiares de estudantes com necessidades educacionais especiais, é uma manifestação muito recorrente dos “Grupos Focais” realizados. Observamos também, por parte de determinados responsáveis pelo AEE, um distanciamento quanto às atividades coletivas, a título de exemplo destacamos a participação nos Conselhos de Classe¹⁰. A pesquisa demonstrou que faltam momentos e espaços próprios para discussões relacionadas ao AEE, este fato tem prejudicado uma maior aproximação e diálogo destes servidores.

As reuniões existentes embora tratem do assunto, não oportunizam uma discussão mais aprofundada a respeito do tema “Educação Inclusiva”, bem como não favorecem a manifestação de servidores responsáveis pelo atendimento educacional especializado. Percebemos também através da manifestação de alguns destes nos “Grupos Focais”, que ainda se sentem discriminados frente aos demais

¹⁰ Conselho de Classe é uma reunião avaliativa em que diversos especialistas envolvidos no processo ensino-aprendizagem discutem acerca da aprendizagem dos alunos, o desempenho dos docentes, os resultados das estratégias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo, a fim de avaliá-lo coletivamente, mediante diversos pontos de vista.

professores. Destacaram ainda que as reuniões, quase em sua totalidade, são para discutir problemas ocorridos, raramente tratam de possíveis soluções e nunca discutem projetos coletivos de atividades com a finalidade de melhorar o trabalho do AEE.

A missão de formar as pessoas através da educação é de responsabilidade constitucional da família e da escola, o que exige que estas instituições caminhem juntas e na mesma direção, são parceiras e não adversárias. Estudantes em geral dependem da atenção e do apoio institucional que é fundamental para sua formação. Estudantes com necessidades educacionais especiais necessitam mais desta atenção e deste apoio, pois a dependência deles é maior e, conseqüentemente exigem mais cuidados. Sendo assim todas as pessoas e todas as instituições que se propõem em trabalhar com o atendimento educacional especializado, precisam de espaços permanentes de discussão e de formação. Estes espaços podem se tornar ambientes propícios para o nascimento de muitas ideias e projetos, que coletivamente podem melhorar o AEE em todos os espaços, principalmente nos escolares.

É fundamental criar espaços capazes de produzir estratégias e promover climas colaborativos e de interação entre as pessoas e as instituições, com a finalidade de acolher e atender cada vez melhor, estudantes com necessidades educacionais especiais. A experiência de criação destes espaços, podem provar que juntos é possível solucionar muitos dos problemas diariamente enfrentados, além de contribuir para a formação de ambientes escolares de aprendizagem inclusivos, capazes de oferecerem um ensino aprendizagem mais eficaz. Esta seção pretende propor ações no sentido de aproximar periodicamente responsáveis pelo atendimento educacional especializado. Com isso pretendemos oportunizar discussões e troca de experiências, capazes de enfrentar as dificuldades individuais através de atividades coletivas, o que também servirá como uma formação permanente e em serviço. Todas as ações aqui propostas estão inseridas em um projeto maior chamado carinhosamente de “APADU Incluir”.

As ações aqui apresentadas são eixos de um projeto maior “APADU Incluir”, apresentado no Quadro 16 (5W2H), que se encontra no início deste capítulo, o qual servirá como um estabilizador dos eixos que devem formar uma engrenagem de inclusão. Estes eixos, dentre outros objetivos, devem reestruturar a confiança e a cooperação entre as instituições que participam da formação das pessoas. Em se

tratando do espaço escolar e dos ambientes de aprendizagem, como se pretende prioritariamente neste trabalho, destacamos a necessidades de construir uma relação de confiança, de cooperação e de corresponsabilidade entre a família e a escola, instituições fundamentais na formação cidadã. O primeiro eixo como já descrito na seção 3.1, se refere ao acolhimento das pessoas que fazem parte da Comunidade Escolar, sobretudo de estudantes com necessidades educacionais especiais e suas famílias. O segundo eixo seção 3.2, diz respeito a divulgação de ações e do envolvimento com a Comunidade, sendo também um canal aberto de participação popular.

Este terceiro eixo tem como objetivo envolver de forma mais efetiva e organizada o Atendimento Educacional Especializado, criando um espaço permanente de diálogo entre eles e com todas as demais pessoas envolvidas de acordo com a necessidade. Através de encontros usando a técnica de “Rodas de Conversa”, pretendemos criar um espaço de crescimento individual e coletivo, onde nossas ansiedades e frustrações podem se transformar energia para mover ações e projetos para a solução e de prevenção de problemas. Os encontros a princípio mensais, acontecerão de acordo com o que será apresentado no próximo quadro, caso seja necessário esta periodicidade pode ser alterada, podendo ser as reuniões quinzenais ou até semanais. Esta ação é uma das formas de praticar formação continuada em serviço, apresentada como uma das possíveis soluções para problemas relacionados ao AEE e a aprendizagem na Escola. O quadro a seguir sistematiza as ações do projeto deste eixo, seguindo a metodologia 5W2H.

Quadro 14 – Ação 3: Criação de uma Roda de Conversa mensal e permanente com Professores de AEE e outras pessoas e segmentos a serem convidados de acordo com a necessidade (Continua)

O que será feito?	Por que? (Justificativa)	Onde será feito?	Quais os responsáveis ?	Quanto será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos previstos)
1) Criar encontros mensais e permanentes utilizando o método “Roda de Conversa”, com servidores responsáveis pelo AEE.	Porque uma das falas recorrentes durante a pesquisa qualitativa nos “Grupos Focais”, foi a falta de encontros e a carência de espaços de discussão e diálogo para servidores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Por esta razão justificamos esta ação como uma possibilidade de criação destes espaços de diálogo e de formação, onde além de responsáveis pelo AEE, poderemos convocar outras presenças de acordo com a necessidade.	Na Sala de Recursos Multifuncionais, ou em outros espaços de acordo com o número de participantes.	A Direção da escola deverá estar sempre presente e será a responsável pela organização e pela condução dos diálogos. A Coordenação Pedagógica também estará sempre presente e será responsável pelos registros, anotações e gravações das reuniões, além de acompanhar e monitorar as decisões.	Nas primeiras terças-feiras de cada mês, sempre às dezessete horas e trinta minutos, a partir de outubro de 2018.	Como já está registrado, neste quadro serão organizadas reuniões mensais com a finalidade de dialogar sobre o Atendimento Educacional Especializado. Juntamente com os servidores responsáveis diretos pelo AEE, a direção e a coordenação pedagógica, através de servidores destes segmentos, também responsáveis pelo AEE, serão organizadas as “Rodas de Conversa”, que terão como objetivos discutir, debater e dialogar sobre o AEE. Pretendemos também através destes encontros, deliberar sobre ações individuais, coletivas e colaborativas para facilitar e tornar mais eficaz o AEE. Não podemos nos esquecer	Não haverá custos adicionais, pois usaremos os recursos humanos da escola, bem como toda estrutura escolar para a realização dos encontros. Servidores do AEE usarão o tempo destinado ao plantão para esta atividade.

					que o objetivo principal da escola é o alcance da aprendizagem.	
2) Criação de um grupo de trabalho para organizar as “Rodas de Conversa”.	Porque é preciso que as ações da escola pública, sejam realizadas por atividades coletivas, transparentes e democráticas. Por esta razão formaremos um grupo responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento destes encontros.	Na sala da direção através de uma reunião preparatória de planejamento e avaliação da “Roda de Conversa”.	Diretor, Coordenador Pedagógico responsável pelo AEE e Professora da “Sala de Recursos Multifuncional” .	Na segunda-feira que anteceder ao dia marcado para a “Roda de Conversa”, que será toda primeira terça-feira de cada mês.	O Diretor juntamente com os demais envolvidos, organizarão o encontro, fazendo inicialmente uma avaliação da reunião anterior e propondo alguns temas para iniciar a discussão naquela “Roda de Conversa”. É importante estar sempre atentos pois alguns temas surgirão durante as Rodas de Conversa.	Não haverá custos adicional, a atividade será toda realizada usando a estrutura normal e corriqueira da Escola.
3) Gravação em áudio de todas as reuniões nos moldes de um “Grupo Focal”.	Porque foi solicitado por participantes dos “Grupos Focais” que se realizassem algumas pequenas reuniões nos moldes desta técnica. Por esta razão vamos utilizar a gravação em áudio, facilitando as possíveis e necessárias transcrições, que visam orientar atividades que deverão surgir destes encontros.	No próprio local dos encontros, na Sala de Recursos Multifuncionais.	Estudantes responsáveis pelo setor de comunicação da APADU e do Grêmio Estudantil.	As gravações durante as reuniões e, se necessário, a edição no dia seguinte.	Estudantes responsáveis pelo setor de comunicação da APADU e do Grêmio Estudantil farão a instalação do equipamento de gravação antes dos encontros e após, no dia seguinte, quando necessário a edição do material.	Manutenção de equipamentos e aquisição de insumos, o que podemos calcular em R\$30,00 (trinta reais) por encontro. Este recurso já está previsto nas verbas destinadas a acessibilidade.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

3.4 Apoio, incentivo e participação nas parcerias, principalmente com a APM-LD e com a APAE de Lima Duarte

Nos “Grupos Focais” o apoio e a participação da Comunidade Escolar, principalmente de professores, nas parcerias existentes não foi muito destacado, o que demonstra e comprova que não valorizamos, como deveria, as instituições que procuram colaborar com nosso trabalho. Mas em diversas falas durante a pesquisa qualitativa, fica confirmada a importância da participação de outras instituições no atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais. Por outro lado, não percebemos na mesma intensidade o interesse de participação e motivação dos atores internos a estas organizações, criadas com o único objetivo de colaborar nas tarefas da escola e consequentemente de cada um de nós. Embora afirmando a significativa participação no dia a dia da escola de instituições como a APAE, a APM-LD, o Rotary Club e até Conselhos Municipais; não percebemos o interesse de uma participação mais efetiva nestas organizações.

É preciso despertar na comunidade escolar o interesse e o desejo de participar de organizações e de instituições criadas com o objetivo de colaborar na formação de nossos filhos e de nossos alunos. Para que isto se torne possível, primeiramente é importante aproximar as instituições, abrindo a escola para a participação responsável destas nas atividades e na vida escolar. Devemos valorizar também as atividades propostas pelas instituições parceiras, as quais também têm como objetivo colaborar na criação de ambientes de aprendizagem. A APM-LD¹¹, por exemplo, tem proporcionado várias atividades extracurriculares que muito tem contribuindo para a inclusão de estudantes, inclusive de alguns com necessidades educacionais especiais.

Já existem alguns canais de comunicação que favorecem a aproximação entre a comunidade escolar e algumas instituições parceiras, mas pretendemos dentro desta ação motivar o fortalecimento destes canais. Pretendemos ainda fazer a ligação destes a outras redes que poderão divulgar ainda mais as ações inclusivas desenvolvidas na Escola e na Comunidade Escolar. No Programa na Rádio Serrana de Lima Duarte, todos os sábados às dezesseis horas também já apresentado como uma das ações a serem desenvolvidas neste PAE, faremos a divulgação das

¹¹ <https://www.facebook.com/apmadalgisapduque/>

atividades da APM-LD. Esta proposta de incentivar a comunicação e a criação de canais através das diversas redes sociais, tem como objetivo expor e divulgar algumas práticas. Os canais de comunicação fazem parte do cotidiano discente, estes estão plenamente inseridos nestas redes, adaptados ao uso das novas tecnologias como instrumento de aquisição de informação e facilitador da aprendizagem.

Para incentivar e divulgar as diversas ações desenvolvidas pela escola e pelas instituições parceiras, principalmente relacionadas a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, pretendemos criar um canal de comunicação através de uma rede social a ser definida pelos próprios estudantes. A criação deste canal e a manutenção do mesmo será discutido com o Grêmio Estudantil Theofilina Teixeira e com a APADU, organizações estudantis que muito poderão contribuir nesta ação. A APM-LD também será convidada para participar desta ação, pois tem interesse em divulgar suas ações, uma vez que esta transparência favorece as arrecadações financeiras necessárias para a manutenção da Instituição e o patrocínio de atividades que realiza periodicamente.

Os recursos usados pela APM-LD são oriundos de: atividades organizadas pela Associação com o fim de arrecadação; mensalidades voluntárias de associados sem valor determinado; doações de colaboradores e doações de Instituições. Todo o recurso arrecadado é utilizado com o objetivo de criar ambientes de aprendizagem, mas também utilizamos parte dos recursos com assistência a estudantes em situação de vulnerabilidade. A APM-LD procura também buscar junto ao poder público a assistência sob sua responsabilidade, só intervindo financeiramente, quando esta não é cumprida ou ofertada pelos serviços públicos de assistência social. Um dos exemplos que podemos citar é a correção ortodôntica, pois este serviço ainda não é ofertado pela rede pública municipal ou pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Como um dos verbos também muito destacado na dinâmica realizada durante a aplicação da técnica “Grupo Focal”, foi o verbo “iniciar”, pretendemos organizar todas as ações contidas neste PAE, como objetivo de iniciar o mais rápido possível, algumas delas ainda este ano. Será feito um levantamento sobre os equipamentos necessários para a realização desta ação de divulgação, estes equipamentos caso a escola ainda não possua, serão adquiridos com recursos disponíveis na escola e caso seja preciso complementados pela APM-LD. Democraticamente será criado um

nome para o canal, bem como para o Programa de Rádio, os quais estarão profundamente interligados, pois um divulgará o outro. A equipe responsável como veremos no quadro a seguir, será composta principalmente por estudantes responsáveis pelo setor de comunicação do Grêmio Estudantil e da APADU, com apoio do Colegiado Escolar e da APM-LD.

Os responsáveis deverão recolher o material, selecioná-lo e organizar sua publicação no canal a ser definido, além disso parte deste também poderá ser divulgado via jornal da escola, já organizado por estudantes da educação integral. Caberá também a esta equipe de comunicação incentivar, estimular e orientar a participação de toda comunidade escolar nas instituições parceiras, professores, estudantes, familiares, servidores, membros da gestão, coordenadores pedagógicos e até simpatizantes. Haverá sempre a participação, o acompanhamento e o monitoramento por parte do Colegiado Escolar, com o objetivo de possibilitar que as informações postadas sejam sempre construtivas e positivas, uma vez que a ideia é divulgar boas práticas. Esta iniciativa deverá também favorecer a socialização das informações para toda comunidade, contribuindo também para a aproximação entre os diversos segmentos, interno e externos. Vejamos os detalhes desta ação no quadro a seguir.

Quadro 15 – Ação 4: Apoio, Incentivo e Participação, principalmente com a APM-LD e com a Apae de Lima Duarte

(Continua)

O que será feito?	Por quê? (Justificativa)	Onde será feito?	Quais os responsáveis?	Quanto será feito?	Como será feito?	Quanto?
1) Incentivar a participação como associados ou contribuintes de toda a Comunidade Escolar, na APAE e na APM-LD.	Porque o Associativismo deve ser motivado entre as pessoas e apresentado como uma forma de organização social capaz de colaborar em muitas ações. Além disso é uma forma de incentivar a participação das pessoas na discussão e na busca de soluções para problemas sociais possíveis de serem assumidos pela Comunidade, no sentido de construir soluções coletivas que possam resolver ou amenizar as consequências destes.	Em todas as reuniões e encontros onde seja possível divulgar esta ideia. Usaremos também para divulgação e convite para participação, o Programa na Rádio e os canais que serão criados nas redes sociais para este fim. Através do jornal da escola.	O setor de comunicação do Grêmio Estudantil e da APADU. Estudantes da Educação Integral através do jornal, orientados pela Professora responsável.	Durante todo o ano, iniciando já em agosto de 2018.	Utilizaremos todos os meios possíveis e disponíveis na escola para a divulgação do trabalho das instituições. Incentivaremos a participação através do ato de se associar a elas e ainda sobre a possibilidade de, pelo menos, se tornar contribuinte das mesmas. Orientar as pessoas da comunidade sobre a importância do associativismo na sociedade atual e convidar em todas as oportunidades para que se associem, como uma forma de criarmos a possibilidade de uma participação cidadã nos assuntos de interesse comunitário.	Para facilitar a divulgação, a ideia é publicar um panfleto institucional para sempre ser utilizado nas reuniões, encontros e panfletagem. Custo estimado em torno de R\$100,00 (cem reais), para produção dos panfletos para iniciar a divulgação por este meio.
2) Convidar a toda a comunidade e escolar para se associar e incentivar para a participação	Porque nestas reuniões são discutidos temas de interesse, bem como são deliberadas muitas ações relativas a assuntos e problemas de interesse da Comunidade Escolar.	Em todas as oportunidades individuais, em pequenos grupos e até em atividades coletivas.	Membros da APM-LD, direção da escola e servidores que já fazem parte da Associação.	Iniciaremos na reunião geral de agosto de 2018.	Através da distribuição de panfletos, da apresentação de vídeo institucional e da divulgação de resultados; pretendemos apresentar a APM-LD para a comunidade escolar em todas as oportunidades. Criar um comercial a ser	Sem custo adicional, pois os recursos humanos e tecnológicos para a iniciativa serão os disponíveis na Escola.

(Continuando)

nas reuniões da APM-LD.					veiculado pela Rádio Serrana de Lima Duarte, neste comercial além de incentivar o associativismo, propagaremos a nossa associação como uma parceira importante para a inclusão e par a melhoria da qualidade da educação em Lima Duarte.	Possuímos um tempo de divulgação na Rádio Serrana, cedido gratuitamente.
3) Criação de vídeo institucional, onde apresentaremos atividades da escola em parceria com outras instituições.	Porque a propaganda tem um poder de convencimento maior do que a simples fala, por este motivo propagandas das instituições em que o áudio possa ser veiculado na Rádio Serrana diariamente o vídeo publicado em redes sociais e outros canais aos quais temos acesso gratuito, podem ser bem mais eficientes.	No prédio da escola e em outros espaços onde a escola em parceria com outras instituições, tem criado ambientes de aprendizagem.	A direção da APM-LD a direção da Escola e a equipe de comunicação da APADU.	Em agosto de 2018, neste vídeo já vamos apresentar várias ações do PAE, que já iniciarão ao longo deste ano e durante todo o ano de 2019.	Solicitaremos a criação de um roteiro feito pela APADU, com orientação da APM-LD e da EEAPD. Feito o roteiro faremos as filmagens e as gravações de áudio, para que a edição seja realizada. A equipe da APADU será acompanhada o tempo todo pelos presidentes ou pelo vice-presidentes da APM-LD e pelo Diretor da Escola.	Os gastos serão de responsabilidades da APM-LD, calculamos uma despesa de em torno de R\$100,00.
4) Sempre que possível participação de membros da APM-LD e da Apae, nos programas de rádio semanais	Em todos os programas daremos notícias de ações e atividades promovidas pelas instituições.	Na Rádio Serrana, Praça Vigário Maia, S/Nº, centro, Lima Duarte – MG, CEP.: 36.140-000.	Os organizadores do Programa semanal, juntamente com um membro da APM-LD e um membro da APAE.	Todos os sábados de dezesseis às dezessete horas, no estúdio da Rádio Serrana.	Dentro do programa semanal da escola, será criado um espaço próprio para divulgação de ações e atividades realizadas pelas instituições parceiras. Além da apresentação das ações e atividades realizadas, será também feito o convite para conhecer e participar da associação, além de	Não haverá custos, pois, a Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, entidade mantenedora da Rádio Serrana, isentou a escola do pagamento de R\$50,00

da escola.					solicitar, no ar, sugestões para melhorar a participação e sobre possíveis ações e atividades a serem realizadas.	correspondente a uma hora de programa, por ser considerado de utilidade pública.
------------	--	--	--	--	---	--

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

3.5 Criação de uma “Mesa Redonda” anual e uso de redes sociais como objetivo de divulgar ações inclusivas das escolas

A “Roda de Conversa” é uma estratégia metodológica que possibilita uma comunicação mais dinâmica, próxima e produtiva entre os participantes. Estes podem ser estudantes, professores, servidores, familiares, enfim todos os segmentos da Comunidade Escolar; sendo mais eficiente para atividades com pessoas a partir da adolescência. A técnica se apresenta como um importante instrumento para ser utilizado como prática metodológica de aproximação entre as pessoas, principalmente em ambientes escolares e pedagógicos. Esta técnica está prevista neste Plano de Ação Educacional no item 3.3 “Criação de Rodas de Conversa”, e será desenvolvida entre servidores responsáveis pelo AEE, direção e coordenação pedagógica da escola e, sempre que preciso, serão convidadas outras pessoas e outros segmentos.

A ação proposta neste eixo “Mesa Redonda”, tem como objetivo fazer um fechamento de todas as ações desenvolvidas, das quais muitas iniciarão nas Rodas de Conversa. Através da Mesa Redonda apresentaremos para a Comunidade de Lima Duarte o que foi desenvolvido durante o ano. A mesa redonda é um dos tipos de eventos acadêmicos utilizados para divulgar resultados de pesquisas, podendo também ser utilizada para atividades de formação e de discussão de determinados temas. Basicamente a “Mesa Redonda” é uma reunião de um grupo de pessoas interessadas em um determinado assunto, geralmente estas pessoas possuem algumas semelhanças, pessoais ou profissionais. São reuniões com duração de uma a duas horas, muito utilizadas em atividades acadêmicas e empresariais, mas são também muito próprias para discussão de temas de interesse público em ambientes amplos, com o objetivo de levar até a plateia informações de interesse comum. A Escola já tem uma pequena experiência na atividade, pois já organizou duas “Mesas Redondas”, foram muito enriquecedoras para as pessoas que participaram, tanto como debatedoras como assistentes.

Para uma boa “Mesa Redonda” é preciso que o foco esteja bem definido, devendo também ser claro para todos e todas, de forma que as pessoas participantes da mesa e a plateia estejam sempre focadas em determinados temas, objetos daquela mesa. Por este motivo é necessário definir de forma muito transparente, o tema ou os temas a serem abordados, não devendo passar de duas

questões principais. O mediador deve estar sempre atento e ter certo conhecimento dos assuntos a serem tratados, para ter noção de quando o foco está em risco, devendo assim exercer sua missão e interferir nas falas, voltando ao tema em questão. Cabe a ele também evitar posicionamentos muito calorosos que podem provocar discussões mais acirradas, havendo a necessidade de uma mediação atuante e enérgica, antes que os ânimos se exaltem e prejudiquem o debate. Dentro do tema principal, a precisão dos tópicos, também contribuem para o sucesso da técnica.

Um ou no máximo dois temas principais devem conferir ao mediador um foco firme e preciso, mas ele precisa também de uma agenda mais ampla que possibilite um maior potencial para discussão. Cabe também ao mediador a tarefa de receber os participantes da mesa, com os quais já iniciará uma certa condução ao tema, ainda que informalmente. O Mediador precisa de algumas características pessoais fundamentais para o sucesso da aplicação da técnica, pois tem um papel chave na “Mesa Redonda”. Ele preside e, geralmente define o rumo da discussão, deve estar bem preparada, portanto não é fácil encontrar um mediador ideal, principalmente quando é patrocinada por alguém, por uma instituição ou por uma empresa.

O Mediador tem que ser articulado, confiante e qualificado sobre os temas e a agenda a serem discutidos. As tarefas de um bom mediador são as seguintes: articular os temas em discussão; envolver os participantes menos confiantes e manter a discussão em movimento de uma forma descontraída, mas proposital. Fazendo uma analogia, o mediador deve ser como gandula, não participa diretamente do jogo, mas não pode deixar a bola parar. Por ser uma tarefa difícil, sempre que encontrar uma pessoa que desempenha bem o papel, esta deve ser mantida e, sempre que realizar uma “Mesa Redonda”, esta deve ser convidada para mediar os debates e dirigir a atividade.

Para garantir o sucesso do evento é importante que os convidados como debatedores sejam também selecionados, pois a qualidade de uma “Mesa Redonda” depende do perfil de seus participantes. A seleção, portanto, deve ser um processo criterioso para definir bem quem deverá ser convidado, bem como para decidir dentre os convidados quem participar de cada rodada. É fundamental que todos os convidados sejam profissionais qualificados e tenham conhecimento a respeito do tema, ou dos temas propostos. Para a “Mesa Redonda” ser produtiva, precisa ser bem planejada, exige muita preparação e depende de uma liderança forte e

competente. Existem sistemas disponíveis na internet que ajudam no planejamento e na organização desse tipo de evento.

O PAE apresentado através das diversas ações e sistematizado nos quadros orientados pela metodologia 5W2H, registrados neste capítulo, terão como fechamento do ciclo anual e abertura do próximo ciclo de ações, a execução desta “Mesa Redonda”. Por esta razão dedicamos esta seção a uma breve explicação do que é uma “Mesa Redonda” e como fazer para que ela seja uma atividade de sucesso. As ações contidas neste capítulo, têm como objetivo manter o processo de inclusão social sempre presente e ativo, buscando diminuir as desigualdades sociais. Esperamos que através de ações inclusivas envolvendo a todos, inclusive estudantes com necessidades educacionais especiais, possamos envolver todas as demais inclusões, construindo uma realidade que não precisará usar adjetivos que deveriam ser evidências das Escolas Públicas do Brasil.

Quadro 16 – Ação 5: Criação de uma “Mesa Redonda” anual e uso de Redes Sociais com o objetivo de divulgar ações

inclusivas das escolas

(Continua)

O que será feito?	Por quê? (Justificativa)	Onde será feito?	Quais os responsáveis?	Quanto será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos previstos)
1) “Mesa Redonda” sobre o tema Inclusão.	Por que esta atividade anual será um marco de conclusão das atividades do PAE realizadas no ano em curso e o início das atividades do ano seguintes. Ela marcará o encerramento de um ciclo permanente de atividades relacionadas à Inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais.	No Salão Paroquial Padre Raymundo de Almeida Sales, por ser um espaço central e gratuitamente cedido para atividades de utilidade pública.	Diretor e Vice-diretores da Escola. Coordenadores Pedagógicos da Escola. Secretária da Escola. Presidente da APM-LD. Presidente do Grêmio Estudantil.	Todos os anos a partir de 2019 sempre no mês de setembro em uma quarta-feira próxima ao dia 21 de setembro, dia da árvore e dia nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.	A equipe responsável deverá se reunir em julho para iniciar os preparativos para a realização da “Mesa Redonda”. Nesta reunião selecionarão as pessoas para participarem da “Mesa Redonda”, de acordo com o perfil solicitado na seção 3.5 do capítulo 3. Solicitarão ainda o Salão Paroquial para garantir o espaço para execução da atividade. Serão convidadas representantes de todas as instituições do município ligadas direta ou indiretamente ao setor da Educação.	Será prevista como despesa para esta atividade o valor de R\$500,00. Deste valor o que puder ser programado e planejado, estando dentro dos objetos de despesas disponíveis, será assumido pela Caixa Escolar de Lima Duarte. O que não puder ser custeado com recursos públicos vamos solicitar às instituições parceiras.
2) Transmissão ao vivo muitas pessoas que não puderem estar no Salão Paroquial poderão acompanhar e participar da “Mesa Redonda”. Além disso o Salão	Com a transmissão ao vivo muitas pessoas que não puderem estar no Salão Paroquial poderão acompanhar e participar da “Mesa Redonda”. Além disso o Salão	No Salão Paroquial Padre Raymundo de Almeida Sales e na Rádio Serrana de Lima Duarte.	A Diretoria e apresentadores da Rádio Serrana de Lima Duarte. O Vice-diretor da Escola.	No mesmo momento da execução da “Mesa Redonda”. Todos os anos a partir de	A “Roda de Conversa” será transmitida ao vivo para a Comunidade de Lima Duarte através do rádio pela Rádio Serrana – 87.9 – FM e via internet para todas as pessoas que se interessarem	O custo da transmissão é de R\$50,00 por hora, mas será uma cortesia da ALAC-LD. Que também fará a

Duarte.	Paroquial tem capacidade para 200 (duzentas) pessoas, através da Rádio não teremos este limite.			2019 no mês de setembro em uma quarta-feira próxima ao dia 21, dia da árvore e dia nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.	pelo endereço: https://www.radios.com.br/ao-vivo/Radio-Serrana-87.9-FM/15948 . Toda a transmissão ficará a cargo da Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, entidade mantenedora da Rádio Serrana.	gravação em áudio de todo evento.
3) Gravação de todo evento em áudio e vídeo para ser posteriormente editado e publicado em diversas redes sociais.	Eventos como estes devem ser utilizados em outras oportunidades, em outros espaços e por outras comunidades. Por este motivo vamos registrar toda a atividade em áudio e vídeo, faremos a edição do material e publicaremos em várias redes sociais.	No local do evento, na Rádio Serrana, na Escola e na casa de alguns estudantes.	O Diretor de programação da Rádio Serrana, o Responsável pelas edições da APADU e a equipe de comunicação do Grêmio.	A gravação e a filmagem durante o evento. A edição em até setenta e duas horas. A publicação em até cento e trinta e seis horas.	A equipe de comunicação do Grêmio Estudantil e da APADU, se responsabilizarão pela gravação, pela edição e pela publicação. O Diretor de programação da Rádio Serrana e o Vice-diretor da Escola, acompanharão os trabalhos, monitorando todas as etapas.	Não haverá custo adicional, todos os recursos estão disponíveis e as instituições os colocam à disposição.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teórica, complementada pela pesquisa qualitativa através da aplicação da técnica “Grupo Focal” e ainda a experiência própria como servidor desta instituição desde 1992; deu origem a este trabalho. A presente dissertação analisou os pontos fortes e os pontos fracos relativos ao acolhimento e ao atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG. Embora sejam apresentadas algumas informações anteriores por uma questão de fatos ocorridos que interferem diretamente no assunto, o período em análise é de 2006 até 2017. O objetivo geral desta dissertação é propor ações pedagógicas inclusivas para realizar intervenções, com a finalidade de combater as dificuldades levantadas e as deficiências na aprendizagem e ainda valorizar e aperfeiçoar as práticas inclusivas existentes. O Plano de Ação Educacional apresentado propõe ações realizáveis principalmente para os segmentos intraescolares, mas também para toda a Comunidade.

A pesquisa apresentou, inicialmente, um pequeno histórico sobre ações realizadas para favorecer a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de educação básica. Demonstrou ainda que a sociedade brasileira apresenta uma cultura de inclusão que favorece ações neste sentido, o que é demonstrado pela vasta fundamentação legal. As leis que garantem ações inclusivas nascem a partir da pressão social que busca atendimento para seus membros, provocando assim o surgimento de políticas públicas de inclusão. Este ambiente favorável oportuniza o surgimento de práticas de inclusão, que surgem nos diversos espaços sociais, de forma muito especial nos ambientes de aprendizagem das Escolas Públicas brasileiras. Apresentamos ainda a realidade legal do estado de Minas Gerais, no que diz respeito ao atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais, uma vez que o foco da pesquisa é uma unidade escolar mineira.

O processo de inclusão nas escolas de educação básica é um desafio constante, podendo apresentar em determinados atendimentos situações comuns e em outros, situações muito diversas, dentro da mesma realidade educacional, o que é reforçado negativamente pela grande desigualdade social existente. Ainda hoje no tocante ao atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais,

convivemos com questionamentos que já deveriam estar pacificados, mas ainda apresentam posições divergentes. Um exemplo disso é o próprio local de atendimento destes estudantes, existem defensores que o atendimento deve ser em instituições especializadas e defensores que o atendimento deve ocorrer em instituições regulares. Mas existem também consensos com relação a este atendimento, dentre eles podemos destacar: faltam obras de acessibilidade, faltam profissionais capacitados, faltam apoio de algumas famílias, faltam equipamentos próprios e falta um trabalho em rede mais eficiente. Embora percebemos avanços no atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas de educação básica, ainda estamos distantes de escolas e de uma educação realmente inclusivas.

Usando a pesquisa qualitativa como método e o “Grupo Focal” como técnica, procuramos obter informações mais consistentes, pois permitiu uma maior interação entre o pesquisador e as pessoas entrevistadas coletivamente, com isso uma análise mais detalhada sobre o tema pesquisado. Os resultados demonstraram que a escola possui uma certa vocação e até uma cultura inclusiva, mas as peculiaridades de estudantes com necessidades educacionais especiais dificultam o atendimento individual. Conhecer com mais detalhes cada situação é fundamental para o atendimento, mas esta tarefa não é tão simples e não depende apenas da escola, o que exige um trabalho coordenado em rede, nem sempre possível no atendimento a pessoas com necessidades especiais.

Ficaram evidentes, através da pesquisa na instituição em foco, alguns problemas que ainda afligem a educação inclusiva e discutimos algumas atitudes que dificultam o acolhimento e o atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais. Dentre outras, foi destacada que a falta de equidade em muitas ações é uma das principais causas que impedem realidades mais inclusivas, pois não podemos tratar a todas as pessoas da mesma forma. Como já ensinava Aristóteles: “Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”. Equidade significa igualdade, simetria, retidão e conformidade; mas o conceito também revela a necessidade da imparcialidade para reconhecer o direito individual, portanto é necessário usar a equivalência para praticar, de fato, a equidade. Logo a equidade exige uma adaptação da regra, para casos específicos, com a finalidade de alcançar a Justiça.

Foi revelado na pesquisa que a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, embora tenha uma boa caminhada no processo inclusivo, enfrenta dificuldades relativas a algumas questões próprias da realidade escolar. Uma delas é a dificuldade de alcançar os objetivos relacionados à aprendizagem, ficou claro que com relação ao alcance dos conhecimentos necessários e até os conhecimentos básicos, a instituição ainda deixa muito a desejar. Talvez em consequência desta dificuldade, mas que também muito perturba a toda comunidade escolar, principalmente aos familiares de estudantes com necessidades educacionais ou não, são as técnicas de avaliação que não acompanham o desenvolvimento pedagógico e tecnológico da atualidade. A pesquisa revelou ainda que a escola promove um considerável acolhimento e, conseqüentemente a adaptação de estudantes com necessidades educacionais especiais é relativamente facilitada por esta ação que precisa ser aprimorada a cada dia.

Por outro lado, ficou, também, transparente que algumas atitudes positivas em relação ao acolhimento e ao atendimento a estudantes com necessidades especiais, estão relacionadas a alguns poucos servidores, não há ainda, o envolvimento da coletividade intraescolar. Como já destacado acima para o atendimento a pessoas com necessidades especiais é preciso um trabalho através de uma rede social comunitária permanente e eficaz. Na escola não é diferente, precisamos também desenvolver uma rede interna de atendimento, capaz de envolver os segmentos e as pessoas, construindo espaços e ambientes capazes de serem considerados inclusivos. O cenário produzido, embora apresente alguns pontos positivos, também desperta a necessidade urgente de elaboração de ações pedagógicas para facilitar o trabalho coletivo, no sentido de superar as dificuldades e pontos fracos identificados.

O Plano de Ação Educacional propôs ações diversificadas, com envolvimento de outras pessoas e de outras instituições, no sentido de favorecer o trabalho em rede intra e extraescolar. Uma das formas de construir uma sociedade inclusiva é procurar que as instituições também o sejam. O projeto “Apadu Incluir”, dividido em cinco ações complementares que funcionarão em ciclo, deverá ser iniciado ainda este ano (2018). Além de ações intraescolares, estão previstas também ações fora dos muros da escola, pois como foi apresentado na pesquisa desta dissertação, para termos instituições que pratiquem a inclusão, é preciso ter uma Comunidade Inclusiva.

Com este trabalho, esperamos ter oferecido uma pequena colaboração com o objetivo de construir ambientes de aprendizagem mais inclusivos, estamos em um processo, o que exige disposição para prosseguirmos na caminhada. Esperamos que o ponto de chegada comum a todas as comunidades escolares, seja uma educação inclusiva e justa, que consiga desempenhar bem sua principal missão, fazer com que os estudantes aprendam o que é preciso e na hora certa.

Incluir o próximo é uma cultura desenvolvida por grande parte da humanidade e faz parte de políticas internacionais no sentido de aceitar o outro com suas particularidades, como ele é e deseja ser, o que nos leva a criar práticas cotidianas de inclusão e de aceitação das diferenças. Na sociedade contemporânea, a escola tem um papel fundamental na construção de ambientes inclusivos, sendo ela o grande ponto de encontro e o palco onde todas as pessoas devem se apresentar indistintamente. Como uma das conclusões deste trabalho, constatamos que a escola é um espaço privilegiado de formação e, portanto, é uma das instituições responsáveis para combater todo tipo de segregação que ainda caracteriza a sociedade brasileira. As manifestações inclusivas que fazem parte de nossa cultura, as políticas públicas inclusivas materializadas pelas leis e pelos projetos desenvolvidos pelas instituições e as práticas inclusivas que assistimos diariamente, só existem, pois ainda não temos uma Sociedade Inclusiva.

Sem a participação efetiva da escola na construção de uma sociedade inclusiva, dificilmente alcançaremos este ideal, pois ela é o espaço que congrega todas as pessoas independente de quaisquer particularidades. Assim garante a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e, consequentemente, todas as leis que dela originam. A participação efetiva das pessoas que fazem do cotidiano escolar espaços de formação para a construção de uma sociedade mais justa é fundamental para as transformações sociais necessárias, das quais o Brasil tanto precisa.

As incertezas, as inquietações e até as frustrações das pessoas envolvidas na educação formal, principalmente quem trabalha diretamente nas escolas, devido aos constantes desafios que a nós se apresentam, devem servir de combustível para impulsionar as necessárias transformações. As escolas devem ser ambientes de diálogo, com o objetivo de promover a democracia, possibilitando a participação de todas as pessoas, sobretudo, daquelas com maiores necessidades, assim, poderemos possibilitar a equidade em nossas práticas escolares diárias.

Este trabalho pretendeu apresentar uma reflexão sobre o atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais, com o objetivo de contribuir na construção de práticas inclusivas. Partindo da realidade da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque de Lima Duarte/MG, esperamos colaborar com gestores de outras unidades escolares, com peculiaridades semelhantes ao da instituição em foco, possibilitando dessa forma, a adaptação das ações propostas às diversas realidades escolares.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. L. A Importância do Reforço Escolar. **Revista Farol**, Rolim de Moura, v. 6, n. 6, p. 28-37, jan. 2018. Disponível em: <<http://www.revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/89/108>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. **Constituição política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro: Conselho de Estado, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1989.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Decreto nº 3.298, de 21 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá Prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**,

Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. **Projeto Escola Viva:** Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 2002.

_____. Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948 de 09 de outubro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. **Marcos Político – Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. A Escola Comum Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação; Especial Universidade Federal do Ceará, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BOOTH, T.; AINSWORTH, M. **Index Para a Inclusão desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas**. 3. ed. Tradução de Mônica Pereira dos Santos. Rio de Janeiro: Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), 2011. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012-final%20FOTOS%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Rev. Bras. Ed. Esp.** Marília, v. 18, n.1, p. 141-154, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000100010>. Acesso em: 12 mai. 2018.

CAEd. **Simade – Apresentação**. 2018. Disponível em: <<http://www.gestao.caedufff.net/sistemas-de-gestao/simade/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CAMPOS, MARIA MALTA. **Entre as Políticas de Qualidade e a Qualidade das Práticas**. Cad. Pesqui. [online]. 2013, vol.43, n.148, pp.22-43.

CARLINI-COTRIM, B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 285-293, jun. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101996000300013>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CORRÊA, M. H. C. **A Inclusão de Alunos com Necessidade Educacionais Especiais no Ensino Regular**. 2010, 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/846/Correa_Maria_Helena_Calazans.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 mai. 2018.

DIAS, C. A. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-12, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330/252>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ESCOLA ESTADUAL ADALGISA DE PAULA DUQUE. **Ata da Reunião de Fundação do Ginásio em Lima Duarte no dia 24 de setembro de 1949**. Livro 1, p. 1-2. Lima Duarte: 1949.

_____. **Regimento escolar**. Lima Duarte, 2014.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Lima Duarte: 2017.

FOSSI, G. C. G. **Necessidades Educativas Especiais e a Inclusão Escolar**. 2010, 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Prática Interdisciplinar) – Faculdade Capivari, Capivari de Baixo, 2010. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Giovana-de-Cassia-Goncalves-Fossi.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

GALEANO, E. **Para Que Serve a Utopia?** 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs&feature=youtu.be>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

GLAT, R. Educação Inclusiva para Alunos com Necessidades Especiais: Processos Educacionais e Diversidade. In: LONGHINI, M. D. (Org.). **O Uno e o Diverso na Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 75-92.

GOFFREDO, V. L. F. S. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: BRASIL. **Salto para o Futuro - Educação Especial: tendências atuais**. Brasília: Ministério da Educação; SEED, 1999. p. 27-34 (Série de Estudos. Educação a Distância). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002692.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

GOMES, C.; SOUZA, V. L. T. Educação, Psicologia Escolar e Inclusão: Aproximações Necessárias. **Rev. Psicopedagogia**, Pinheiros, v. 28, n. 86, p. 185-193, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v28n86/09.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

IBGE. **Lima Duarte – Panorama**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lima-duarte/panorama>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

JANNUZZI, G. M. **A Educação do Deficiente no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, M. T. E. O verde não é o azul listado de amarelo: considerações sobre o uso da tecnologia na educação/reabilitação de pessoas com deficiência. **Espaço: informativo técnico-científico do INÊS**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 55-60, jan./jun. 2000.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

_____. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MATISKEI, A. C. R. M. Política públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar**, Curitiba, n. 23. 2004, p. 185-202. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a12.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2018.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1989.

_____. Parecer CEE/MG nº 424, de 27 de maio de 2003. Propõe normas para a Educação Especial na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2003a. Disponível em <<http://docplayer.com.br/6008797-Parecer-no-424-03-aprovado-em-27-5-03.html>> Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. **PDI – Plano de Desenvolvimento Individual do Estudante**. Orientação para Construção, Secretaria de Estado de Educação. Belo Horizonte, 2018.

_____. Resolução CEE/MG nº 451, de 27 de maio de 2003. Fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2003b. Disponível em: <http://www.cee.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3047&Itemid=143>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Orientação SD nº 01/2005**. Orienta o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais; Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação, 2005. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/orientacao.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2012.

_____. Resolução CEE/MG nº 460, de 12 de dezembro de 2013. Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, e dá outras providências. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <http://www.cee.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7269&Itemid=185>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. Parecer CEE/MG nº 895, de 12 de dezembro de 2013. Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2013b. Disponível em:

<http://www.cee.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7470&Itemid=143>. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Decreto nº 46.246/2013. “Minas Incluir”. A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2013c. Disponível em:

<[https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/](https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/A_Educacao_Especial_Perspectiva%20Inclusiva_18cmx25cm.pdf)

[A_Educacao_Especial_Perspectiva%20Inclusiva_18cmx25cm.pdf](https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/A_Educacao_Especial_Perspectiva%20Inclusiva_18cmx25cm.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação; Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, 2014. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/document/212993089/Guia-da-Educacao-Especial-MG-122013>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Monitoramento do Atendimento Educacional Especializado**. Belo Horizonte: Secretaria de Educação do Estado, 2015.

_____. Resolução SEE/MG nº 3.205 de 26 de dezembro de 2016. Estabelece normas para a organização de Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Educação Básica a partir de 2017 e dá outras providências. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2016. Disponível em:

<<http://srecampobelo.educacao.mg.gov.br/images/resolucao-3205-26-12-2016.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

_____. **Sistema Mineiro de Administração Escolar**. 2017. Disponível em: <http://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br/SimadeWeb/login.faces>. Acesso em: 12 dez. 2018 (acesso restrito).

MIRANDA, A. A. B. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 7, p. 29-44, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

PELEGRI, M. I. A. **Alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular: práticas pedagógicas docentes que constroem a educação inclusiva**. 2014, 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/4.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

PEREIRA, M. M. **Inclusão Escolar: Um desafio entre o ideal e o real**. 2018. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/inclusao-escolar-um-desafio-entre-o-ideal-e-o-real/2284#>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

PESSOA, S. C.; SILVEIRA, C. **Plano de Desenvolvimento Individual é Lei e deve Atender Necessidades dos Alunos**. 2013. Disponível em: <<https://tudobemserdiferente.wordpress.com/2013/08/30/plano-de-desenvolvimento-individual-e-lei-e-deve-atender-necessidades-dos-alunos/>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Entrevista Maria Teresa Mantoan**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d_gLi-JlviA>. Acesso em: 12 jul. 2018;

SAHB, W. F. Educação Especial: a Constituição Federal de 1988 e a Constituição Mineira de 1989. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 28, p. 1-16, 2006. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29077-29095-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, M. R. **Educação Inclusiva o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA. 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3hs/pdf/sampaio-9788523209155.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

SANTIAGO, M. C.; SANTOS, M. P.; MELO, S. C. Inclusão em educação: processos de avaliação em questão. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 96, p. 632-651. jul./set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n96/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500652.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SANTOS, R. A. **Inclusão Escolar: a Implementação da Política de Educação Inclusiva no Contexto de uma Escola Pública**. 2015. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2015/10/ROG%C3%89RIO-AUGUSTO-DOS-SANTOS.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SÃO PAULO. **30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/30%20ANOS%20AIPD%20LIVRO%20DIGITAL.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. **Atendimento Educacional Especializado – AEE**. 2017. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/aee.html>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

SILVA, L. M. G. Educação Especial e inclusão escolar sob a Perspectiva legal. Simpósio Internacional: o Estado e as Políticas Educacionais no tempo Presente, 5, 2009. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2009. Disponível em: <<http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP05.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SILVA FILHO, R. B.; BABOSA, E. S. C. Educação Especial: da prática pedagógica à perspectiva da inclusão. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 353-368, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/viewFile/20575/13513>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

THEOBALD, I. M.; SILVA, I. C.; SILVA, L. U. A gestão escolar e o desafio da (in)disciplina na escola. In: COLARES, M. L. I. S.; PACÍFICO, J. M.; ESTRELA, G. Q. (Org.). **Gestão Escolar: Enfrentando os Desafios Cotidianos em Escolas Públicas**. Curitiba: Editora CRV, 2009. p. 83-92. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livro-unir-2009&Itemid=30192>. Acesso em: 25 fev. 2018.

TRIBUNA DE MINAS. **Escolas de Lima Duarte farão plantio de 1.300 mudas de árvores**. 2017. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/regiao/11-12-2017/escolas-de-lima-duarte-farao-plantio-de-1-300-mudas-de-arvore.html>>. Acesso em: 12 set. 2017.

UFSM. **Legião Brasileira de Assistência (LBA)**. 2018. Disponível em: <<http://fonte.ufsm.br/index.php/legiao-brasileira-de-assistencia-lba>> Acesso em: 25 jun. 2018.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien: Unesco, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

VIEIRA, E. A Política e as Bases do Direito Educacional. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 9-29, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5538.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ZIMMERMANN, M. H.; MARTINS, P. L. O. Grupo Focal na Pesquisa Qualitativa: Relato de Experiência. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, n. 70, v. 2, p. 443-448, mar./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v70n2/pt_0034-7167-reben-70-02-0424.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

APÊNDICE 1 – Relação de estudantes com a data do laudo ou relatório, com o CID e as deficiências, de 2006 até 2017

Estudante (Iniciais dos nomes)	Data do laudo Médico ou Relatório Pedagógico	CID	Deficiência
I.M.S.	25/01/2006	F90.0; F40.9; F29; F22.0, G40.5	Distúrbios da atividade e da atenção; Transtorno Fóbico-ansioso não especificado; Psicose não orgânica não especificada; Transtorno delirante; Síndromes epiléticas especiais
F.H.S.	15/02/2006	N.D	Deficiência mental com comprometimento motor
T.R.F.S.B.	20/11/2007	G80.0; Q04.8; R47.1	Paralisia cerebral; Outras malformações congênitas especificadas do encéfalo; Disartria e anartria
L.R.O.	14/03/2008	F.90.0; F81.9; F70.1	Distúrbios da atividade e da atenção; Transtorno não especificado do desenvolvimento das habilidades escolares; Retardo mental leve - comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento
M.L.F.	05/05/2010	F90.0	Distúrbios da atividade e da atenção
E.P.M.	19/10/2010	N.D	Quadro Alérgico Grave (Urticária e Angiodema)
T.M.R.	08/02/2011	F31; F32; E25.0; F81.3	Transtorno afetivo bipolar; Episódios depressivos; Transtornos adrenogenitais congênitos associados à deficiência enzimática Transtorno misto de habilidades escolares
E.A.	26/08/2011	N.D	Estrabismo e Baixa visão
C.G.J.L.O	18/11/2011	H54.0	Cegueira em ambos os olhos
W.V.O.	08/12/2011	F90.0	Distúrbios da atividade e da atenção
M.F.N.	17/11/2011	G81; G80.2	Hemiplegia e Hemiparesia; Paralisia Cerebral do tipo Espástica
P.J.R.	30/11/2011	F41.2	Transtorno misto ansioso e depressivo
A.C.B.M.	17/01/2012	F90; F41.0	Transtornos hipercinéticos; Fobias sociais
A.C.P.F.	23/02/2012	Q90.9	Síndrome de Down
G.S.R.	08/04/2012	F81.3	Transtorno misto de habilidades escolares
K.O.S	05/06/2012	H90.6	Perda de Audição Bilateral Mista, de Condução e Neuro-sensorial
E.B.O.C.	25/10/2012	G40	Epilepsia
D.R.S.C.	08/11/2012	F90.0; F81.3	Dificuldade de Aprendizagem

			Distúrbios da atividade e da atenção. Transtorno misto de habilidades escolares.
R.M.C.	03/03/2013	N.D	Agitação e Desinteresse pela escola
P.S.B.	03/03/2013	N.D	Dificuldade de aprendizagem e lentidão na escrita
E.S.S.	24/04/2013	F90.0	Distúrbios da atividade e da atenção (T.D.A.H)
U.A.C.S.	09/05/2013	G40; G47.3; F70; F70.1	Epilepsia; Apneia do sono; Retardo mental leve; Comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento
B.C.L	20/05/2013	F80.9; F90	Transtorno não especificado do desenvolvimento da fala e da linguagem (Disortografia Disalia e Discalculia); Distúrbio da Atividade e da Atenção
E.C.S	10/06/2013	J30; J45; H16.2	Rinite Vasomotora; Asma; Predominantemente Alérgica; Ceratconjuntivite (Conjuntivite Papilar Gigante)
K.A.S.	16/12/2013	F81.9	Transtorno não especificado do desenvolvimento das habilidades escolares.
S.F.S	27/02/2014	F82; F90	Transtorno Especifico do Desenvolvimento Motor Distúrbios da Atividade e de Atenção
S.G.F.	24/04/2014	G94.2	Hidrocefalia
J.V.A.P.	11/09/2014	F.90.0; F81.3	Distúrbios da Atividade e de Atenção; Transtorno misto de habilidades escolares
E.A.M.	09/10/2014	N.D	Dificuldade de aprendizagem e socialização
V.H.C.A.V.	11/12/2014	G40.9; F90.0; F81.3	Epilepsia, não especificada; Distúrbios da Atividade e de Atenção; Transtorno misto de habilidades escolares
L.J.S.	13/01/2015	F70; F80; F81	Retardo mental leve; Transtornos específicos do desenvolvimento da fala e da linguagem; Transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares
S.S.S.J.	03/02/2015	G40.9; G80	Epilepsia, não especificada; Paralisia cerebral
K.O.L.R.	05/02/2015	G80.9	Paralisia cerebral não especificada
J.J.A.	23/02/2015	N.D	Dificuldade de Aprendizagem
L.C.B.	02/03/2015	G40.9	Epilepsia, não especificada
Y.B.S.O.-	19/03/2015	F80.9; F81.9; F90	Transtorno não especificado do desenvolvimento da fala ou da linguagem; Transtorno não especificado do desenvolvimento das habilidades escolares; Distúrbios da atividade e da atenção
L.G.G.	07/04/2015	F81.3; F90;	Transtorno misto de habilidades

		F84.9	escolares; Distúrbios da atividade e da atenção; Transtornos globais não especificados do desenvolvimento
D.R.A.N.	14/04/2015	N.D	Timidez, isolamento e dificuldade de aprendizagem
M.D.C	15/05/2015	N.D	Síndrome Comportamental
J.C.P.O.	07/08/2015	F81; F90.1; F92	Transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares; Transtornos hipercinéticos; Transtornos mistos de conduta e das emoções
S.A.L.	24/11/2015	F81.9; F90	Transtorno não especificado do desenvolvimento das habilidades escolares; Transtornos hipercinéticos
K.F.R.	28/10/2015	N.D	Agressividade; Dificuldade de Aprendizagem; Falta de limites
N.A.S.S.	17/12/2015	N.D	Dificuldade de aprendizagem; Apatia
W.C.R.	17/12/2015	N.D	Dificuldade de aprendizagem
E.L.D.O.	21/01/2016	F90.0	Distúrbios da atividade e da atenção
E.M.M.N.C.	15/02/2016	N.D	Carência Afetiva; Hiperatividade e Desatenção.
D.P.P.	29/02/2016	E70; Z01.0	Distúrbios do metabolismo de aminoácidos aromáticos; (Albinismo completo) Exame dos olhos e da visão
A.S.B	23/03/2016	F70; F90; F84.4; F83	Retardo mental leve - menção de ausência de ou de comprometimento mínimo do comportamento; Distúrbios da atividade e da atenção; Transtorno com hiperkinesia associada a retardo mental e a movimentos estereotipados; Transtornos específicos misto do desenvolvimento
D.F.S.C.	09/05/2016	N.D	Fobia Social
K.P.	31/05/2016	F40.1	Fobia Social
E.P.D.E.	13/06/2016	N.D	Dificuldade de Aprendizagem e Socialização; Epilepsia não Especificada s/ laudo
P.S.P.	08/07/2016	F84.5	Síndrome de Asperger
I.C.O	01/11/2016	G80.2; G40.3; F71.0	Paralisia cerebral hemiplégica espástica; Epilepsia e síndromes epiléticas generalizadas idiopáticas; Retardo mental moderado - menção de ausência de ou de comprometimento /mínimo do comportamento
L.P.A.	01/12/2016	N.D	Déficit Cognitivo
V.B.V	07/12/2016	G80.9; Q03.0	Paralisia Cerebral não especificada; Malformações do Aqueduto de Sylvius
Y.M.F.C	19/12/2016	H90.0	Perda de audição bilateral devida a transtorno de condução

M.O.D.	20/12/2016	N.D	Desajuste Disciplinar e Desajuste Familiar
P.D.B	20/12/2016	N.D	Necessidades de acompanhamento fonoaudiológico, psicológico e reeducação.
A.B.A.P.	22/12/2016	G43.1	Enxaqueca com aura [enxaqueca clássica]
K.A.J.P.	13/02/2017	F81.3	Transtorno misto de habilidades escolares
B.A.A.M.	21/02/2017	N.D	Dificuldade no processo de cognição, pois de acordo com o médico tem um lado do cérebro lento. Disortografia
P.H.M.A.F.	19/07/2017	G80.8; F81.3	Outras formas de paralisia cerebral; Transtorno misto de habilidades escolares
T.A.P.	16/08/2017	F25	Transtornos esquizoafetivos
W.R.N.	12/12/2017	F81.3	Transtorno misto de habilidades escolares
F.J.J.S.	12/12/2017	N.D	Agressividade, Apatia e Dificuldade de acompanhamento de atividades
A.J.S.M.	12/12/2017	N.D	Apatia, Falta de interesse em desenvolver as atividades propostas.
L.A.R.S.	12/12/2017	G40	Epilepsia e síndromes epiléticas idiopáticas definidas por sua localização (focal) (parcial) com crises de início focal
A.J.S.	12/12/2017	N.D	Dificuldade de Aprendizagem

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

ANEXO I

ESTRUTURA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL – PDI: PROPOSTA PARA A REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1. Nome da escola:
2. Código:
3. Etapas da Educação Básica oferecidas pela escola:
4. () EF anos iniciais () EF anos finais () Ensino Médio
5. Endereço:
6. Responsáveis pela elaboração: (relacionar os nomes)
7. Professor(es) Regente turma/aulas:
8. Professor(a) de AEE:
9. Apoio à Comunicação, Linguagens e Tecnologias Assistivas (ACLTA): (se o aluno tiver)
10. Especialista:
11. Diretor(a):
12. Data da elaboração:

II. DADOS DO/DA ESTUDANTE

1. Nome:
2. Data de nascimento:
3. Idade:
4. Responsável pelo estudante:
5. Deficiência relatada no laudo
6. Ano de escolaridade/ciclo

III. PROPOSTA CURRICULAR PREVISTA NO PPP PARA O CICLO OU ANO DE ESCOLARIDADE NO QUAL O/A ESTUDANTE ESTÁ MATRICULADO/MATRICULADA

IV. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL

V. ANÁLISE DETALHADA DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL

VI. RELAÇÃO DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DECORRENTES DA DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO APRESENTADAS PELA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

VII. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO (conforme calendário de avaliação e planejamento da escola)

VIII. AVALIAÇÃO PROCESSUAL E CORREÇÃO DE RUMOS

ANEXO II – QUADRO DEMONSTRATIVO DO PLANEJAMENTO

1. Planejamento Trimestral do trabalho do Professor Regente turma/aula e do Profissional de ACLTA para o atendimento aos estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação

Período:		Professor Regente:		ACLTA:			
Ano de escolaridade:		Potencialidades	Dificuldades	Objetivo	Intervenção (PR / ACLTA)	Adaptação (ACLTA)	Recursos(ACLTA)
Aspectos							
Componentes Curriculares:							
Direito de Aprendizagem	Potencialidades	Dificuldades	Objetivo	Intervenção (PR/ACLTA)	Adaptação (PR/ACLTA)	Recurso(PR/ACLTA)	

2. Planejamento trimestral do trabalho diferenciado (atividades extras) para atendimento aos estudantes com deficiência TGD e altas habilidades/superdotação

Ano de escolaridade:		Responsável:	Para o período de:	
Aspectos		Potencialidades	Dificuldades	Objetivo
				Intervenção
Componentes Curriculares:				
Direito de Aprendizagem	Potencialidades	Dificuldades	Objetivo	Intervenção

3. Atualização Trimestral do Planejamento para atendimento aos estudantes com deficiência TGD e altas habilidades/superdotação				
Ano de escolaridade:		Responsável:		Para o período de
Aspecto	Objetivo	Indicadores de avanços (comportamentos que indicam que o estudante avançou)	Dificuldades	(Re)Planejamento
Componentes Curriculares:				
Direito de Aprendizagem		Indicadores de avanços (comportamentos que indicam que o estudante avançou)	Dificuldades	(Re)Planejamento

ANEXO III – PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (PAEE)

1. Por quê e para quê serve o Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE?

Como já foi explicitado, a escola inclusiva, ao receber um estudante com deficiência, deve realizar uma avaliação minuciosa, para construir e implementar um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), visando eliminar barreiras e possibilitar o pleno desenvolvimento, o respeito às condições, circunstâncias e ritmos de aprendizagem. Ao PDI, referência importante do atendimento escolar do/da estudante na sala de aula inclusiva, soma-se outro plano de trabalho elaborado pelo professor / pela professora de AEE (sala de recursos). Esse plano denominado Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) é desenvolvido a partir do referencial da Educação Especial Inclusiva e baseado no PDI do/da estudante.

É importante ressaltar que o PDI e o PAEE se constituem no planejamento do atendimento escolar da (s) escolas (s) envolvidas e se retroalimentam.

O planejamento do Professor / A Professora para o Atendimento Educacional Especializado – (AEE) tem um papel importantíssimo no processo educacional de cada estudante incluído/incluída, visto que este não pode acontecer no improviso, precisa ser planejado com especial cuidado, individualmente para cada sujeito a ser atendido.

2. Como Planejar

O objetivo do AEE é possibilitar ao/à estudante com deficiência a superação das dificuldades de aprendizagem, oferecendo-lhe condições de desenvolver seu potencial e, conseqüentemente, seu desempenho. Portanto, o PAEE deve considerar o respeito às diferenças individuais e o direito de cada um de ter oportunidades iguais, mediante atendimento diferenciado e específico às suas dificuldades, explicitadas no PDI.

O trabalho de AEE não deve, em hipótese alguma, ser confundido com reforço e/ou recuperação de aprendizagem dos conteúdos curriculares, ministrados em sala de aula, ou apoio para realização das atividades destinadas a serem desenvolvidas em casa (Para Casa ou trabalho de pesquisa, por exemplo). O professor / A professora de AEE, habilitado/habilitada para o

trabalho especializado com estudantes com deficiência, deverá intervir, em grupos ou individualmente, com atividades específicas, planejadas de acordo com as características e necessidades do/da estudante, explicitadas no PDI e em seu comportamento e respostas dadas às situações diversas, utilizando-se de recursos especializados, escolhendo e aplicando estímulos que melhor se adequam às condições de cada um/uma, visando a superação de suas dificuldades específicas, possibilitando-lhe melhores condições de aprendizagem e adaptação na sala de aula.

O PDI é resultado de uma avaliação pedagógica cuidadosa e da análise de seus resultados. Nele estão indicadas as potencialidades e dificuldades do/da estudante em todos os aspectos importantes para o seu desenvolvimento como aprendiz e como sujeito, senhor/senhora de sua história. Portanto é fonte de informações importantes que vão orientar o planejamento e o desenvolvimento de atividades especializadas para potencializar o que o/a estudante já é capaz de realizar e eliminar, ao máximo possível, as barreiras que impedem seu crescimento.

Analisando os resultados apresentados no PDI, o Professor / a Professora de AEE deverá identificar as potencialidades e dificuldades do sujeito e escolher metodologias, recursos pedagógicos e atividades que atendam às suas necessidades específicas, decorrentes de sua deficiência (exemplos: Libras para estudantes surdos/surdas, Braille para estudantes cegos/cegas, tecnologias assistivas para estudantes com paralisia cerebral, dentre outros). É importante, também, considerar os interesses próprios de cada estudante, conforme idade, grupo de amigos e atividades que provoquem o/a estudante para a resolução dos problemas que o dia a dia apresenta, incentivando-a construir sua independência e autonomia e a realizar as atividades a partir de suas escolhas e não apenas copiar ou repetir o que lhe mandam. É importante trabalhar com os erros e incentivar o aprendizado.

O Professor / A Professora de AEE deverá prever formas de acompanhar e registrar a evolução, tanto na Sala de Recursos como em sala de aula do/da estudante que atende. Esse acompanhamento lhe fornecerá subsídios para promover avanços ou correção de rumo durante o processo. Deverá, também, prever em seu planejamento, dentro de sua carga horária semanal, momento de trocas entre seus pares (professores de outras Salas de Recursos), entre professores regentes e coordenação pedagógica, conversas com a família, registros necessários, elaboração de materiais e estudos teóricos. Segue sugestão de um instrumento que poderá ser utilizado pelo Professor / pela Professora de AEE para elaboração de seu PAEE.

Indicadores

O professor / A professora de AEE deve elencar os Objetivos/Indicadores (tantos quantos forem necessários) que nortearão o seu trabalho em relação ao/à estudante a ser atendido/atendida. Um exemplo para melhor entendimento:

Objetivos (aquilo que se quer alcançar)	Indicadores (aquilo que indica que o objetivo foi ou está sendo alcançado)
1- Possibilitar o desenvolvimento da autonomia e independência	- Consegue utilizar o banheiro sozinho /sozinha para atender suas necessidades fisiológicas; - Pede ao professor / à professora o atendimento de suas necessidades/desejos, com clareza e calma; - Manifesta interesses pessoais na realização de atividades diversas; - Utiliza o material escolar com o cuidado necessário, sem esperar que os outros venham em seu auxílio; - Outros (listar todos os indicadores de autonomia e independência que podem demonstrar que o objetivo foi alcançado).

PLANEJAMENTO DO AEE					
Objetivos	Indicadores	Quais as potencialidades do estudante, em relação ao indicador objetivo	Quais as barreiras que podem impedir o pleno desenvolvimento do estudante, em relação ao objetivo	Ações pedagógicas a serem desenvolvidas	Período

Observações:

Assinatura dos responsáveis:
